




FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

educação profissional
e tecnológica
na modalidade ead

Lizandra Brasil Estabel
Eliane Lourdes da Silva Moro
ORGANIZADORAS



FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

educação profissional
e tecnológica
na modalidade ead



Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Rio Grande do Sul

OSVALDO CASARES PINTO

Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul - *campus* Porto Alegre

MARCELO AUGUSTO RAUH SCHMITT

Diretor de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia do Rio Grande do Sul - *campus* Porto Alegre

FABIO YOSHIMITSU OKUYAMA

Coordenadora do Núcleo de Ensino a Distância do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -
campus Porto Alegre

LIZANDRA BRASIL ESTABEL

Coordenadora do Curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade de
Educação a Distância (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul- *campus* Porto Alegre

LIZANDRA BRASIL ESTABEL

LIZANDRA BRASIL ESTABEL
ELIANE LOURDES DA SILVA MORO
ORGANIZADORAS

FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA:

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE EAD



Porto Alegre, 2016

© 2016 – Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *campus* Porto Alegre
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio,
desde que citada a fonte.

Impresso no Brasil

Capa:

Eduardo Estima

Revisão:

Eliane Lourdes da Silva Moro

Gabriela Fernanda Cé Luft

Lizandra Brasil Estabel

Osmar Weyh

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo 1 FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EM EAD: DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS AO IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE LIZANDRA BRASIL ESTABEL E ELIANE LOURDES DA SILVA MORO.....	9
Capítulo 2 BIBLIOTECAS: REUNINDO E DISSEMINANDO A INFORMAÇÃO MAGALI LIPPERT DA SILVA, KÁTIA SOARES COUTINHO E KATIANE CRESCENTE LOURENÇO.....	21
Capítulo 3 A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO FILIPE XERXENESKI DA SILVEIRA E MAGALI LIPPERT DA SILVA	35
Capítulo 4 SUBSÍDIOS PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NAS ROTINAS DE UMA BIBLIOTECA ÂNGELA FLACH.....	41
Capítulo 5 ACESSIBILIDADE PARA TODOS: <i>CHECKLIST</i> PARA ACESSO E USO DE BIBLIOTECAS TAMINI FARIAS NICOLETTI, ELIANE LOURDES DA SILVA MORO E LIZANDRA BRASIL ESTABEL	51
Capítulo 6 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL GABRIELA DA SILVA GIACUMUZZI, ELIANE LOURDES DA SILVA MORO E LIZANDRA BRASIL ESTABEL	67

Capítulo 7	
RELAÇÕES INTERPESSOAIS	
KAREN GREGORY MASCARELLO	81
Capítulo 8	
OS IMPACTOS SOCIAIS E CULTURAIS ADVINDOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO (TIC)	
MAGALI LIPPERT DA SILVA E MARLON DE ALMEIDA.....	85
Capítulo 9	
A PESQUISA ESCOLAR NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO AMBIENTE DA BIBLIOTECA: A BUSCA, O ACESSO E O USO DA INFORMAÇÃO	
IARA CONCEIÇÃO BITENCOURT NEVES, ELIANE LOURDES DA SILVA MORO E LIZANDRA BRASIL ESTABEL	93
Capítulo 10	
METODOLOGIA DA PESQUISA	
ARIEL BEHR	113
Capítulo 11	
A TRAJETÓRIA DE REALIZAÇÃO DOS FÓRUNS GAÚCHOS PELA MELHORIA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL	
ELIANE LOURDES DA SILVA MORO E LIZANDRA BRASIL ESTABEL	121
Capítulo 12	
IMBRICAÇÕES POSSÍVEIS (E NECESSÁRIAS) ENTRE A BIBLIOTECONOMIA, A LÍNGUA PORTUGUESA, A LITERATURA E A MEDIAÇÃO DE LEITURA: CONHECIMENTOS INERENTES À PRÁTICA PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA	
GABRIELA FERNANDA CÉ LUFT	147
Capítulo 13	
DAS BIBLIOTECAS, DOS LIVROS, DA LEITURA, DOS LEITORES E DA LITERATURA COMO DIREITOS HUMANOS	
GABRIELA FERNANDA CÉ LUFT	155
AUTORES	163



APRESENTAÇÃO

Em junho de 2014, foram oficialmente abertas as inscrições para o processo seletivo dos cursos Técnicos em Administração, Biblioteconomia e Redes de Computadores, modalidade subsequente, ofertados na modalidade EAD, pelo Sistema Rede E-TEC Brasil, com início previsto para o segundo semestre de 2014, após aproximadamente dois anos de muito trabalho para que os cursos se efetivassem.

Com o objetivo de promover a oferta de educação profissional e tecnológica a distância e com o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível pós-médio, públicos e gratuitos, com educação de qualidade e que contemplasse os que residem na região próxima a Porto Alegre e em locais mais distantes, foram atendidos alunos nos polos de Balneário Pinhal, Bagé, Canguçu, Erechim, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul, Cambará do Sul, Canoas, Eldorado do Sul, Novo Hamburgo, Picada Café, São Borja, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Viamão.

Foi um grande desafio assumido em conjunto, Direção, coordenação do Núcleo de Ensino a Distância do *campus* Porto Alegre, coordenação dos Cursos, docentes, técnicos-administrativos, tutores, coordenadores de polos e alunos, que resultou na formatura de 216 técnicos em Administração, Biblioteconomia e Redes de Computadores. Vale ressaltar que é a primeira vez que é ofertado, pela Rede Federal, o Curso Técnico em Biblioteconomia nesta modalidade, e formamos 148 técnicos.

Os profissionais que formamos Técnicos em Biblioteconomia atuam com informação, não somente para a organização da biblioteca, mas para a mediação da leitura, a acessibilidade, a inclusão social, com competência informacional e profissional. No dia 07 de agosto de 2013, foi protocolado o Projeto de Lei nº 6038/2013, que regulamenta o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia. Uma luta que iniciou

desde a criação do curso presencial, em 2004, ainda na Escola Técnica da UFRGS, e apresentou maior eco com a participação efetiva de nossos alunos, profissionais da Biblioteconomia e comunidade em geral, em Eventos e atividades, nos municípios do interior e na capital, com a parceria do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, Grupo de Pesquisa LEIA: leitura, informação e acessibilidade da FABICO/UFRGS, entre outros, e que em breve será uma grande conquista para estes profissionais e para a Biblioteconomia.

E como contribuição para a formação profissional, dedicamos este livro intitulado: **Formação do Técnico em Biblioteconomia: Educação Profissional e Tecnológica Na Modalidade EAD**, uma construção coletiva que aborda conteúdos de grande importância e significado. Ao elaborar esta obra, pretendemos que os profissionais tenham como referência para a sua atuação profissional e que possam atuar com competência, responsabilidade e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural, educacional e profissional.

Boa leitura!

Lizandra Brasil Estabel e Eliane L. da Silva Moro



CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EM EAD: DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS AO IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE

LIZANDRA BRASIL ESTABEL
ELIANE LOURDES DA SILVA MORO

O curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, teve início em 2004, ainda na Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), viabilizado a partir da parceria de docentes do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS com a Escola Técnica, apoiados pela direção, comunidade educativa e sociedade. Este curso foi criado a fim de atender a uma necessidade de formação profissional, de nível pós-médio (técnico), capacitado e habilitado para atuar como assistente junto aos bibliotecários (bacharéis em Biblioteconomia), em bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas, centros de pesquisa e documentação, empresas, sindicatos, associações, organizações não governamentais (ONGs), escritórios de profissionais liberais, entre outros.

No ano 2009, o *campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) nasce da desvinculação da Escola Técnica da UFRGS, a partir da publicação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, que cria 38 Institutos Federais no país, cuja finalidade principal é estimular o ensino profissional e tecnológico, a partir da formação de técnicos e tecnólogos alinhados com as demandas do mundo do trabalho e o desenvolvimento local.

Atualmente, o IFRS *campus* Porto Alegre oferece 17 cursos técnicos na modalidade presencial, sendo um curso de Ensino Médio integrado à formação profissional na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), cinco cursos superiores, três cursos técnicos na modalidade EAD mediado por computador, um curso de pós-graduação *lato sensu* e um mestrado profissional em Informática na Educação, totalizando, até o momento, 4.327 alunos matriculados.

Dentre a oferta dos cursos pelo IFRS *campus* Porto Alegre, destaca-se o curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade presencial, que tem os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

- Formar pessoas aptas a exercer a profissão de Técnico em Biblioteconomia com competência, responsabilidade e ética, conscientes de seu compromisso social, cultural, educacional e profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais capazes de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo seu campo de trabalho.
- Formar profissionais capazes de atuar nos mais diferentes e complexos campos de trabalho que envolva conhecimentos das atividades vinculadas ao Técnico em Biblioteconomia.
- Propiciar condições para formar profissionais éticos, que consigam atuar sob diferentes condições de trabalho, tomar decisões de forma responsável para solucionar problemas e enfrentar situações imprevistas e que possam trabalhar em grupo de forma respeitosa e solidária.

O currículo do curso Técnico em Biblioteconomia presencial está organizado em três semestres. A carga horária total é de 1.152 horas,

acrescidas de 160 horas de estágio, totalizando 1.312 horas. Dentre as disciplinas ofertadas, pode-se destacar: Introdução à Biblioteconomia; Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos I e II; Literatura Aplicada à Biblioteconomia I e II; Introdução à Gestão de Bibliotecas; Introdução à Organização e ao Tratamento da Informação; Introdução à Construção de Páginas *Web*; Introdução à Metodologia da Pesquisa e Orientação ao Acesso e Uso da Informação; Introdução às Técnicas de Atendimento ao Público; Contação de Histórias; Psicologia Educacional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), entre outras. Para a aplicação prática, os alunos realizam Estágio Curricular Obrigatório, de 160h, atendendo a estas áreas. Além do estágio obrigatório, os alunos têm realizado atividades práticas por meio de estágio não obrigatório junto às bibliotecas.

Ao concluir o curso, o técnico em Biblioteconomia, ao atuar sob a supervisão do bibliotecário, deverá ser capaz de:

- Realizar atividades técnico-administrativas de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo;
- Executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações;
- Recepcionar/atender pessoas;
- Assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos;
- Participar de atividades de incentivo à leitura e formação de leitores;
- Atuar no processo de acessibilidade e a inclusão social e digital de pessoas com deficiência (PcDs);
- Participar da realização de atividades de pesquisa e de extensão;
- Realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços biblioteconômicos.

A seguir, alguns registros fotográficos dos alunos do Técnico em Biblioteconomia em atividades práticas e eventos:



Figura 1: Contação de Histórias (2010)



Figura 2: Contação de Histórias no Trote Solidário (2015)



Figura 3: Laboratório de Preservação e Recuperação de Acervo - aluna AC com deficiência visual (2009)



Figura 4: Laboratório de Preservação e Recuperação de Acervo - Oficina sobre diferentes tipos de papel (2015)



Figura 5: Participação em Eventos: Feira do Livro de Porto Alegre (2009) - Patrono Carlos Urbim (in memoriam)



Figura 6: Participação em Eventos - IV Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares (2011)



Figura 7: Organização do Acervo da Sala de Leitura Tabajara Ruas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (2011)



Figura 8: Organização do Acervo da Biblioteca do IFRS campus Porto Alegre (2015)



Figura 9: Roda de Leitura (2012)



Figura 10: Visitas Técnicas (2016)



Figura 11: Evento Comemorativo dos 10 anos do Curso Técnico em Biblioteconomia (2014)



Figura 12: Formatura do Curso Técnico em Biblioteconomia (2012)

Ao completar dez anos de formação de Técnico em Biblioteconomia na rede federal e no Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o desafio da oferta do curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD, mediado por computador.

CURSO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA DO IFRS *CAMPUS* PORTO ALEGRE NA MODALIDADE EAD PELA E-TEC BRASIL

O curso Técnico em Biblioteconomia do IFRS *campus* Porto Alegre caracteriza-se por ser um curso técnico subsequente, na modalidade EAD mediado por computador, destinado a alunos egressos do Ensino Médio ou equivalente, residentes em dez municípios que possuem polo do Programa E-TEC Brasil: Canoas, Cachoeira do Sul, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul, Santana do Livramento, Picada Café, Santo Antônio da Patrulha, Eldorado do Sul, Erechim e Novo Hamburgo, com a participação de 30 alunos por polo, perfazendo um total de 300 alunos.



Figura 13: Mapa do Rio Grande do Sul e os municípios contemplados no curso



Figura 14: Logo do curso Técnico em Biblioteconomia criado por Eduardo Estima (2014)

O currículo está organizado em três semestres, com carga horária total de 840 horas. Reveste-se de significativa importância o oferecimento do curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade EAD mediada por

computador e a formação do Técnico em Biblioteconomia residente no interior do Estado, devido à carência de cursos nesta área e, principalmente, pela necessidade de formação deste profissional para atuar nos diversos tipos de bibliotecas, com qualidade e competência, possibilitando que as bibliotecas ofereçam um serviço de qualidade e promovam a inclusão social no Estado do Rio Grande do Sul. Com o advento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) e, mais precisamente, a possibilidade de utilização destas ferramentas na educação, através da EAD e da utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), foi possível a oferta do curso para atender ao público interessado que reside em regiões geograficamente distantes de Porto Alegre.

A equipe do curso é formada pelo coordenador do curso, professores pesquisadores-conteudistas, professores pesquisadores, tutores presenciais (que atuam nos polos) e tutores em EAD. São produzidos pela equipe de conteudistas materiais e objetos de aprendizagem (OA) em diferentes mídias impressas, eletrônicas e digitais, totalmente integrados aos conteúdos do Curso e ao AVA Moodle. É de grande importância, para a formação deste profissional, que a equipe de professores apresente, além da formação em Biblioteconomia, formação em outras áreas afins dos conteúdos curriculares previstos no curso. Portanto, foram estruturadas três equipes, compostas de cinco professores em cada equipe, formadas pelas seguintes áreas: Biblioteconomia; Língua Portuguesa, Literatura e Leitura; e Multidisciplinar. A equipe é composta por sete professores com formação em Biblioteconomia; seis em Letras; um em História; e um em Ciências Contábeis. Ainda, seis professores possuem Doutorado, três Mestrado e seis Especialização. A equipe de tutores em EAD é composta por oito bibliotecários e dois técnicos em Biblioteconomia (um tutor é técnico e Bibliotecário) e, dos tutores presenciais, dois são bibliotecários, dois são técnicos em Biblioteconomia e sete são professores. Destaca-se que é a primeira vez que um edital público da E-TEC Brasil seleciona bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia para a docência e tutoria.

A formação do Técnico em Biblioteconomia, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, está no “Eixo Tecnológico: apoio educacional”. Para contemplar os temas indicados no Catá-

logo e outros que contribuem para a formação, com qualidade e competência profissional, foram criadas as seguintes disciplinas, distribuídas em três semestres:

Quadro 1: Matriz Curricular do Curso Técnico EAD

SEMESTRE	DISCIPLINAS
1º semestre	Introdução à Biblioteconomia, Língua Portuguesa, Literatura Aplicada à Biblioteconomia, Introdução às TIC e Introdução à Gestão de Bibliotecas.
2º semestre	Introdução à Organização e ao Tratamento da Informação, Redação Técnica, Preservação e Conservação de Acervos Bibliográficos, Comunicação Intra e Interpessoal e Introdução à Metodologia da Pesquisa e Acesso e Uso da Informação.
3º semestre	Mediadores de Leitura em Bibliotecas, Serviço de Referência e Informação em Biblioteca, Sistema de Automação de Bibliotecas, Psicologia Educacional e Acessibilidade em Bibliotecas.

Fonte: ESTABEL, 2016

Ao término do curso, destacam-se algumas competências do Técnico em Biblioteconomia: executar procedimentos de auxílio à organização, tratamento, disseminação, preservação, conservação e recuperação das unidades de acervo; executar procedimentos relacionados com a alimentação de sistemas informatizados de recuperação de informações; realizar suas atividades, buscando a qualidade do desenvolvimento de recursos e serviços; preparar e/ou assessorar o planejamento e a execução de reuniões e/ou eventos; realizar atividades de incentivo à leitura e formação de leitores; promover a acessibilidade e a inclusão social e digital de pessoas com deficiência.

Faz-se importante registrar alguns comentários dos alunos do curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD sobre o curso:

- Oportunidade de curso;
- Material de fácil acesso e compreensão;
- Aulas de *chat* bem interativas;
- O curso serviu como direção para outros caminhos;
- Competência dos envolvidos (professores, tutores, equipe);

- Perspectiva de mudança de vida;
- Grade curricular voltada para a prática profissional;
- Oportunidade de retornar aos estudos;
- Aprimoramento teórico à minha prática diária;
- Polo com suporte informatizado;
- Comecei a ler livros novamente;
- Vídeo-aulas que facilitam o entendimento;
- Primeiro curso voltado à Biblioteconomia na cidade;
- Possibilidade de trabalho;
- Espero que os técnicos formados melhorem o atendimento em bibliotecas.

Destaca-se o depoimento do bibliotecário e professor do curso Técnico em Biblioteconomia EAD:

Meu nome é FXS e me graduei, em 2000, no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesses 15 anos de atuação como bibliotecário, trabalhei em diferentes bibliotecas, nas mais variadas áreas do conhecimento: Biblioteca Médica, Biblioteca Jurídica, Biblioteca Universitária, Biblioteca Especializada em Polímeros, Biblioteca Especializada em Couro e Calçado e também em um projeto governamental para criação de Portais Virtuais Temáticos. Sempre procurei construir uma carreira sólida no meu fazer bibliotecário, baseada no estudo e no aprimoramento contínuo, na paixão pela minha profissão e pelos usuários e na humildade para sempre procurar aprender. [...] Em 2009 passei a firmar uma parceria com a coordenação do curso Técnico em Biblioteconomia, com o intuito de receber discentes no estágio curricular obrigatório, em que eles desenvolvem as mais distintas atividades para auxiliar o bibliotecário: auxiliam na elaboração de projetos, na sinalização da biblioteca, auxiliam no inventário de acervo, na conferência de obras adquiridas, na carimbagem, etiquetagem, registro, na guarda de livros, no atendimento ao público, etc... Sem dúvida, esse profissional é imprescindível e mais do que necessário em uma biblioteca. Em 2014 comecei a dar aulas no curso Técnico

co em Biblioteconomia na modalidade EAD, um grande sonho enquanto profissional. Essa prática como docente tem me possibilitado transmitir para os alunos todo o conhecimento profissional adquirido ao longo desses anos. Penso que um bibliotecário, no seu fazer profissional, precisa estar atento quanto às competências informacionais, às necessidades dos usuários, ser um mediador/facilitador da leitura, um agente social de mudanças, um agente educacional, enfim, um profissional sempre aberto a mudanças. A Biblioteconomia é uma profissão que me realiza, me completa, me faz muito feliz!

Ao registrar este depoimento, percebe-se a importância da parceria entre o profissional bibliotecário e o técnico em Biblioteconomia para qualificar a equipe da biblioteca. Ainda, a criação de cursos técnicos e sua realização configura-se como a oportunidade do bibliotecário atuar como docente na rede federal na educação profissional e tecnológica, formando técnicos na modalidade EAD e presencial competentes e atuantes.

Considera-se de suma importância o cumprimento da Lei Federal nº 12244/2010, pela melhoria das bibliotecas escolares na qualidade e no atendimento à sociedade, prevendo a atuação do Técnico em Biblioteconomia, junto e sob a supervisão do bibliotecário, nas redes de bibliotecas dos municípios e estados. No ano de 2010 foi realizado concurso público pela Prefeitura Municipal de Esteio/RS para o cargo de Técnico em Biblioteconomia, com 18 vagas ofertadas, sendo que 15 dos classificados são oriundos do IFRS *campus* Porto Alegre. Portanto, a luta pela valorização da profissão inicia com uma formação de qualidade e competência para o fortalecimento da Biblioteconomia e para que possamos promover a leitura, a informação e a acessibilidade junto à sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância registrar que ao longo destes dez anos de existência do curso Técnico em Biblioteconomia, além da preocupação pela qualidade na formação desse profissional, a coordenação do curso e o IFRS *campus* Porto Alegre têm realizado uma grande mediação com os

órgãos de classe, o governo federal e as instituições públicas e privadas em relação à absorção deste profissional no mundo do trabalho.

Em relação à trajetória da regulamentação profissional, a coordenação tem envidado esforços buscando apoio junto ao Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Em julho de 2010 ocorreu uma reunião plenária do CFB, no IFRS *campus* Porto Alegre, e, na pauta, constava a discussão sobre a regulamentação da profissão de Técnico em Biblioteconomia. A partir desta reunião, iniciaram-se as tratativas para a criação de Lei Federal que regulamenta a Profissão de Técnico em Biblioteconomia. A 16ª gestão do CFB acompanhou, por meio de assessoria parlamentar, a tramitação do Projeto de Lei nº 6038, de 2013, junto à Câmara dos Deputados, bem como a mediação com os parlamentares José Stédile (autor da Lei) e Erika Kokay (relatora) para a aprovação da Lei, que está em fase conclusiva.

Ao finalizar, deve-se destacar a importância do trabalho de articulação política e de mediação com a sociedade com significativa importância dos serviços prestados em uma biblioteca, que conta com bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia atuando conjuntamente.





CAPÍTULO 2

BIBLIOTECAS: REUNINDO E DISSEMINANDO A INFORMAÇÃO

MAGALI LIPPERT DA SILVA
KÁTIA SOARES COUTINHO
KATIANE CRESCENTE LOURENÇO

BIBLIOTECA: O QUE É E PARA QUE SERVE?

Quando pensamos em biblioteca a primeira imagem que vem a nossa mente é a de fileiras de estantes abarrotadas de livros cuidadosamente organizados em uma sala, certo? Entretanto, se nos dedicarmos um pouco mais à reflexão, perceberemos que mesmo perdurando essa imagem de biblioteca em nossas mentes ela é mais complexa do que parece à primeira vista.

As fileiras de estantes, repletas de livros, atendem a uma organização universalmente aceita. Bibliotecários e técnicos utilizam sistemas de classificação bibliográfica próprios para cada tipo de biblioteca, ou seja, para a necessidade específica de cada uma. No entanto, antes da etapa de organização através da utilização de um sistema de classificação, as obras passam por tratamento técnico que inclui a descrição física da obra (sua representação descritiva) e a análise temática (sua representação temática, utilizando um processo de identificação de palavras-chave chamado de indexação).

Podemos perceber, levando em consideração o que foi exposto acima, que o que vemos não é um simples depósito como pode parecer em um primeiro momento, muito pelo contrário, há por trás uma intrincada organização. Por fim, a própria sala que abriga a biblioteca: ela deve ser

pensada com cuidado, existem estudos de planejamento físico em que são levados em consideração fatores relacionados à acessibilidade, à preservação do acervo, ao leiaute, etc.

Segundo Milanesi (1983, p. 9), “[. . .] não existem bibliotecas definitivas. Ela própria traz em seu bojo as contradições que vão exigir novos desdobramentos”. Assim, cada biblioteca terá características próprias, inerentes a sua razão de existir: uma biblioteca ideal para o público infantil, por exemplo, terá cores, móveis planejados para o conforto das crianças, acervo destinado a estimular sua imaginação, a incentivar a leitura. As bibliotecas são criadas para suprir as necessidades e desejos de informação de um determinado público, aquele a qual ela se destina: crianças, jovens, universitários, pesquisadores, entre outros.

Muitas vezes as bibliotecas são consideradas espaços relacionados a escolas, e as pessoas têm dificuldade em dissociar a biblioteca da escola. A biblioteca escolar faz sim parte da organização escolar como um todo e seu acervo e serviços devem refletir os objetivos da escola à qual a biblioteca pertence. O mesmo se dá com a biblioteca universitária, que vai refletir os interesses de ensino, pesquisa e extensão da Universidade à qual está vinculada, e a biblioteca especializada, que atenderá os interesses da organização/empresa/instituição à que pertence. Já a biblioteca pública estará aberta a todos os públicos e não se vincula a uma instituição específica, mas a um setor público que pouco intervém em seu acervo e em seus serviços. Milanesi (1983, p. 14) afirma que “[. . .] cada biblioteca serve a um determinado público. Quanto mais heterogêneo for esse público, mais diversificado deverá ser o acervo – como é o caso da biblioteca pública”.

De modo geral, os homens sempre se preocuparam com a acumulação do conhecimento (através da acumulação de suportes que continham informações). Na Antiguidade o melhor exemplo de uma biblioteca estruturada foi a de Alexandria. Suas coleções representaram o compromisso da sociedade antiga com a memória social do período. Na Idade Média a seleção dos títulos a serem copiados era feita através da lógica cristã (ditada pela igreja católica), que determinava o que deveria ou não ser colecionado. A obra de Gabriel Naudé *Avis pour dresser une bibliotheque*,

de 1627, reconheceu a atividade de seleção, além da simples acumulação de livros, como um procedimento técnico necessário para se organizarem coleções. De qualquer forma o tema passou a ser tratado com mais objetividade somente a partir do século XX, quando o termo selecionar já não expressava sozinho toda a complexidade da atividade de formar e desenvolver coleções.

Até o fim da Idade Moderna, colecionava-se praticamente tudo o que existia disponível, pois a produção editorial era pequena, uma vez que estava em seu início. A invenção da imprensa por Gutenberg, em 1448, possibilitou a reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou o aumento exponencial do volume de publicações editadas no mundo. O desenvolvimento do projeto de editoração resultou no fenômeno que hoje é chamado de explosão bibliográfica. O processo de aquisição e comunicação do conhecimento, caracterizado pelo ciclo documental, desencadeou a necessidade de maior controle bibliográfico para facilitar a busca por material de relevância específica destinado a apoiar novas pesquisas.

Levando em consideração o número crescente de obras sendo publicadas em todo o mundo, tornou-se inviável que umas poucas bibliotecas armazenassem todos os registros humanos. Assim, foram se proliferando novas bibliotecas, com características de seleção e acumulação ligeiramente diferentes, mas todas com um único fim: prestar informações relevantes para os interessados em determinados assuntos.

Os acervos passaram a ser um produto resultante das necessidades institucionais e dos usuários. Esse modelo, segundo Vergueiro (1997), não está somente baseado em critérios de custo-benefício, mas, sobretudo, em políticas de seleção, aquisição, avaliação e descarte, em que são consideradas, também, desde as características inerentes ao campo de conhecimento no qual a seleção ocorre, às particularidades específicas dos clientes e do próprio ambiente no qual os serviços de informação se localizam.

Os suportes onde a informação é gravada foram se alterando ao longo dos anos, das tabuletas de argila, aos papiros, pergaminhos e, por fim, o papel como conhecemos hoje. Outros suportes foram utilizados quan-

do o homem não tinha acesso aos tradicionais, como pedras, folhas, etc. A evolução desses suportes, especialmente a partir da revolução de Gutenberg, gerou uma situação propícia para a editoração de livros e, mais tarde, periódicos em larga escala. Para Milanesi (1983, p. 16):

Quanto mais documentos produzidos, maior a exigência de controle. [. . .] Ou seja, quanto mais o homem gera documentos, mais os profissionais especializados no controle da informação buscam instrumentos e técnicas que permitem a cada homem encontrar o dado que procura.

As bibliotecas contemporâneas são herdeiras desta evolução. Sua razão de existir é prestar informações relevantes para seus usuários por meio da atuação de profissionais capacitados para serem mediadores entre os usuários e a informação. Esses profissionais são os bibliotecários e os técnicos em Biblioteconomia. Além da dinamização necessária para que as pessoas tenham acesso aos bens informacionais, também é relevante acentuar a importância da preservação da memória que está armazenada nessas bibliotecas, ou seja, as bibliotecas e os profissionais da Biblioteconomia são também guardiões do conhecimento que está registrado nas obras.

TIPOS DE BIBLIOTECA

As bibliotecas são divididas, comumente, em quatro tipos: públicas, escolares, universitárias e especializadas.

As bibliotecas públicas podem estar vinculadas aos governos federais, estaduais e municipais. A mais conhecida biblioteca pública federal (brasileira) é a Biblioteca Nacional. Além de ser uma grande biblioteca onde é possível fazer consultas e pesquisas, ela também funciona como depositária legal de todas as obras publicadas no país. Trata-se de uma imensa biblioteca situada no centro histórico do Rio de Janeiro. Entre suas obras estão muitos originais de autores consagrados, além do maior acervo de obras raras do país (com muitos livros trazidos na época da vinda da família real para o Brasil).

Já os estados possuem pelo menos uma biblioteca pública, normalmente situada na capital do estado. Trata-se de grandes bibliotecas, onde é possível consultar e pesquisar obras, bem como retirá-las por empréstimo após a realização de um cadastro de usuário. Embora, efetivamente, apenas as bibliotecas públicas estaduais estejam vinculadas ao governo do estado, é comum que as municipais recebam recursos também do governo estadual por meio da mediação do Sistema de Bibliotecas do Estado.

Quanto às bibliotecas públicas municipais, estão diretamente vinculadas aos governos municipais (às secretarias de cultura ou educação). Dependem de recursos do município e do estado para sobreviverem e, diferentemente das estaduais e federais, costumam apresentar espaços menores, variando muito de município para município, mas normalmente sobrevivendo com recursos escassos. Cada município deve ter pelo menos uma biblioteca pública municipal. A obrigatoriedade faz com que muitos criem a biblioteca e não deem condições reais de funcionamento. As bibliotecas públicas municipais devem estar abertas a todos os cidadãos interessados em consultar, pesquisar e retirar obras por meio de empréstimo.

O público que utiliza bibliotecas públicas costuma ser bastante heterogêneo, característica que condiciona a diversificação do acervo, visando atender pessoas de todas as idades e interesses gerais.

Quanto às bibliotecas escolares, elas estão, obrigatoriamente, vinculadas a uma escola, seja ela pública, seja privada. As bibliotecas escolares existem para atender a comunidade escolar representada, principalmente, por professores e alunos da escola. O acervo privilegia obras literárias e didáticas essenciais para a formação do aluno.

As bibliotecas escolares de escolas públicas são mantidas com recursos que podem ser das esferas federais (como os colégios de Aplicação, vinculados a Universidades, e os colégios Militares, vinculados às Forças Armadas), estaduais (escolas públicas estaduais) ou municipais (escolas públicas municipais). Algumas instituições privadas possuem fundações que oferecem ensino público (um exemplo é o do Sistema S, representado, por exemplo, pelo SESC, que possui escolas de educação infantil

totalmente gratuitas e uma escola de ensino médio no estado do Rio de Janeiro). Nesse caso, as bibliotecas escolares são mantidas pela própria instituição à que a escola pertence.

Já as bibliotecas de escolas privadas são mantidas com recursos oriundos da própria escola ou do sistema (congregação, no caso dos colégios religiosos) ao qual a escola pertence. Nessas instituições as bibliotecas costumam ser um pouco melhor estruturadas, funcionando com a presença de bibliotecários ou técnicos e com acervo mais atualizado, pois não dependem de recursos públicos e da burocracia para adquirir novas obras.

No que diz respeito às bibliotecas universitárias, elas estarão vinculadas a Universidades (públicas ou privadas), Centros Universitários ou Faculdades Integradas. Todas têm como objetivo prestar serviços de informação para a comunidade acadêmica: alunos (discentes), professores (docentes) e servidores das instituições.

Entretanto é importante chamar a atenção para o fato de que as Universidades (constituídas como tal) possuem bibliotecas que não atendem apenas as atividades de ensino (seguindo os currículos dos cursos, por exemplo), mas devem ter também um exaustivo acervo de pesquisa, pois a maior parte dos docentes das universidades brasileiras desenvolve ensino, pesquisa e extensão, sendo assim seus acervos serão mais ricos do que os das faculdades integradas e centros universitários, que têm seu foco apenas no ensino.

As bibliotecas especializadas, como a própria denominação indica, têm seu acervo especializado em alguma área do conhecimento. Normalmente estão ligadas a instituições e atendem as necessidades informacionais dessas instituições. Um exemplo são bibliotecas da área de saúde em hospitais, bibliotecas jurídicas em tribunais, etc.

BIBLIOTECA PÚBLICA: ACOLHENDO A DIVERSIDADE

O conceito de biblioteca pública surgiu no século XIX, na Inglaterra, decorrente das ideias liberais e das mudanças sociais desencadeadas pela Revolução Industrial (Oliveira, 1994).

Segundo Fonseca (2010), a primeira biblioteca pública brasileira foi inaugurada na cidade de Salvador, na Bahia, em 1811, por iniciativa de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, e incentivada pelo jornalista Hipólito José da Costa Pereira. Era a Biblioteca Pública da Bahia. Três anos depois, em 1814, foi aberta ao público a Biblioteca Real, que havia sido transferida para o Brasil junto com a corte portuguesa. No decorrer do século XIX, de acordo com Fonseca (1992), foram sendo criadas outras bibliotecas públicas estaduais em nosso país:

- Sergipe (1851);
- Pernambuco (1852);
- Espírito Santo (1855);
- Paraná (1857);
- Paraíba (1858);
- Alagoas (1865);
- Ceará (1867);
- Amazonas (1871);
- Rio Grande do Sul (também em 1871).

No entanto, somente no século XX, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, a biblioteca pública brasileira passou a contar com respaldo oficial, pois “[...] o INL produziu políticas de bibliotecas públicas, mecanismos institucionais que facilitavam o compartilhamento, a difusão e o uso da informação disponível para as comunidades” (OLIVEIRA, 1994, p. 17). Em 1962, consolidou-se o trabalho realizado pelo Serviço Nacional de Bibliotecas, que tinha por objetivo divulgar o livro por meio da criação de bibliotecas públicas em todo o país. Em 1981, o Instituto Nacional do Livro passou a integrar a estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória e, finalmente, em 1990, o INL foi extinto, sendo substituído através do Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão subordinado ao Ministério da Cultura e coordenado pela Fundação Biblioteca Nacional (SISTEMA..., *online*).

Mas, afinal, o que diferencia a biblioteca pública de outros tipos de bibliotecas? Oliveira (1994) identificou três características que fazem uma biblioteca pública se distinguir das demais:

- a. [. . .] atuar em um espaço geográfico determinado (bairro, cidade, comunidade rural);
- b. ser mantida com recursos públicos (federais, estaduais ou municipais);
- c. ser uma instituição de uso não compulsório [. . .]”. (OLIVEIRA, 1994, p. 12-13)

Atualmente, as bibliotecas públicas municipais e estaduais no Brasil são criadas e mantidas pelos estados e municípios, sendo consideradas equipamentos culturais e, portanto, estão no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC). Em 2013, a Fundação Biblioteca Nacional criou o Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas, cujo objetivo é o de mapear todas as bibliotecas de acesso público existentes no país. Administrado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, este banco de dados deve reunir todas as informações disponíveis sobre acervo, serviços, infraestrutura e usuários (FUNDAÇÃO..., *online*).

Em 1994, a IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) publicaram o Manifesto da IFLA/UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas, o qual já traz questões importantes sobre acessibilidade e inclusão da diversidade ao dizer que a biblioteca pública deve constituir-se como o centro local de informação de todos os gêneros, tornando a mesma prontamente acessível aos seus leitores. Assim, os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição - tanto física como social. É essencial que estas informações sejam de qualidade e adequadas às necessidades e condições locais (MANIFESTO..., 1994).

Tanto as coleções quanto os serviços disponibilizados pela biblioteca pública devem ser isentos de qualquer tipo de censura política, ideológica ou religiosa, bem como de pressões comerciais (MANIFESTO..., 1994). Quanto aos materiais e serviços específicos, estes devem ser postos à disposição dos leitores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes como, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, hospitalizadas ou reclusas (MANIFESTO..., 1994).

Todas as faixas de idade devem encontrar documentos e serviços adequados às suas necessidades, pois a biblioteca pública deve ter por meta acolher a diversidade: cativar as crianças e adolescentes, proporcionar subsídios para o aprendizado contínuo na idade adulta e também ofertar serviços e materiais que possam interessar aos idosos. As coleções devem incluir todos os tipos de suportes e tecnologias, tanto modernas e atuais como materiais tradicionais e clássicos, proporcionando acesso também às pessoas com deficiência. Desta forma, as coleções da biblioteca pública devem refletir o processo evolutivo da sociedade, abarcando desde a memória da humanidade até as novas tendências, sem descartar o produto da imaginação humana, materializado na arte literária (MANIFESTO..., 1994). Neste mesmo Manifesto, IFLA/UNESCO apontam também doze missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura.

Devido à diversidade existente entre os municípios quanto ao tamanho, desenvolvimento e a formação diversificada dos vários segmentos da sua população, a biblioteca pública encontra entraves quando procura adequação entre a informação e o público. Martha e Neves (2012) acrescentam que “[. . .] grande parte da população de um município vive nas regiões periféricas, inclusive na área rural, onde dificilmente são encontrados espaços públicos de leitura [. . .]”, o que aumenta a responsabilidade da biblioteca pública no processo de mediação da leitura. Algumas soluções para estas situações envolvem as atividades de extensão como os carros-bibliotecas, as caixas-estantes e outros tipos de acervos e serviços itinerantes.

A questão do espaço – incluindo-se aqui a acessibilidade física – é fundamental para acolher pessoas com interesses e condições diversos, pois “[. . .] a adequação entre público/informação/espço permitirá tornar a biblioteca útil e agradável” (MILANESI, 1983, p. 194). Assim, por exemplo, as pessoas recém alfabetizadas podem usufruir de ambientes com recursos visuais, filmes, rodas de poesia, exposições, enquanto pesquisadores ficam em salas mais reservadas e os grupos de escolares em mesas coletivas. Espaços para contação de histórias, oficinas variadas e apresentações artísticas também devem estar previstos para estes equipamentos cultu-

rais conhecidos como bibliotecas públicas. Milanesi (1986) complementa dizendo que

[...] a biblioteca pública não se limita [como a escolar] por nenhum programa prévio. Levam-se em conta os interesses da coletividade e [...] a disposição de ter no acervo mostras do patrimônio cultural da humanidade. Assim, a biblioteca pública [...] pode e deve ser o meio de acesso dos indivíduos a esse patrimônio, [pois] esse é um direito fundamental do homem. (MILANESI, 1986, p. 212-213)

BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO DE MEDIAÇÃO DA LEITURA

A biblioteca escolar precisa, cada vez mais, ser um espaço de promoção da leitura e da pesquisa, e poder contar com a participação e o envolvimento da comunidade, por meio de ações para a dinamização e a valorização do seu espaço, com a colaboração de professores, bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia, que organizem atividades de incentivo à leitura e à pesquisa. Com base nisso, entende-se que a biblioteca mudou, pois não cabe mais o silêncio, o individualismo; ela abriu “[...] para a democratização do saber, a construção do conhecimento, transformando-se em um amplo espaço de aprendizagem e de compartilhamento [...]” (MORO; ESTABEL, 2011, p. 13).

Conforme o Manifesto IFLA/UNESCO (FEDERAÇÃO..., 1999, *online*), a biblioteca escolar “[. . .] habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”. Portanto, a biblioteca escolar “[...] é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências de leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural” (FEDERAÇÃO, 1999, *online*).

É fundamental que a biblioteca torne-se um espaço dinâmico, atrativo e significativo para toda a comunidade escolar, pois cada pessoa tem na sua memória as representações da biblioteca escolar, a qual “[...] passa a linha do tempo, seja na memória de quem por ela passou, seja no presente de quem dela faz uso, seja no futuro para a geração que virá ou que ainda não chegou à escola” (MORO; ESTABEL, 2011, p. 13).

Deve-se considerar que a biblioteca escolar tem como seu principal foco o aluno, pois é em função dele que ela existe, o qual é um leitor em formação. Por causa disso, é fundamental que a biblioteca ofereça um acervo que desperte o interesse do seu público, por meio de um mediador de leitura, que pode ser tanto o bibliotecário, como o técnico em Biblioteconomia ou o professor, o qual desempenha um papel importante, pois cabe a ele aproximar o público dos livros, recomendando-os e, assim, iniciando o encontro dos usuários com os livros, principalmente daqueles que, por algum motivo, não dispõem de livros na sua casa; portanto, o papel do mediador é incentivar o desejo de ler.

Com base nisso, as atividades desenvolvidas na biblioteca escolar, por seu turno, precisam estar de acordo com os interesses da clientela atendida, pressupondo uma articulação com o trabalho desenvolvido pelo professor. Nesse sentido, é fundamental que a biblioteca oportunize atividades que envolvam, por exemplo, a contação de histórias ou a orientação à pesquisa.

A contação de histórias é um momento de atividade na biblioteca escolar que pode vir a contribuir para o incentivo à formação de leitores, “[...] pois a literatura presente na escola tem potencialidade para auxiliar no desenvolvimento mental e pessoal da criança” (SOUZA; GIROTTO, 2009, p. 20). Além disso, a contação de histórias reafirma o espaço da biblioteca escolar como um local propício à atividade literária, pois as atividades como contar e ouvir histórias incentivam a formação do leitor.

Já a pesquisa escolar é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, pois, se bem orientada, oportuniza ao aluno ter acesso a várias fontes de informação. Daí a necessidade do professor e do bibliotecário trabalharem em conjunto no planejamento das atividades de pesquisa, pois essa “[...] interação bibliotecário/professor torna-se efetiva e de significativa importância [...]” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 122) para incentivar o aluno em sua busca.

Portanto, para que a biblioteca se torne um local em que a leitura livre prevaleça, é necessário que o mediador de leitura, responsável por esse ambiente, torne o livro um objeto significativo para a criança; e isso só ocorrerá se esse também for significativo para ele.

REFERÊNCIAS

CÔRTE, Adelaide R.; BANDEIRA, Suelena P. **Biblioteca Escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF, Briquet de Lemos, 2010. 152p.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port-br.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MARTHA, Alice Áurea P.; NEVES, Iara C. B. Itinerário e Experimentação de Práticas de Leituras: propostas de intervenção pedagógica: metodologias, públicos e espaços de leitura. In: NEVES, Iara C. B.; MORO, Eliane L. da S.; ESTABEL, Lizandra B. (Org.). **Mediadores de Leitura na Biodiversidade**. Porto Alegre: Evangraf; SEAD/UFRGS, 2012. p. 139-157.

MILANESI, Luis. **O que é Biblioteca?**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para Desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 261p.

MORO, Eliane L. S.; ESTABEL, Lizandra B. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. In: MORO, Eliane L. S. et al. **Biblioteca Escolar: presente!** Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 13-70.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A Biblioteca Fora do Tempo: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil 1937-1989**. 1984. Tese-(Doutorado em Ciência da Comunicação) Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=z>>. Acesso em: 2 maio 2016.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/historico/>>. Acesso em: 2 maio 2016.

SOUZA, Renata Junqueira de; GIROTTTO, Cyntia Graziela Guizelim Simões. A Hora

do Conto na biblioteca escolar: o diálogo entre a leitura literária e outras linguagens. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. p 19-47.

VERGUEIRO, W. C. S. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília: Lemos Informação e Comunicação, 1997.





CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

FILIFE XERXENESKI DA SILVEIRA
MAGALI LIPPERT DA SILVA

O PROFISSIONAL TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O Técnico em Biblioteconomia deve ser um profissional atualizado, cooperativo, comunicativo, ético, que atue de forma responsável, participativa e empreendedora no desenvolvimento de atividades ligadas aos processos biblioteconômicos. Este profissional atua sob a supervisão de um bacharel em Biblioteconomia e sua atividade básica é tratar a informação, devendo lidar com a política documental, em qualquer formato ou de qualquer tipo. Além disso, os profissionais deverão desenvolver a competência de gestão e têm a informação como foco de trabalho.

O ambiente de trabalho para os profissionais técnicos em Biblioteconomia é bastante diversificado, podendo este atuar em bibliotecas universitárias, públicas, escolares e especializadas, centros de pesquisa e documentação, empresas privadas ou estatais, sindicatos, associações, organizações não governamentais (ONGs), escritórios de profissionais liberais. O governo federal sancionou a lei nº 12.244¹, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização de bibliotecas nas instituições de ensino do país. No art. 2º desta Lei, é considerada biblioteca escolar

1 Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura; além de respeitar a existência de um bibliotecário em cada biblioteca. Embora existam diversas iniciativas e abundância de recursos, o brasileiro ainda não adquiriu o hábito da leitura e da pesquisa, isto é, da cultura. Não obstante essa questão dos baixos índices de leitura, aparentemente, prejudique a atuação do profissional da Biblioteconomia, vemos, por outro lado, um esforço (através da aprovação da Lei citada) no sentido de disseminar as bibliotecas no país. Dessa forma, a atuação profissional parece estar assegurada.

QUALIFICAÇÕES FUNDAMENTAIS PARA O PERFIL PROFISSIONAL NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O surgimento das novas tecnologias impactou na formação e no perfil do profissional que trabalha com a informação. Atualmente, podemos destacar algumas qualificações fundamentais para a formação de um profissional técnico em Biblioteconomia. São elas:

- a) domínio no uso de tecnologias de informação e mídias digitais;
- b) domínio de mais de um idioma;
- c) capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- d) educação continuada;
- e) adaptabilidade social;
- f) capacidade para lidar com todos os tipos de públicos (idosos, crianças, analfabetos funcionais, cegos, pessoas com mobilidade reduzida, surdos, etc.);
- g) atitude participativa, flexível e inovadora.

No tratamento da informação, o técnico em Biblioteconomia poderá auxiliar o bibliotecário nas seguintes atividades:

- a) auxílio na seleção de itens documentais para incorporação ao acervo: a seleção é um momento de decisão, em que o bibliotecário

rio decide quais os itens documentais, previamente identificados através de estudos de comunidades e da política de desenvolvimento de coleção criada pela biblioteca, irão compor o acervo. Geralmente este processo ocorre através de critérios preestabelecidos por uma comissão responsável por esta atividade. Para Ranganathan (2009), a seleção é uma atividade que ocorre diariamente, quando os itens selecionados estão de acordo com as exigências dos usuários, do movimento editorial e dos recursos disponíveis.

- b) conferência das obras adquiridas (pesquisa no catálogo da biblioteca): assim que as obras adquiridas chegam à biblioteca, o técnico em Biblioteconomia procede à pesquisa no catálogo existente na biblioteca. Esta atividade tem como objetivo informar ao bibliotecário a existência ou não da obra no acervo. É uma atividade extremamente importante para evitar a duplicidade de registros bibliográficos. Caso a mesma obra seja localizada, são extraídos os dados que irão compor e otimizar a catalogação (atividade inerente ao profissional bibliotecário) no processamento técnico.
- c) recebimento de doações: uma tarefa muito comum no cotidiano de um técnico em Biblioteconomia é o recebimento de doações. Para tanto é necessário observar alguns critérios. São aceitos itens documentais por meio do processo de doação quando:
- as obras doadas estiverem de acordo com os assuntos de interesse da biblioteca e do público-alvo a que se destina;
 - a biblioteca julga interessante ter mais exemplares de um determinado título;
 - para suprir falhas na coleção;
 - para a substituição de obras extraviadas, danificadas e perdidas.
- Bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia devem ficar atentos quanto ao recebimento de doações com as seguintes características:

- obras danificadas, sujas, deterioradas ou em mau estado de conservação;
- itens documentais desatualizados;
- cópias reprográficas;
- obras em idioma pouco acessível.

De acordo com Vergueiro (2010, p. 75), “dependendo da sobrecarga de atividades do corpo técnico, os materiais podem acumular-se na biblioteca, à espera de uma decisão quanto à sua incorporação”. O autor ainda coloca que “a frequência com que uma biblioteca é procurada para a doação de materiais pode ser um sinal de seu prestígio junto à comunidade”.

- d) registro de itens documentais para incorporação ao acervo: em sistemas não automatizados, os livros são registrados em um livro tomo. O item é registrado à caneta de cor azul com todos os dados que o descrevem na seguinte ordem: nº de registro, data do registro, nº de obra, autor, título, edição, editora, ano, forma de aquisição e observações. Cada volume físico recebe um número de registro, porém o número de obra pode ser o mesmo para um livro que tenha mais de um exemplar. Ex.: a biblioteca possui dez exemplares do livro *O Ateneu*, de Raul Pompéia, do ano de 1994, 3ª edição; o número de obra será igual para os 10 exemplares, porém, cada um receberá um número de registro. O número de registro serve para quantificar o total de itens que a biblioteca possui em seu acervo.
- e) carimbagem de documentos: os dois principais carimbos utilizados nas obras são:
- carimbo de registro: localizado no verso da folha de rosto, na esquerda da parte superior.
 - carimbo de propriedade: localizado na parte superior da folha de rosto, nos três cortes do livro e nas páginas internas na parte inferior (intervalos regulares conforme o número de páginas da obra).

Obs.: Nenhum carimbo deve encobrir qualquer informação da obra.

- f) etiquetagem: é o processo em que será confeccionada, impressa e colada a etiqueta com os dados da obra. Após o bibliotecário efetuar a representação temática (classificação e indexação – atribuição dos assuntos da obra) e a representação descritiva (catalogação), o técnico em Biblioteconomia poderá imprimir as etiquetas de lombada. Os passos para a etiquetagem são:
- emitir a etiqueta: imprimir a etiqueta em que constará o nome da biblioteca a que a obra pertence, nº de chamada da obra (notação de assunto + notação de autor) e outras informações que a biblioteca julgar importante (edição, volume, ano, etc.). A função básica do número de chamada é indicar a posição de cada livro no acervo da biblioteca.
 - colar a etiqueta na lombada do livro na parte inferior do livro, sendo que a medida da distância do pé do livro seja exatamente de 2cm.
 - colar a fita adesiva larga e transparente em cima da etiqueta, sendo que esta deverá ser 1cm maior que a etiqueta, a fim de proteger e fixar a própria na lombada do livro. Algumas bibliotecas adquirem etiquetas já plastificadas, desta forma dispensam o uso da fita adesiva transparente.
- g) atribuição da notação de autor: a biblioteca, dentro da sua política, deve estabelecer a utilização e desenvolvimento da notação de autor. A notação de autor é formada pela letra inicial do sobrenome do autor (ou ponto de acesso principal), representado pela inicial maiúscula, seguida de números retirados de uma tabela própria, denominada Tabela Cutter Sanborn, seguida pela primeira letra (exceto quando as obras iniciarem com artigos, neste caso o mesmo deverá ser dispensado) do título da obra em minúsculo.

- h) guarda de itens documentais: após a sequência da classificação de assunto, seguir a ordenação alfabética da inicial; dentro desta, seguir a ordem sequencial numérica da notação de autor, que é apresentada nas tabelas; posteriormente, as demais informações, como edição, volume e exemplar, quando a biblioteca adotar.

869.0 (81)-31 869.0 (81)-31

L23p L233p

- i) higienização material documental e realizar trabalhos de reparação de itens documentais: o técnico deverá estabelecer rotinas de higienização do acervo, alertas de preservação e reparos de obras danificadas.

Nesse sentido, fica claro que o técnico em Biblioteconomia deverá apresentar uma formação direcionada tanto na orientação generalista, quanto na especialista. Porém, acima de tudo, demonstrar capacidade de aprender e de atuar nas diferentes áreas da Biblioteconomia, atualizar-se permanentemente e demonstrar senso de responsabilidade frente às pessoas e os serviços.

REFERÊNCIAS

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de Materiais de Informação**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.



CAPÍTULO 4

SUBSÍDIOS PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA NAS ROTINAS DE UMA BIBLIOTECA

ÂNGELA FLACH

A conservação preventiva pode ser entendida como uma das políticas mais eficazes e mais necessárias no que se refere à preservação dos acervos bibliográficos na atualidade. Nesse sentido, torna-se mais relevante adotar ações voltadas à preservação do conjunto das coleções, do que investir em intervenções pontuais em determinados itens do acervo, pois estas ações, muitas vezes, tornam-se ineficazes se não vierem acompanhadas de medidas que permitam garantir a integridade dos materiais quando estes retornam ao acervo após as intervenções específicas de conservação e/ou restauração.

Para que seja exitosa a política de conservação preventiva em uma biblioteca, é imprescindível conhecer o acervo e suas instalações físicas como um todo, para fazer uma avaliação do conjunto, da multiplicidade de aspectos que podem influenciar a vida útil dos materiais. Dentre os aspectos que devem ser observados nesse sentido, pode-se destacar: os fatores ambientais que causam a degradação do acervo, os agentes biológicos, a ação do homem e as situações de emergência (como incêndios e inundações). Cada um desses fatores interfere, em maior ou menor medida, na preservação das coleções. Daí reside a importância de identificar quais são os maiores agentes de degradação do acervo, para obter os subsídios necessários à formulação de políticas capazes de minimizar os potenciais danos que podem ser provocados por cada um desses agentes.

É importante ressaltar que o acervo de uma biblioteca é formado essencialmente por materiais confeccionados em suporte papel, e este tipo de suporte exige cuidados específicos para sua preservação.

A qualidade do papel é determinante da longevidade do livro. Por natureza, o papel não é um material inerte; a conservação de papéis de baixa qualidade representa um desafio, e mesmo os melhores papéis requerem tratamento cuidadoso. (DORNING e BALL, 2005, p. 159)

Portanto, a preservação de obras em suporte papel sempre é um desafio muito grande, uma vez que, além de todos os fatores extrínsecos que podem causar danos a este suporte, existem também os fatores intrínsecos, relacionados ao próprio processo de fabricação do papel utilizado na confecção dos livros. A baixa qualidade deste tipo de suporte certamente é um dos elementos que mais dificulta o sucesso das ações voltadas a sua preservação.

FATORES AMBIENTAIS

A iluminação, a temperatura, a umidade relativa e a qualidade do ar são os principais fatores ambientais que interferem na preservação do acervo. A iluminação (natural e artificial), via de regra, é prejudicial em acervos formados essencialmente pelo suporte papel, uma vez que este suporte, pelas suas características e composição química, sofre um processo de degradação quando exposto à luz.

A radiação ultravioleta (UV) é a mais danosa ao acervo. Esta radiação é emitida pela luz solar e também por lâmpadas fluorescentes e provoca o envelhecimento precoce do papel, tornando-o quebradiço, amarelado e escurecido. A ação da luz também provoca o esmaecimento das tintas, podendo prejudicar a leitura dos materiais. Para evitar este tipo de dano ao acervo é importante protegê-lo da ação direta dos raios solares através da instalação de cortinas, persianas e filtros protetores (*insulfilm*), que podem ser instalados nos vidros das janelas e em lâmpadas fluorescentes.

A qualidade do ar é outro elemento que interfere nas condições ambientais do acervo. Os poluentes do ar encontrados na biblioteca podem ter origem no ambiente externo, a chamada poluição atmosférica, ou mesmo no ambiente interno da biblioteca. Neste último caso, estão associados à aplicação de vernizes, tintas ou ceras que liberam gases prejudiciais ao acervo. Deve-se, portanto, evitar a utilização destes materiais na biblioteca e também manter rotinas de higienização do acervo, para eliminar a poeira que se deposita sobre o mesmo, pois esta contém partículas de poluentes atmosféricos que aceleram o processo de degradação do papel.

A falta de controle da temperatura (T) e a umidade relativa (UR) elevada ou mesmo muito baixa são igualmente fatores bastante prejudiciais à integridade dos livros. Isto porque o papel é um material higroscópico, ou seja, absorve a umidade se estiver em um ambiente muito úmido e libera a umidade se estiver em um ambiente seco, o que provoca a expansão e/ou contração de suas fibras. O índice recomendado de temperatura para uma biblioteca deve ser o mais próximo possível dos 20°C. Já a umidade relativa deve ficar em torno de 50%.

A medição dos índices de T e UR pode ser feita por meio de um aparelho chamado termo-higrômetro, que mede simultaneamente estes dois índices e pode ser adquirido pelas bibliotecas com relativa facilidade. Também é imprescindível localizar as potenciais fontes de umidade, como infiltrações nas paredes ou teto, ou mesmo a existência de rios ou lagos nas proximidades, pois tudo isso vai interferir nas condições ambientais do acervo. O controle da umidade relativa poderá ser feito por meio da instalação de desumidificadores, se o local for muito úmido, ou de umidificadores, caso o acervo esteja em um ambiente muito seco. Para locais pequenos, como armários e mapotecas, uma boa alternativa é utilizar a sílica-gel para manter o ambiente seco e evitar a proliferação de fungos. Já o controle da temperatura poderá ser feito por meio de ventiladores e sistemas de ar-condicionado. De toda forma, qualquer solução adotada deve sempre ser resultado de um planejamento prévio, que leve em conta as especificidades de cada espaço, sobre qual o método mais adequado e que ofereça as melhores condições para garantir um ambiente estável.

AGENTES BIOLÓGICOS

Dentre os agentes biológicos causadores de degradação em acervos, destacam-se os fungos, os roedores e os insetos (brocas, cupins, traças e baratas). Estes agentes podem causar danos sérios e às vezes irreversíveis, o que exige a necessidade de vistorias periódicas para identificar possíveis infestações.

A proliferação de fungos, também denominados de “mofo” ou “bolos”, está relacionada a condições ambientais inadequadas (T e UR elevadas), associadas à falta de circulação do ar e falta de rotinas de limpeza.

Além da contaminação por fungos, as bibliotecas também podem enfrentar problemas com roedores no acervo. Um indício claro de que há este tipo de infestação é a presença das fezes, que podem ser encontradas nas estantes, no chão ou mesmo sobre os livros. Os ratos e ratazanas são em geral atraídos por restos de comida e, quando atacam o acervo, provocam grande destruição. Estes roedores também podem causar doenças nos humanos e, por isso, é necessário ter muita cautela ao lidar com este tipo de infestação. A melhor maneira de evitar a presença de roedores nos acervos é verificar se todos os acessos ao prédio ficam bem fechados.

Os insetos são outra categoria de agente biológico que causa preocupação em bibliotecas. Eles são atraídos ao acervo pela celulose presente na composição do papel, pelas colas, em especial a de amido, bem como por eventuais restos de alimentos deixados nos livros pelos usuários.

Dentre os agentes biológicos que atacam os acervos, os ratos, brocas e cupins certamente são os que causam danos mais graves às coleções, pois seu ataque apresenta alto potencial de destruição dos materiais. Já o contato com material contaminado por baratas e ratos pode ser muito prejudicial à saúde, uma vez que estes insetos podem transmitir diversas doenças aos humanos. Por essas razões, ao lidar com materiais que estejam infestados, sempre é imprescindível a utilização de equipamentos de proteção individual adequados.

Um ambiente limpo, sem acúmulo de lixo e resíduos de alimentos, sem focos de água parada e com controle das condições ambientais, são

medidas que se aplicam para a prevenção contra a ação dos agentes biológicos encontrados nas bibliotecas.

AÇÃO DO HOMEM

A ação do homem pode danificar o acervo por meio do manuseio incorreto, atos de furto e vandalismo e acondicionamento e/ou armazenamento inadequado dos materiais. Em geral, é o próprio homem o causador dos maiores danos ao acervo, pois são inúmeras as ações possíveis, realizadas de forma intencional ou não, que acabam reduzindo a vida útil dos livros.

Com relação ao manuseio, pode-se destacar os seguintes procedimentos que promovem a degradação dos livros:

- Efetuar consertos utilizando fitas adesivas;
- Apoiar-se com os cotovelos sobre o livro durante a leitura;
- Consumir alimentos e bebidas junto ao material de consulta;
- Guardar materiais como folhas de jornal, flores, etc., no interior do livro;
- Utilizar cliques metálicos e canetas marca-texto para destacar partes do livro;
- Fotocopiar o livro;
- Fazer dobras nas folhas para marcá-las;
- Manuseio do material de consulta com as mãos sujas;
- Retirada do livro da estante pela parte superior da lombada. O correto é retirá-los sempre pelo meio da lombada, empurrando para trás os dois livros de cada lado e segurando pelo meio o que será retirado.

Já no que diz respeito ao armazenamento e transporte dos livros, também é necessário ficar atento a alguns detalhes que podem facilmente contribuir para a degradação dos livros:

- Acondicionamento do acervo em armários de madeira: o ideal é utilizar estantes de metal esmaltado, para evitar cupins;

- A superlotação das prateleiras: os livros não devem ficar muito apertados na estante;
- Deixar os livros dispostos de forma inclinada na prateleira: o correto é mantê-los na posição vertical, utilizando bibliocantos com superfície lisa e formato arredondado. Já para obras volumosas, deve-se guardá-las na posição horizontal, empilhando até três volumes.
- Livros que possuem encadernação frágil ou danificada: devem ser amarrados com um cadarço de algodão ou então armazenados em caixas de proteção individual, confeccionadas em papel de qualidade arquivística.
- Manter as estantes ou armários encostados nas paredes: o ideal é deixar um afastamento de no mínimo 7cm das paredes, para evitar o contato direto com a umidade. A disposição das estantes também deve ser organizada de modo que permita uma boa circulação do ar entre elas.
- Deixar prateleiras de livros muito próximas do chão: o ideal é que a última prateleira da estante fique a, pelo menos, 15cm do chão. Isto evita o contato dos livros da última prateleira com a umidade do chão e também os protege em caso de ocorrer algum acidente com água na biblioteca.
- Transporte de livros: é importante não superlotar o carrinho, para evitar a queda de volumes durante o transporte. Já em caso de transporte utilizando caixas, convém utilizar modelos resistentes e, igualmente, cuidar para que estas não fiquem superlotadas, promovendo assim um empilhamento exagerado de volumes.

O furto e a depredação dos materiais também são problemas enfrentados por todas as bibliotecas e as soluções a serem propostas, muitas vezes, não podem ser resolvidas em curto prazo, exigindo investimentos específicos para garantir maior segurança às coleções. O investimento em ações que possam minimizar as possibilidades de degradação do acervo no que se refere à ação do homem é fundamental. No entanto, todas estas ações devem ser implementadas sempre em conjunto com campa-

nhas educativas no sentido de conscientizar o usuário sobre a importância de zelar pelos materiais que ele está consultando.

EMERGÊNCIAS EM BIBLIOTECAS

Os incêndios e as inundações são as situações de emergência que causam os maiores danos em uma biblioteca, podendo levar a uma perda total do acervo. Enfrentar uma situação de emergência não é uma tarefa simples, e daí reside a importância de se investir em um planejamento detalhado de ações capazes de prevenir este tipo de desastre, bem como agir de forma rápida e eficiente caso ocorra um acidente desse tipo na biblioteca. As ações que forem planejadas nesse sentido devem estar formalizadas em um documento que reúna informações como: quais as prioridades de salvamento no acervo, uma vez garantida a segurança humana; telefones de contato das pessoas que deverão ser chamadas em caso de emergência; telefones de fornecedores de materiais e serviços que poderão ser úteis; localização dos equipamentos a serem utilizados em uma emergência, etc. As informações contidas neste documento devem ser do conhecimento de toda a equipe de trabalho e necessitam ser revistas e atualizadas periodicamente. Se a biblioteca possui sistemas de detecção de fumaça, de alarme contra incêndio e de extinção de incêndio (*sprinklers*), estes sistemas devem passar por um controle rigoroso para que efetivamente funcionem caso ocorra um sinistro. Também é imprescindível manter um *kit* para auxiliar em caso de emergências (contendo luvas de borracha, esponjas, lonas, lanternas, material para secagem de documentos, entre outros), pois quanto mais rápida for a ação nesse caso, menores serão os danos causados ao acervo.

No que se refere à prevenção de incêndios e alagamentos, em primeiro lugar devem ser listados os potenciais riscos ao acervo, tais como: idade da fiação elétrica do prédio, condições do sistema de encanamento, condições estruturais do prédio, instalações elétricas capazes de atender à demanda dos equipamentos eletrônicos existentes, características do entorno do prédio (se há árvores muito próximas, riscos que os prédios próximos apresentam, se o prédio está localizado em uma região que ala-

ga com facilidade, etc.). De posse dessas informações, será possível delinear qual a melhor maneira de reduzir os potenciais riscos e as formas de agir em situações que exigem atuação rápida, como um curto-circuito, calhas entupidas, vazamento de canos, etc. A equipe de trabalho deve ainda possuir pessoas treinadas para manusear extintores de incêndio e realocar e/ou proteger o acervo em caso de algum vazamento. Estas ações devem estar combinadas a rotinas simples de prevenção de desastres, como: desligar os equipamentos eletrônicos ao final do expediente, proibir o fumo dentro da biblioteca, não manter caixas de livros alocadas diretamente no chão, dentre outros.

Todos estes elementos destacados acima estão relacionados à adoção de rotinas de conservação preventiva em bibliotecas. Junto a estes, é importante ainda mencionar a higienização em uma biblioteca, pois esta é imprescindível para garantir o bem estar das coleções, devendo “ser um hábito de rotina na manutenção de bibliotecas ou arquivos, razão por que é considerada a *conservação preventiva por excelência*” (CASSARES, 2000, p. 26). Contudo, qualquer planejamento voltado à higienização não pode estar dissociado da utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). De acordo com Paletta et al (2005), ao higienizar o acervo é importante dispor dos seguintes itens para serem utilizados pelos funcionários da biblioteca: óculos protetores, máscara e toucas protetoras para a cabeça, avental ou jaleco, luvas descartáveis, propés ou botas. Investir na aquisição de EPIs é fundamental para garantir a saúde da equipe de trabalho, pois sem o uso correto dos equipamentos de proteção, os funcionários podem apresentar reações alérgicas no corpo, rinites, irritação nos olhos, dentre outros problemas de saúde que podem ser ainda mais graves, dependendo do tipo de contaminação que pode estar presente nos materiais.

Implantar uma política de higienização rotineira na biblioteca traz inúmeras vantagens, pois ao mesmo tempo em que se higieniza o material é possível verificar se há infestações no acervo, além de identificar itens que estão danificados (como capas, costuras e/ou folhas soltas ou rasgadas) e necessitam de alguma intervenção, devendo ser retirados do acervo para serem recuperados. A higienização possibilita, portanto, que se faça um diagnóstico geral das condições de preservação do acervo, po-

dendo ser utilizada como importante ferramenta para planejamento de ações posteriores.

O desenvolvimento de ações relacionadas a rotinas de conservação preventiva em uma biblioteca é fundamental para garantir uma maior vida útil das coleções. No entanto, como já exposto, estas rotinas envolvem uma multiplicidade de elementos, o que exige a realização de um trabalho conjunto, onde toda a equipe de trabalho esteja ciente das ações que são necessárias desenvolver, e também comprometida com o trabalho a ser realizado, para que estas ações possam ser exitosas e tragam efetivamente bons resultados.

REFERÊNCIAS

CASSARES, Norma. **Como fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, número 5)

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Princípios Históricos e Filosóficos da Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008. (Série “Tópicos em Conservação Preventiva”, caderno 2)

DORNING, David; BALL, Stephen. Conservação de Livros. In: Museums, Libraries and Archives Council. **Conservação de Coleções**. São Paulo: Ed. da USP, Fundação Vitae, 2005.

LIMA, Justino Alves. Depredação: uma cultura contra as bibliotecas brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 179-194, 1998.

OGDEN, Shereilyn. **Administração de Emergências**. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.arqsp.org.br/cpba/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo; YAMASHITA, Marina Mayumi; PENILHA, Débora Ferrazoli. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para profissionais de Bibliotecas, Centros de Documentação e Arquivos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 2, n. 2, p. 67-79, jan./jun. 2005.

SERIPIERRI, Dione et. al. **Manual de Conservação Preventiva de Documentos: Papel e Filme**. São Paulo: editora da USP, 2005.





CAPÍTULO 5

ACESSIBILIDADE PARA TODOS: *CHECKLIST* PARA ACESSO E USO DE BIBLIOTECAS²

TAMINI FARIAS NICOLETTI
ELIANE LOURDES DA SILVA MORO
LIZANDRA BRASIL ESTABEL

O acesso à informação é um direito constitucional em nosso país, pois propicia desenvolvimento social, intelectual e econômico, além de ser fundamental à formação da cidadania e do senso crítico das pessoas. Contudo, o formato inadequado da informação frente às necessidades especiais dos indivíduos a torna inacessível. Assim, as pessoas com deficiência se deparam com vários obstáculos na arquitetura das unidades de informação, nos suportes, formatos e instrumentos de informação, bem como nas políticas e atitudes de bibliotecários e auxiliares, dificultando o acesso e o uso da informação em bibliotecas.

No Brasil, um número considerável de cidadãos apresenta algum tipo de deficiência, definitiva ou temporária, seja física, mental, intelectual ou sensorial. Entre estes, encontram-se as pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida, como, por exemplo, pessoas em cadeiras de rodas e usuários de bengalas; com limitação visual parcial e total, como as pessoas cegas e com baixa visão; com limitação auditiva total e parcial; além dos idosos, os doentes crônicos, as gestantes e as pessoas que apresentam medidas antropométricas extremas, como obesidade, estatura muito alta ou muito baixa. Esses cidadãos formam um grande grupo de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) para exercer seu direito de ir e vir e, mais

2 Texto apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

do que isso, seu direito de interagir com os demais. Especialmente no que se refere ao acesso à informação, percebe-se, por vezes, que essas pessoas se encontram em condições de desigualdade em comparação com as pessoas sem nenhum tipo de limitação. O último censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta um número superior a 45 milhões de brasileiros com deficiência, por isso a importância em buscar

[...] uma sociedade que aceita os diferentes e que cresce com as diferenças, uma sociedade inclusiva, sem miséria, sem injustiça, sem exploração social e econômica, sem marginalização social, uma sociedade sem exclusão. Exclusão significa estar à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos, seja no acesso à informação. (MORO; ESTABEL, 2009)³

Com vistas a tornar a acessibilidade um direito de todos os cidadãos, a legislação brasileira apresenta quantidade significativa de leis, decretos, portarias e normas reguladoras que prescrevem a acessibilidade. Contudo, no contexto das bibliotecas, o profissional da informação carece de um instrumento de ordem prática que permita, ao mesmo tempo, avaliação e promoção da acessibilidade eliminando as barreiras existentes. Esta carência é atribuída, principalmente, ao número ínfimo de estudos sobre a questão da acessibilidade no contexto de bibliotecas e à inexistência de um instrumento validador para o atendimento às necessidades de todos ao acesso e uso de bibliotecas.

Este estudo apresenta como objetivos específicos identificar documentos oficiais e técnicos relacionados à acessibilidade em bibliotecas; analisar os documentos oficiais e técnicos identificados; selecionar critérios para avaliação da acessibilidade para todos em bibliotecas a partir dos documentos analisados; e criar, a partir dos critérios selecionados, um instrumento (*checklist*) para a avaliação da acessibilidade para todos em bibliotecas e, como produto, a construção de um *checklist* de avaliação para o atendimento às necessidades de acessibilidade de todos os cidadãos ao acesso e uso de bibliotecas.

3 Documento eletrônico.

ACESSO À INFORMAÇÃO E À INCLUSÃO SOCIAL

O acesso à informação é fator determinante para o desenvolvimento da sociedade, seja na perspectiva social, econômica ou política. Nesse sentido, o exercício da cidadania é condicionado ao acesso à informação, visto que o cidadão deve ter pleno conhecimento dos seus direitos e deveres para, assim, exercê-los. Corroborando com esta afirmativa, Ribas e Ziviani (2007, p. 50, grifo nosso) afirmam que

[...] o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais, uma vez que é por meio da conscientização desses direitos, pela tomada de consciência dos indivíduos, que o Brasil conseguirá se tornar **uma sociedade mais inclusiva**.

Uma sociedade inclusiva não se restringe à inclusão econômica dos cidadãos como comumente se pensa ao abordar o tema da inclusão social, mas no sentido amplo do exercício da cidadania. Assim, uma sociedade inclusiva não é aquela que apenas subsidia os excluídos, mas cria as possibilidades para que estes sejam incluídos e se mantenham inseridos de forma autônoma e digna.

Na atual conjuntura a informação é global, perpassa qualquer barreira política e geográfica, e essa condição se deve, principalmente, mas não unicamente, às mudanças na área tecnológica, mais especificamente na área da informática, e do uso em massa da rede mundial de computadores – a internet. Se em tempos passados a força que movia o mundo era o “vapor”, hoje, o que move, indiscutivelmente, é a informação. O volume, a rapidez e a qualidade da informação lhe agregam valor de mercadoria indispensável em nosso cotidiano e no exercício da cidadania.

O espaço de acesso à informação, nos diferentes suportes e formatos, entre outros, se realiza na biblioteca, que deve ser acessível para todos os cidadãos atendidos em suas necessidades de busca e mediados pelo bibliotecário.

A formação do profissional bibliotecário, nesse contexto, passa pela necessidade de apropriação de embasamento teórico específico, pela reflexão sobre a atuação profissional e pela dis-

posição de tornar a informação acessível para todos, em busca de uma ação inclusiva mais efetiva e humanizada diante das demandas que se apresentam e na gestão de bibliotecas. A biblioteca acessível se caracteriza em disponibilizar a informação e a acessibilidade para as PNEs em um processo de inclusão e de cidadania através das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) acessíveis. (MORO; ESTABEL, 2012)⁴

As bibliotecas, enquanto centros de informação sem fins lucrativos, que organizam e disponibilizam acervos, apresentam-se como ferramenta para a promoção da inclusão social de grande parte dos cidadãos.

Nesse sentido, na atuação profissional, os bibliotecários devem estar preparados e sensibilizados, devem ter competência para atuar na diversidade, conhecer as possibilidades de aprendizagem e assumir a função de mediadores no processo de inclusão e de acessibilidade das PNEs no espaço da biblioteca, das redes sociais e da sociedade. (MORO; ESTABEL, 2012)⁵

Cada tipo de biblioteca apresenta características particulares, que as diferenciam das demais, como a instituição mantenedora, missão e objetivos e, a partir dessas características, delinea-se o acervo, as fontes de informação e o tipo de usuário. Assim, considerando a diversidade humana e a necessidade de inclusão de todos através do acesso e uso da informação, é fundamental perceber a questão da acessibilidade e propiciar bibliotecas acessíveis aos cidadãos.

A ACESSIBILIDADE, A LEGISLAÇÃO E A NORMATIZAÇÃO NO BRASIL

A questão da acessibilidade é extremamente importante, pois sempre existiram pessoas com algum tipo de necessidade especial, contudo, a preocupação em permitir a inclusão destas de forma segura, autônoma e digna é relativamente recente, tornando-se evidente apenas no último século.

4 Documento eletrônico.

5 Documento eletrônico.

Segundo Sasaki (2006)⁶, o termo “acessibilidade” tem origem com o surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional no final da década de 40, sendo utilizado, fundamentalmente, “[...] para designar a condição de acesso de pessoas com deficiência”. Contudo, o conceito de acessibilidade não se restringe ao acesso físico de espaços internos e externos, mas a vários aspectos relacionados e interdisciplinares.

O Artigo 2º da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), define acessibilidade como a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A NBR 15599 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. 2) acrescenta a esse conceito a possibilidade e condição de alcance para utilização de produtos e serviços por pessoa com deficiência.

Assim, verifica-se claramente a evolução da percepção da questão da acessibilidade nas últimas décadas, perpassando a arquitetura, abrangendo os produtos e serviços, considerando toda a gama de limitações que as pessoas podem apresentar.

Consoante, Melo (2006, p. 17, grifo nosso) declara:

É bastante comum associá-la [a acessibilidade] primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, **acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.**

Assim, atentar para a acessibilidade de PNEs, reconhecendo e valorizando a diversidade das pessoas, é condição básica para a inclusão de to-

6 Documento eletrônico.

dos sem discriminação. Nesse sentido, Vivarta (2003 *apud* Sasaki, 2006, p. 24)⁷ afirma que para uma sociedade acessível é preciso verificar sua adequação de acordo com seis quesitos básicos:

- **Acessibilidade arquitetônica:** não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.
- **Acessibilidade comunicacional:** não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica:** não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar).
- **Acessibilidade instrumental:** não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).
- **Acessibilidade programática:** não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- **Acessibilidade atitudinal:** não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (grifo nosso).

Os quesitos apontados por Sasaki permitem uma visão ampla sobre os quesitos em acessibilidade que podem ser utilizados como critérios básicos de verificação da acessibilidade em contextos diversos.

Com o objetivo de permitir a real inclusão de PNEs, a questão da acessibilidade vem sendo discutida por diferentes segmentos da sociedade. Para tanto, organizações nacionais e mundiais já se reuniram em torno do tema, discutindo soluções, firmando compromissos e metas. Além disso, diversos países vêm desenvolvendo legislação e normas próprias nesse sentido.

7 VIVARTA, Veet (Coord.). **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Série Diversidade)

O Brasil apresenta-se bem desenvolvido no que tange à legislação sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência em comparação com outros países em desenvolvimento. Assim, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), constitui um dos documentos mais importantes nesse sentido, pois regulamentou a Lei Federal nº 10.098/2000 e a Lei Federal nº 10.048/2000. Conforme Carletto e Cambiaghi (2008, p. 25), este decreto “[...] forneceu elementos técnicos e estipulou prazos para que vias públicas, estacionamentos, edifícios públicos e privados atendam o Desenho Universal, ou seja, se adequem às necessidades inclusive das pessoas com deficiência”.

A Lei Federal nº 10.098 (BRASIL, 2000), de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei de Acessibilidade, merece destaque, pois estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, determina a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

No que se refere aos normativos que abordam a acessibilidade de pessoas com deficiência, o Brasil apresenta documentos pontuais que dispõem sobre a questão da acessibilidade no contexto educacional, visto a importância do acesso à educação para a inclusão das PNEs. Assim, o Ministério da Educação (MEC) assinou em 2 de dezembro de 1999 a Portaria nº 1.679 (BRASIL, 1999), que discorre sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência com o objetivo de instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como de credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) em âmbito nacional.

Além das portarias, a Lei Federal nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece a integração de pessoas com deficiência no sistema de ensino regular, determina a adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos, bem como a qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos, propondo uma escola inclusiva e aberta à diversidade dos alunos.

Quanto às normas, o Brasil dispõe de um conjunto delas voltadas à questão da acessibilidade de pessoas com deficiência. Contudo, apenas

duas se relacionam diretamente ao acesso e uso de bibliotecas: a NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos e a NBR 15599 Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços.

A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), criada em 1985, constitui a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade e estabelece critérios e parâmetros técnicos que devem ser observados tanto no projeto, construção e instalação, quanto na adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, a fim de garantir condições de acessibilidade.

[...] visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p.1)

Embora forneça subsídio para a promoção da acessibilidade, a NBR 9050 não contempla o universo de limitações que os indivíduos podem apresentar.

A NBR 15599 se diferencia da NBR 9050, pois fornece diretrizes que promovem a acessibilidade especificamente na prestação de serviços. Assim, “[...] destina-se ao uso pelos prestadores de serviço que buscam o atendimento à demanda das pessoas com dificuldades na comunicação, potencial mercado, e a legislação pertinente em vigor” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. v).

Para projetar ou adaptar ambientes, produtos e serviços a fim de torná-los acessíveis, não basta considerar apenas as normas de acessibilidade e a legislação em vigor. Para incluir, atendendo ao maior número de possível de pessoas, é fundamental pensar a acessibilidade sob a luz do Desenho Universal.

METODOLOGIA

O estudo realizado apresenta caráter exploratório-descritivo, com o objetivo de identificar os critérios de acessibilidade que devem constar em um instrumento de avaliação para o atendimento às necessidades de

todos os cidadãos ao acesso e uso de bibliotecas. A abordagem do estudo se caracteriza como qualitativa, pois os dados coletados foram prioritariamente descritivos, obtidos por meio da seleção e análise de documentos relacionados aos quesitos de acessibilidade em bibliotecas. Os documentos selecionados para o estudo foram do tipo oficial, como leis, decretos, portarias e resoluções vigentes, e do tipo técnico, como normas e livros-textos publicados nos últimos dez anos. Assim, os documentos que mais contribuíram para a determinação dos critérios de acessibilidade do *checklist* foram a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), a NBR 15599 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008) e o livro *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas* (PUPO *et al*, 2006).

A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Na primeira, foi realizado um levantamento bibliográfico específico a fim de identificar documentos oficiais e técnicos relacionados à acessibilidade em bibliotecas. Na segunda etapa foi realizada a análise dos documentos selecionados a fim de identificar os critérios de acessibilidade que iriam compor o instrumento de avaliação da acessibilidade. Para tanto, a análise foi realizada com base em seis categorias, ou seja, seis quesitos básicos de acessibilidade abordados no referencial teórico deste estudo: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal.

Os dados coletados foram organizados segundo os quesitos básicos de acessibilidade permitindo um melhor entendimento dos resultados alcançados com a coleta de dados. Esses dados ainda foram apresentados através de uma listagem, a qual constitui um instrumento de avaliação (*checklist*) para o atendimento às necessidades de todos os cidadãos ao acesso e uso de bibliotecas.

CHECKLIST PARA ACESSO E USO DE BIBLIOTECAS

O *checklist* é constituído de uma compilação de critérios identificados nos documentos abordados no referencial teórico, os quais foram analisados e transformados em questões diretas para o contexto de avaliação de bibliotecas. Os documentos oficiais e técnicos foram selecionados e

analisados complementando o elenco de critérios de acessibilidade. Cabe destacar que a plena acessibilidade não se efetiva somente através da eliminação de barreiras arquitetônicas, mas pela eliminação de barreiras existentes nas atitudes, normas e métodos, bem como nos instrumentos e no processo de comunicação entre as pessoas.

Inicialmente, a proposta de elaboração do *checklist* teve como base seis categorias de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), entretanto, durante a análise dos documentos, verificou-se que as mesmas não contemplavam a complexidade de questões abarcadas pela acessibilidade ampla no contexto das bibliotecas. Dessa forma, foram identificadas e incluídas duas categorias: acessibilidade à informação e acessibilidade ao mobiliário e equipamentos. Assim, o instrumento é organizado em oito quesitos básicos e estes são subdivididos conforme as suas peculiaridades.

Quanto à estrutura do instrumento de avaliação, houve a preocupação com a forma lógica, mantendo a aproximação de itens afins dentro de cada quesito básico, bem como estruturando as questões na ordem em que se apresentam na biblioteca. Considerando que o objetivo principal do *checklist* é servir de instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, para fins práticos de aplicação foram estabelecidas quatro alternativas de avaliação para cada item: sim, não, parcialmente e não se aplica.

No que se refere ao uso prático em bibliotecas, a partir da aplicação do *checklist*, produto deste estudo, os bibliotecários poderão identificar as barreiras existentes e atender a acessibilidade nos aspectos do espaço físico, mobiliário, produtos, serviços, instrumentos, métodos, normas e atitudes. Entretanto, várias dessas adaptações exigem que a unidade de informação despenda recursos. O instrumento completo consiste em 36 páginas, distribuído em itens e subitens.

Para exemplificar, apresentamos uma síntese dos principais itens que servem de amostragem de aplicação do instrumento validador, na Figura 1.

Figura 1: Instrumento de avaliação de acessibilidade em bibliotecas (CHECKLIST)

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS (CHECKLIST)					
ITENS PARA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS		S	N	P	N/A
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA					
Entorno da Biblioteca					
1.2	Estacionamento da Biblioteca				
1.3	Entrada da Biblioteca				
1.4	Espaços Internos da Biblioteca				
1.5	Pisos				
1.6	Capachos, forrações, carpetes e tapetes				
1.7	Desníveis				
1.8	Degraus e Escadas Fixas				
1.9	Rampas				
1.10	Corrimãos				
1.11	Corredores				
1.12	Sanitários				
2	ACESSIBILIDADE DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS				
2.1	Balcão de Atendimento ao Usuário				
2.2	Mesas ou Superfícies para Trabalho, Leitura e/ou Estudo				
2.3	Computadores/Terminais de Consulta				
2.4	Estantes				
3	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL				
3.1	Sinalização dos Espaços e Serviços da Biblioteca				
3.2	Considerações sobre a Sinalização Tátil				
3.3	Considerações sobre a Sinalização Sonora				
3.4	Considerações sobre a Sinalização Visual				
3.5	Sinalização de Espaços e Serviços Acessíveis da Biblioteca				
4	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO				
5	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA				
6	ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL				
7	ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA				
8	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL				

Fonte: NICOLETTI (2010).

Considerando que as bibliotecas são instituições sem fins lucrativos, geralmente com orçamento destinado apenas à aquisição de material bibliográfico, o investimento em acessibilidade não é prioridade. Contudo, a contribuição social que a biblioteca oferece à sociedade quando promove a inclusão de pessoas com deficiência justifica o investimento financeiro, pois o acesso à informação permite a produção e o compartilhamento de conhecimento, devolvendo à sociedade pessoas conscientes, críticas e participativas.

Cada biblioteca é considerada como um organismo distinto, e a aplicação e validação do *checklist* para verificar as condições de acessibilidade deve também considerar seus usuários reais e potenciais. Em linhas gerais, para viabilizar uma nova geração de bibliotecas, acessíveis, são necessários alguns elementos fundamentais, como a conscientização dos sujeitos envolvidos de que a acessibilidade é um direito de todos, garantido por lei, os recursos financeiros para modificar espaços e adquirir equipamentos, e o planejamento para fazer da acessibilidade uma constante e não uma ação imediatista. Visto que é inviável reconstruir todos os espaços em que se encontram as bibliotecas, nem adquirir todos os materiais em suportes totalmente acessíveis, cabe verificar as condições de acesso e de uso da informação nas bibliotecas e, posteriormente, adequá-las. No que se refere às novas bibliotecas, estas devem ser planejadas e concebidas sob a ótica da acessibilidade a fim de evitar desperdício de recursos, bem como não prejudicar o usuário com processos de adaptação à acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo principal oferecer aos bibliotecários um instrumento de ordem prática que permita a avaliação e criação das condições de acessibilidade no contexto das bibliotecas.

Embora tenha sido concebido para todos os tipos de biblioteca, atendendo para as características gerais e específicas destas, a aplicação indiscriminada deste instrumento não garante a acessibilidade de todos. É necessário que a aplicação do instrumento seja realizada por um profissional bibliotecário, uma vez que, por profissão, este é um mediador

entre a informação e o usuário, possibilitando que todas as pessoas sejam atendidas nas suas necessidades informacionais, propiciando a inclusão social e digital, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.

A partir da aplicação do instrumento, o bibliotecário poderá reunir as informações necessárias para promover a adequação da biblioteca no meio em que está inserida e dos serviços de qualidade no atendimento às necessidades dos usuários quanto à acessibilidade. Contudo, este estudo não teve, em momento algum, a intenção de abarcar toda a questão da acessibilidade no contexto das bibliotecas, mas apenas acelerar o processo de acessibilidade, visto que esse é fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência.

Vale ressaltar que o bibliotecário é tão responsável pela questão da acessibilidade como qualquer outro profissional, pois o acesso à informação é direito magno. Conforme adianta uma das Leis da Biblioteconomia formulada por Ranganathan, a cada leitor o seu livro. Assim, este pode estar em Braille, em áudio, digital e em tantos outros formatos e suportes quantos forem necessários para o atendimento a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050** - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 15599** – Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do**

Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 1.679**, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. [Brasília, DF, 1999.]. Disponível em <<http://www.cedipod.org.br/edu1679.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI Silvana. **Desenho Universal**: um conceito para todos. Mara Gabrielli, [2008]. Disponível em: <http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e Design Universal. In: PUPO, Deise Tallarico (Org.) *et al.* **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. Cap. 3, p. 17-20. Disponível em: http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view. Acesso em: 12 abr. 2016.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 98 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

PUPO, Deise Tallarico (Org.) *et al.* **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. Cap. 3, p. 17-20. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RIBAS Claudia; ZIVIANI, Paula. O Profissional da Informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.17, n.3, p.47-57, set./dez. 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de Acessibilidade**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki.php>>. Acesso em: 12 abr. 2016.





CAPÍTULO 6

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

GABRIELA DA SILVA GIACUMUZZI
ELIANE LOURDES DA SILVA MORO
LIZANDRA BRASIL ESTABEL

Este capítulo apresenta o resultado obtido com a aplicação do Instrumento de Avaliação das Condições de Acessibilidade em Bibliotecas (*checklist*), desenvolvido por Nicoletti (2010). A avaliação foi realizada em seis bibliotecas públicas localizadas na região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul. O *checklist* é um instrumento que busca avaliar o nível de acessibilidade em bibliotecas, por meio de análise da acessibilidade arquitetônica, do mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, abrangendo assim diversos aspectos necessários para a biblioteca ser um espaço acessível e que ofereça serviços a todos, promovendo a inclusão social.

As bibliotecas avaliadas foram:

- a) biblioteca 1 (B1): Biblioteca Pública Municipal Darcy Azambuja, Guaíba - RS;
- b) biblioteca 2 (B2): Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa, Esteio - RS;
- c) biblioteca 3 (B3): Biblioteca Ecológica Maria Dinorah, Porto Alegre - RS;
- d) biblioteca 4 (B4): Biblioteca Pública Infantojuvenil Lucília Minssen, Porto Alegre - RS;

- e) biblioteca 5 (B5): Biblioteca Pública Lígia Meurer, Porto Alegre - RS;
- f) biblioteca 6 (B6): Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

Por meio da comparação dos dados obtidos nas seis bibliotecas, pode-se verificar a situação de algumas bibliotecas públicas gaúchas no que se refere à acessibilidade.

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS

Bibliotecas públicas são centros de informação onde a informação está registrada e organizada de forma que possa ser acessada por todos que a buscam, inclusive as pessoas com deficiência (PcD). Considera-se PcD:

pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida, como, por exemplo, pessoas em cadeiras de rodas e usuários de bengalas; com limitação visual parcial e total, como as pessoas cegas e com baixa visão; com limitação auditiva total e parcial; além dos idosos, os doentes crônicos, as gestantes e as pessoas que apresentam medidas antropométricas extremas, como obesidade, estatura muito alta ou muito baixa. (NICOLETTI; MORO, 2011, p. 3)

Conforme consta no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), é dever da biblioteca pública fornecer o acesso à informação para todos, tornando acessível a informação para aqueles que a buscam, respeitando todas as diferenças e limitações. Sendo assim, na biblioteca pública “o que melhor a caracteriza é ela ser plenamente aberta a toda a população local; é ser comum a todos” (BRASIL, 1999, p. 18).

Portanto, a biblioteca só poderá cumprir seu papel integralmente se for uma instituição acessível, que promova a acessibilidade para poder atingir toda a sua comunidade de usuários, incluindo aqueles que ainda não a frequentam. Tem-se a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento

urbano e elementos” (ABNT, 2004, p. 2) e acessível como “espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa” (ABNT, 2004, p. 2). A biblioteca acessível é vista como:

um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. (FERRÉS, 2006, p. 21)

A biblioteca pública, seja estadual ou municipal, que for acessível, concederá aos usuários a possibilidade de terem o acesso à informação que buscam, por meio da eliminação de barreiras que possam impedir o uso da biblioteca e seus serviços.

Nas bibliotecas, além da acessibilidade arquitetônica, outras acessibilidades (comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal) são importantes de serem avaliadas, pois além das barreiras arquitetônicas que podem impedir a entrada e a locomoção na biblioteca, as demais barreiras podem se tornar grandes impedimentos no acesso à informação.

APLICAÇÃO DO CHECKLIST EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Nos próximos tópicos serão apresentados os resultados obtidos na avaliação das bibliotecas.

➤ **Acessibilidade arquitetônica**

A acessibilidade arquitetônica visa à eliminação das barreiras físicas nos ambientes. Essas barreiras são “[...] qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano” (ABNT, 2004, p. 2). A eliminação das barreiras arquitetônicas nas bibliotecas permitem que o usuário possa circular com segurança e autonomia no ambiente da bib-

lioteca, e a acessibilidade no entorno da biblioteca permite que o usuário chegue até a ela.

a) Entorno da biblioteca e estacionamento da biblioteca

Os requisitos do *checklist* que se referem ao entorno da biblioteca são os fatores externos, que também devem estar acessíveis para que a pessoa com deficiência consiga chegar até a biblioteca. Podem-se destacar alguns requisitos: transporte público, calçadas e rota acessível. Sobre a acessibilidade urbana, Férres (2006, p. 23) diz que “tanto o transporte público como a urbanização circundante da biblioteca deve ser acessível.”

Diante do exposto, observou-se que o entorno das bibliotecas avaliadas não é acessível, pois apesar das bibliotecas possuírem algumas linhas de transporte urbano coletivo acessíveis, outros fatores não são contemplados, como sinalização tátil ou sonora e rota acessível, além das calçadas não estarem em condições que permitem a acessibilidade.

A B1 e B5 não possuem estacionamento; a B2, B4 e B6 não possuem vagas reservadas no estacionamento para pessoas com deficiência; e a B3 possui vagas reservadas no estacionamento para pessoas com deficiência de acordo com a legislação brasileira.

b) Entrada, espaços internos da biblioteca, corredores e sanitários

Nos quesitos sobre a acessibilidade nos espaços físicos da biblioteca, conforme apresentado no *checklist*, constatou-se que não existem entradas consideradas acessíveis. Os quesitos da entrada da biblioteca avaliados são o tipo e altura das maçanetas nas portas, sinalização tátil indicando a entrada, entrada alternativa com rampa de acesso quando a entrada possui degrau ou escada, possibilidade de abrir a porta com um único movimento, entre outros.

No espaço interno da biblioteca, somente B4 e B6 possuem rotas acessíveis ligando todas as áreas e setores da biblioteca. Em relação à área livre para circulação de pessoas e manobras de cadeiras de rodas, as B4, B5 e B6 mantêm padrões de acessibilidade, permitindo a circulação

de mais de uma pessoa nos espaços, pessoas em cadeira de rodas podem fazer manobras e é possível a circulação de pessoas com acessórios de mobilidade.

Outro aspecto que o *checklist* apresenta é o *layout* da biblioteca, que deve ser organizado considerando todos os usuários, inclusive PcDs como cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Dentre as bibliotecas avaliadas nenhuma faz seu *layout* considerando usuários PcDs e somente a B1, B4 e B5 organizam seu *layout* evitando becos e áreas sem uso, contudo somente a B5 sinaliza essas áreas não acessíveis. As bibliotecas, exceto a B3, não apresentam contrastes nos níveis de iluminação nas diferentes áreas e setores da biblioteca, fator que dificulta a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão.

As bibliotecas que possuem corredores acessíveis com largura acessível e sem obstáculos são a B1, B4 e B6. E a única biblioteca dentre as seis que possui sanitários acessíveis é a B4, portanto as demais bibliotecas não possuem acessibilidade em seus sanitários.

c) Pisos, capachos, tapetes, desníveis, degraus e escadas fixas, rampas e corrimãos

Outros aspectos que complementam a acessibilidade arquitetônica são os pisos, capachos, tapetes, desníveis, degraus e escadas fixas, rampas e corrimãos, que serão apresentados a seguir com os resultados obtidos.

A B5 é a única biblioteca que não possui piso com superfície estável e firme, sendo que ela e a B2 não possuem piso opaco. Porém, as únicas bibliotecas que possuem piso antiderrapante é a B1 e B4, e somente os pisos das B1, B2 e B3 são de cores que fazem contraste com as paredes e outros elementos arquitetônicos. Nenhuma biblioteca apresenta um tipo de piso que contempla vários aspectos de acessibilidade.

As bibliotecas B3 e B5 possuem capachos e tapetes. Os capachos e tapetes da B3 estão colocados de forma acessível na biblioteca, pois estão nivelados no chão, não excedendo 5mm de altura, suas bordas estão fixadas no piso para evitar enrugamentos na superfície, e as felpas dos

capachos e tapetes não ultrapassam a altura de 6mm. Já na B5 o único quesito que ela contempla de acessibilidade são as felpas, que não ultrapassam a altura de 6mm. Como as outras bibliotecas não possuem capachos e tapetes, não são avaliadas nesses quesitos

Em relação aos desníveis, somente a B2 e a B3 possuem. Os desníveis na B2 não ultrapassam a altura de 5mm, já a B3 apresenta desníveis cuja altura está entre 5mm e 15mm ou superiores a 15mm e estes não são tratados, respectivamente, como rampas e degraus, o que compromete a acessibilidade física do espaço interno da biblioteca.

As bibliotecas B1, B5 e B6 não possuem degraus, escadas fixas, rampas ou corrimãos, dessa forma esses quesitos não são avaliados nessas bibliotecas.

A B2 atende poucos quesitos de acessibilidade em degraus, escadas fixas e rampas, e mesmo tendo tais elementos arquitetônicos em seu espaço, ela não possui corrimãos, fator que debilita a acessibilidade arquitetônica da biblioteca. A B3 possui degraus, escadas fixas e corrimãos, mas não possui rampas para dar acesso aos espaços, que só podem ser acessados por meio de escadas e degraus.

A B4 pode ser tida como acessível nos critérios de acessibilidade no que se refere a degraus, escadas fixas, rampas ou corrimãos, pois atende a maioria dos quesitos do *checklist*.

➤ **Acessibilidade do mobiliário e equipamentos**

O mobiliário e equipamentos das bibliotecas devem estar em condições de acessibilidade, permitindo a utilização de todos. Por isso, devem estar posicionados em rotas acessíveis ao longo da biblioteca. Todas as bibliotecas mantêm seus equipamentos e mobiliários com acesso por meio de rotas acessíveis.

Na biblioteca, o balcão é um ponto importante, pois é o local onde o usuário poderá falar com o bibliotecário ou técnico em Biblioteconomia para obter informações sobre a biblioteca e seu acervo, e também é o local onde geralmente é feito o empréstimo e devolução de materiais. Por sua função, o balcão de atendimento já demonstra como é importante possuir

acessibilidade. O balcão, para estar acessível em algum trecho de seu comprimento, deve ter no máximo 0,90cm de altura, e somente as B1, B3 e B4 atendem a esse critério. A parte superior do balcão também deve ser livre de obstáculos (vidro, barras, entre outros), e somente a B6 não atende esse critério. Outro aspecto é o revestimento da mesa do balcão, que deve ser opaco, e somente os balcões de B1, B3 e B5 são opacos. Com esses critérios avaliados, podemos observar que o balcão menos acessível é o da B6.

Muitos quesitos da acessibilidade das mesas para trabalho, leitura ou estudo são atendidos pelas bibliotecas avaliadas, portanto se pode considerar que são acessíveis no atendimento a diferentes usuários. Alguns quesitos para a acessibilidade desse mobiliário são ter revestimento opaco, entorno com faixa livre para manobras e acesso, altura entre 0,75 e 0,85m do piso, arredondamento dos ângulos para evitar acidentes, porcentagem de mesas acessíveis, suporte para apoio de textos e cadeiras flexíveis ao deslocamento.

A B6 possui porcentagem de computadores para utilização dos usuários acessíveis para pessoas com cadeira de rodas ou mobilidade reduzida. Os elementos do computador são ajustáveis de forma simples e com tolerância ao erro, e os botões como o liga/desliga estão ao alcance manual do usuário. A B1 atende esses quesitos, exceto que possui porcentagem de computadores acessíveis destinados para pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida. As B2, B3, B4 e B5 não possuem computadores para uso dos usuários. Portanto, os quesitos de acessibilidade não são aplicados.

As estantes, que estão sempre presentes nas bibliotecas, podem contribuir ou não na acessibilidade do espaço físico. A distância mínima entre duas estantes deve ser de 0,90cm, e somente B3 e B5 não mantêm essa distância entre as estantes. E também nos corredores de estantes, a cada 15m deve-se ter um espaço que permita manobra da cadeira de rodas, e somente a B4 apresenta esses espaços. A altura da estante também é um fator importante. Os materiais devem estar distribuídos na altura máxima de 1,20m do piso, para que fiquem acessíveis para pessoas em cadeiras de rodas ou com baixa estatura, e somente B1, B2 e B5 distribuem os materiais respeitando essa altura máxima.

➤ **Acessibilidade comunicacional**

A acessibilidade comunicacional compreende a sinalização utilizada na biblioteca, contribuindo na autonomia do usuário no ambiente. Nas bibliotecas avaliadas, nenhuma possuía sinalização sonora para auxílio de pessoas com deficiência visual, e também a maioria das bibliotecas não possuía sinalização tátil, exceto a B6, que associa a escrita em Braille com imagens em relevo, porém nos outros requisitos também não atende sobre sinalização tátil.

A sinalização visual das B2, B4, B5 e B6 é feita de forma que faça contrastes de cores, permitindo melhor visualização para pessoas com baixa visão, porém não há sinalização visual associada ao Braille e também sobre espaços e serviços acessíveis. As B1 e B3 não fazem nenhuma sinalização visual e a B4 é a única biblioteca dentre as avaliadas que identifica os espaços e serviços acessíveis com o símbolo internacional de acesso, sendo que as outras não fazem essa identificação.

➤ **Acessibilidade à informação**

O acesso à informação é um direito de todos os cidadãos, e deve ser proporcionado na biblioteca pública. Consta no Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação (2012, p. 2) que “os bibliotecários e outros profissionais da informação usam as práticas mais efetivas para deixar o material disponível para todos”. Ressalta-se que a informação deve ser acessível e disponível para todos, e faz parte das atribuições profissionais do bibliotecário buscar as práticas mais efetivas para tornar o material disponível, e tais práticas são a acessibilidade.

As B1, B2 e B3 buscam manter seu acervo físico em diferentes formatos e possibilitar que o material possa ser ampliado. As B1 e B4, que são as bibliotecas que possuem acervo digital, disponibilizam o material em formatos acessíveis.

Os sites e catálogos *online* das bibliotecas também são avaliados no *checklist*, tendo como padrão o World Wide Web (W3C). As B2 e B5, além de não terem *site*, não possuem acervo e nem catálogo *online*. Por isso,

a avaliação desses quesitos não se aplica. A B4 não tem *site*, acervo e catálogo *online* acessíveis. Os sites da B1, B3 e B6 são acessíveis, sendo que, dentre elas, somente B6 possui acervo e catálogo *online* acessíveis.

Os regulamentos e formulários das bibliotecas não estão disponíveis em diferentes formatos, impossibilitando que todos os usuários tenham acesso a essas informações. Contudo, todas as bibliotecas, exceto a B5, possuem serviços de atendimento aos usuários em múltiplos meios de comunicação, como *blogs*, *e-mail*, telefone, fax, entre outros.

É de suma importância a acessibilidade à informação, pois a informação é a base para a formação do conhecimento dos usuários, e não se deve impor barreiras entre o usuário e a informação, mas buscar a eliminação das barreiras existentes.

➤ **Acessibilidade metodológica**

Nas bibliotecas, a acessibilidade metodológica visa à eliminação de barreiras na prestação de serviços feitos pelas bibliotecas. Dessa forma, todo serviço deve ser prestado e realizado levando em consideração as limitações dos usuários.

No serviço de referência e informação, que é o serviço em que o bibliotecário auxilia o usuário para buscar a informação que necessita, somente as B1, B2 e B6 consideram as limitações dos usuários. Durante a orientação ao usuário no acesso à informação, pesquisa e normatização, somente as B1 e B6 levam em consideração as necessidades especiais dos usuários, sendo que B2 considera parcialmente e B3 e B4 consideram as necessidades especiais dos usuários somente nas orientações de pesquisa.

No serviço de contação de histórias, somente a B1 associa apresentação oral e gestual, tornando compreensível para todos os usuários, enquanto as B2, B3 e B4 utilizam parcialmente a associação de apresentação oral e gestual. As B5 e B6 não possuem serviço de contação de histórias, por isso não são avaliadas nesse quesito.

Outro serviço que a biblioteca pode proporcionar aos seus usuários é a capacitação de usuários, e somente a B6 presta esse serviço levando

em consideração as necessidades especiais dos usuários participantes da capacitação.

➤ **Acessibilidade instrumental**

Por meio das tecnologias assistivas (TA), podemos proporcionar a acessibilidade instrumental. E a biblioteca pública, ao fornecer a TA, contribui com o acesso à informação. A TA pode contribuir na superação das limitações dos usuários PcD, como, por exemplo, lupas eletrônicas tornam os textos impressos acessíveis para usuários com baixa visão, e a biblioteca possuir um *scanner* possibilitará que ela possa digitalizar seus materiais para que usuários cegos tenham acesso à informação por meio de leitores de tela.

Na avaliação constatamos que B1 e B6 possuem fotocopidora e *scanner*, permitindo que materiais possam ser fotocopiados, ampliados ou digitalizados, mas somente a B6 possui impressora Braille e fornece material em Braille para seus usuários cegos. As demais bibliotecas não possuem tais equipamentos. E nenhuma das bibliotecas possui Linha Braille.

As B2 e B4 não possuem computadores para uso dos seus usuários. As demais bibliotecas possuem computadores, mas eles não estão plenamente acessíveis para usuários com deficiência.

➤ **Acessibilidade programática**

As bibliotecas públicas, assim como outras instituições, são regidas por políticas e regulamentos. Dessa forma, a acessibilidade programática visa à eliminação de barreiras em tais políticas e regulamentos.

Dentre as bibliotecas avaliadas pelo *checklist*, somente as B1 e B6 atendem todos os quesitos de acessibilidade programática, enquanto as B5 e B4 não atendem os quesitos, e as B2 e B3 atendem parcialmente. Dessa forma, percebemos que as B2, B3, B4 e B5 não possuem regulamentos que contemplam questões de acessibilidade ou preocupam-se com seus usuários com deficiência, assim como suas políticas não atendem as necessidades dos usuários com deficiência.

➤ **Acessibilidade atitudinal**

A acessibilidade atitudinal é de suma importância em todos os ambientes, inclusive nas bibliotecas públicas, pois, por meio dela, todos os usuários serão atendidos com respeito, atenção e igualdade, independentemente de suas diferenças. Conforme Mazzoni e outros (2001), a acessibilidade atitudinal qualifica todos os demais aspectos acessíveis da biblioteca.

O *checklist* avalia 28 quesitos sobre acessibilidade atitudinal que questionam sobre aspectos relacionados ao conhecimento e busca de atualização acerca de assuntos ligados à acessibilidade, conhecimento sobre TA, conscientização e capacitação da equipe de trabalho para atenderem PcDs, buscar soluções acessíveis para resolver problemas, atendimento e acolhimento acessíveis, funcionário intérprete de LIBRAS ou leitor de Braille e a busca em avaliar seus serviços para torná-los acessíveis.

Quadro 1 – Dados quantitativos na avaliação da acessibilidade atitudinal

Bibliotecas	Sim	Não	Parcialmente	Não se Aplica
B1	21	4		3
B1	4	4	13	7
B3	13	6	9	
B4	10	16	1	1
B5	3	8		17
B6	23	4		1

No Quadro 1, observamos que as bibliotecas B1 e B6 atendem muitos quesitos de acessibilidade atitudinal, enquanto as B4 e B5 são as bibliotecas que menos atendem. Diferentemente de outros aspectos acessíveis,

muito da acessibilidade atitudinal não necessita de recursos financeiros. Portanto, observamos a carência do conhecimento sobre acessibilidade nas bibliotecas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das bibliotecas por meio do *checklist* demonstra como esse instrumento é válido para a avaliação da acessibilidade em bibliotecas. O *checklist* considera todas as possíveis limitações de seus usuários, e abrange vários quesitos necessários para tornar os ambientes mais acessíveis. Apesar de ser um instrumento voltado para bibliotecas, pode servir como norteador para outros instrumentos que buscam avaliar acessibilidade em diferentes ambientes.

Os dados obtidos demonstram que as bibliotecas avaliadas não podem ser tidas como bibliotecas acessíveis, pois mesmo tendo alguns fatores acessíveis, ainda não conseguem ter as particularidades para atender todos os usuários, contemplando suas diferentes limitações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro, 2004.

Brasil. Biblioteca Nacional. **A biblioteca pública**: administração, organização, serviços. Porto Alegre: L&PM, 1999.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. (Org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/bibliotecaviva/files/2009/05/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2012.

IFLA. **Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima; OLIVEIRA, Rubia de; ELY, Vera Helena Moro Bins; ALVES, João Bosco da Mota. Aspectos que Interferem na Construção da Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ ago. 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000979&dd1=fccff>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

NICOLETTI, Tamini Farias; MORO, Eliane Lourdes da Silva. *Checklist* para Bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 7, 2011, Campinas, **Anais ...** Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/senabrilie/apresentacoes/Trabalhos/Artigo-Checklist%20para%20Bibliotecas.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28114>>. Acesso em: 15 dez. 2012.





CAPÍTULO 7

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

KAREN GREGORY MASCARELLO

Um relacionamento poderá ocorrer entre uma pessoa e outra; entre membros do grupo; entre grupos numa organização. As relações interpessoais verificam-se no lar, na escola, na empresa, enfim, em todos os meios em que vivemos.

Moscovici (2002) coloca que desde sempre a convivência humana é difícil e desafiante. Ao convivermos, ao entrarmos em contato com as pessoas, vamos desenvolvendo certos tipos de “reações”: simpatizamos, sentimos atrações, competimos, entramos em conflito, colaboramos, desenvolvemos afeto, etc. Essas “interferências” ou “reações”, voluntárias ou involuntárias, intencionais ou não, constituem o processo de interação humana.

Ainda para a autora (2002), percebe-se que o processo de interação humana é complexo e ocorre permanentemente entre as pessoas, sob forma de comportamento manifesto e não manifesto, verbal ou não verbal, pensamentos, sentimentos e/ou reação físico-corporal. Assim, um olhar, um sorriso, um gesto, uma postura corporal, um deslocamento físico de aproximação ou afastamento, podem constituir formas não verbais de interação.

O contato inicial entre as pessoas gera a chamada “primeira impressão”, ou seja, o impacto que cada um gera no outro. Essa “primeira impressão” está condicionada a um conjunto de fatores psicológicos da experiência anterior de cada pessoa, suas expectativas e emoções no momento e também à própria situação do encontro.

Quando a “primeira impressão” é positiva de ambos os lados, haverá uma tendência a estabelecer relações de simpatia e aproximação, o que facilitará o relacionamento interpessoal e as atividades em comum. No caso de assimetria de percepções iniciais, isto é, impacto positivo de um

lado, mas sem reciprocidade, o relacionamento tende a ser difícil, tenso, exigindo um esforço de ambas as partes para um conhecimento maior que possa modificar aquela “primeira impressão” (Moscovici, 2002).

A autora (2002) chama a atenção sobre quantas vezes geramos e recebemos “primeiras impressões” errôneas que nos trazem dificuldades, prejuízos e aborrecimentos desnecessários, porque não nos dispomos a rever e, portanto, modificar ou confirmar aquela primeira impressão. Quando isso ocorre naturalmente ao longo de uma convivência forçada, como, por exemplo, a situação do trabalho, percebemos quanto tempo precioso e quanta energia perdemos por não tomar a iniciativa de procurar conhecer melhor o outro e examinar as próprias atitudes e preconceitos, com o fim de fazer desaparecer impressões negativas não realísticas.

É muito cômodo “jogar a culpa” no outro pela situação equívoca, mas a realidade mostra a nossa parcela de responsabilidade nos eventos interpessoais. Não há processos unilaterais na interação humana: tudo que acontece decorre de duas fontes. A responsabilidade de estabelecer uma boa interação é de ambos os lados.

Sentimentos, então, positivos de simpatia e atração provocarão aumento de interação e cooperação, repercutindo favoravelmente nas atividades e instigando maior produtividade. Por outro lado, sentimentos de antipatia e rejeição tenderão à diminuição das interações, ao afastamento, a um menor canal de comunicação, repercutindo desfavoravelmente nas atividades, com uma provável queda de produtividade.

Moscovici (1996) assinala que, quando começamos a participar de um grupo, trazemos uma “bagagem interna” que engloba conhecimentos, informações, opiniões, preconceitos, atitudes, gostos, crenças, valores e estilos comportamentais que trazem à tona inevitáveis diferenças de percepções, opiniões e sentimentos em relação a cada situação compartilhada.

Se as diferenças são tratadas e aceitas em aberto, a comunicação flui facilmente em dupla direção; as pessoas conseguem se ouvir, falam o que pensam/sentem e têm a possibilidade de dar e receber *feedback*. Mas quando as diferenças são negadas e suprimidas, com bloqueios e barreiras, distorções e fofocas, as pessoas não conseguem ouvir nem falar o

que gostariam, só captam o que reforça sua imagem distorcida das outras pessoas e da situação.

COMO LIDAR COM AS DIFERENÇAS?

A habilidade em lidar com as situações interpessoais engloba várias outras habilidades, dentre as quais está a flexibilidade perceptiva e comportamental, que significa procurar ver outros ângulos ou aspectos para a mesma situação e atuar de forma diferenciada, não rotineira, experimentando novas condutas percebidas como alternativas de ação. Sabe-se que lidar com as diferenças e com o desconhecido não é algo fácil e que não existe uma receita mágica para tal, mas se pode pensar na palavra respeito como a solução mais apropriada para trabalhar com essa questão (Chiavenato, 2004).

Contudo, parece importante aprofundar e abordar mais especificamente as *relações humanas no trabalho*. Ninguém duvida que os trabalhadores são pessoas e que suas vidas continuam quando deixam o portão da fábrica ou o elevador da empresa ou ainda a saída após o relógio de ponto, atirando-se em atividades mais espontâneas, mais desejadas e criativas.

Chiavenato (2004) diz que, ao “pararmos” para pensar, damos conta de que passamos cerca de um terço das horas do dia no trabalho. Isso nos leva a crer que devemos esperar que o trabalho satisfaça muitos tipos de necessidades: necessidades físicas, sociais, egoístas. E que, além disso, essas necessidades possam ser satisfeitas de muitas maneiras diferentes – fora do trabalho, em torno do trabalho e através do trabalho. Contudo, na maioria das vezes, as necessidades das pessoas ficam investidas somente em torno do trabalho (ex. histórias de paixão).

No trabalho, o indivíduo alcança várias formas de satisfação de necessidades e é por meio dessa satisfação que o indivíduo começa a ter um relacionamento mais efetivo e menos conflitante.

Moscovici (2002) nos coloca como funcionam os tipos de necessidades:

1º) Necessidade física: as principais necessidades físicas ocorridas no trabalho são dinheiro e segurança. A necessidade de ganhar a vida é a

mais poderosa e singela razão que leva as pessoas a trabalhar, apesar de haver outros incentivos também valiosos.

O problema paralelo do salário é de importância vital no estabelecimento de relações humanas no trabalho. Segundo pesquisas, não há nenhum fator isolado em todo o campo das relações trabalhistas que ocasione mais baixa moral, que crie insatisfações individuais, que encoraje a falta ao trabalho, que quebre a produção, que as diferenças claramente injustas na tabela de salários pagos aos mesmos indivíduos, no mesmo grupo de trabalho e na mesma empresa.

2º) Necessidade social: sabe-se que todo o homem é normalmente social, que deseja o convívio, forma amizades e torna-se infeliz quando isolado muito tempo. Quando um empregado sente-se infeliz na família, geralmente o trabalho provê grande parte da satisfação das necessidades sociais.

O trabalho pode criar amizades e fortalecê-las. Pertencer a um grupo, a uma “panelinha”, dá satisfação e integra os empregados. Há uma sensação de integração, de identificação nos grupos informais da empresa. Esses grupos consolidam o moral da firma e facilitam as relações humanas.

3º) Necessidade egoística: o indivíduo gosta de estar fazendo alguma coisa que julga ser útil aos outros. Uma das mais fortes necessidades do homem é sentir-se importante, sentir que está realizando alguma coisa, que está fazendo algo de valor.

É certo que o ato de trabalhar satisfaz às necessidades humanas. O trabalho dá a sensação de pertencer à sociedade, leva a formar amigos e proporciona sentimento de ter um propósito na vida.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

_____. **Equipes dão certo**. 3 .ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.



CAPÍTULO 8

OS IMPACTOS SOCIAIS E CULTURAIS ADVINDOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO (TIC)

MAGALI LIPPERT DA SILVA
MARLON DE ALMEIDA

Quando discutimos assuntos relacionados às tecnologias de informação e comunicação, somos remetidos, imediatamente, aos impactos sociais advindos dessas tecnologias. Quanto ao impacto social da tecnologia computacional, Lima (2000, p. 20) afirma que:

Seu impacto foi tão grande que hoje podemos ver a tecnologia computacional contribuindo em todos os segmentos da sociedade, indo desde robôs em fábricas automatizadas, aparelhos eletrodomésticos inteligentes, televisão, todos os tipos de telefonia e sistemas de telecomunicações, automóveis estando presente até em brinquedos, para nomear algumas de suas contribuições. Este crescimento que ampliou exponencialmente as possibilidades de modificação e desenvolvimento do contexto social via microeletrônica, permitiu que o computador, até então uma imensa calculadora, fosse guiando a uma posição chave no processo de mudança paradigmática de nossa sociedade.

É difícil afirmar se foi a sociedade da informação que gerou uma situação propícia para o aparecimento das TIC ou se foram elas que geraram uma situação propícia para o surgimento da sociedade da informação. O fato é que uma está profundamente ligada ao desenvolvimento da outra, sendo que a ambas são inerentes as transformações comportamentais no novo contexto social em que estão ambientadas. Elas podem ser consid-

eradas como uma combinação entre as áreas da informática e das telecomunicações, a qual é responsável por um processo cíclico na trajetória da informação. Conforme Maia et al. (1991, p. 683-684):

[...] informação gera conhecimento, este possibilita a produção científica e tecnológica que, por sua vez, modifica a geração de bens e serviços os quais são incorporados ao mercado internacional; a internacionalização dos bens e serviços com forte componente de ciência e tecnologia proporciona maiores investimentos, os quais, se reutilizados ou incorporados ao setor de informações permitem recomeçar o processo.

Esse processo cíclico demonstra que há uma interligação entre todos os componentes que formam a sociedade, o conhecimento, a tecnologia, o mercado, investimentos que gerarão mais pesquisa, gerando mais informação e mais conhecimento e assim sucessivamente. É através desse processo, feito de imagens, textos e sons, que se desencadeiam as grandes redes de captura do indivíduo no mar da globalização onde navegam as economias, os mercados e as culturas.

As tecnologias de informação não apenas fornecem informações, mas as criam, de forma a construir e garantir verdades por meio das quais se pode garantir o *status quo* vigente.

A sociedade se torna vulnerável diante das tecnologias de informação. As elites que detêm o poder e que acabam por se constituir no grupo hegemônico em um país, podem ter um instrumento de massificação de ideologias nos recursos oferecidos pelos diferentes produtos dessas tecnologias. (COSTA, 1995, p. 16-17).

É interessante destacar que a tecnologia altera os ambientes organizacionais, forçando as pessoas a aprenderem novas formas de intercambiar dados e de se comunicar, gerando modificações em produtos e serviços, agindo não só localmente, mas globalmente, além de atingir outras estruturas organizacionais que se veem obrigadas a acompanhar esse progresso. É o novo paradigma tecnológico, que alia tecnologias óticas, eletrônicas, de comunicação e de multimídia, gerando e proces-

sando um número infindável de informações, e, por sua vez, exigindo do mercado profissionais aptos a utilizar e otimizar esses recursos tecnológicos.

Os impactos sociais que as TIC vêm provocando se tornam evidentes no que diz respeito à cultura dos modos e dos gostos, uma vez que a conectividade interferiu profundamente na forma como as pessoas se relacionam, na sua maneira de viver e de conviver com o *outro*. Vivemos na velocidade de um *click*, e as grandes revelações dispensam o antigo papel de fotografia: não há mais processo, e a escolha do *bom e do melhor* é padrão.

As TIC criaram um espaço de circulação de informações em um ambiente que vem sendo chamado de ciberespaço, e a internet é a rede de comunicação que representa esse contexto de acesso às mais variadas informações. O ciberespaço, por sua vez, possibilita a interação direta entre pessoas conectadas à rede no mundo inteiro, assim como a interação entre o usuário de informação e a fonte de seu interesse. O que ocorre, porém, é que esse mar de informação no qual navegamos é como um mar de espécies da mesma família, na verdade um aquário onde nos reconhecemos e onde ganhamos a nossa porção limitada e diária da mesma ração – ainda que a cor seja outra no dia seguinte.

Deixando de lado a marinha metáfora, o fato é que se por um lado assistimos a um processo de integração cultural entre as sociedades mais distintas, graças ao avanço das TIC pelo ciberespaço, onde as comunidades virtuais são cada vez mais comuns, por outro lado corremos o risco de cair no vazio. Sim, a troca de informações entre pessoas de culturas diversas, os bate-papos, a compreensão de outros idiomas em virtude do contínuo esforço de comunicação entre as pessoas conectadas à rede mundial de computadores (internet), tudo isso, enfim, ignora fronteiras culturais, mas muito cuidado: ao ser como o outro, esqueço o que sou, já não tenho memória. Eis a dor e a delícia desta nova cultura: a cibercultura.

A cibercultura desenvolve-se em um espaço virtual, o ciberespaço, onde novas formas de sociabilidade se estabelecem. É, pois, nesse ambiente desterritorializado que as pessoas trocam informações, inclusive

sem contato face a face. No ciberespaço, o indivíduo pode estar só mas nunca está isolado, já que, como vimos, a interação constante através do uso do computador *me* permite ser *nós*: delinea-se aí o surgimento de uma nova forma de agregação social, a cibercultura, ou seja, a cultura que resulta da transformação da sociedade, ou seja, do *eu*, pelo uso das TIC, para o *outro*.

AS TIC E AS TRANSFORMAÇÕES NO BEM-ESTAR SOCIAL E SOBRE O INDIVÍDUO

Em que pesem os perigos da despersonalização das culturas a reboque das mudanças geradas pelas TIC, é inegável, entretanto, que elas proporcionam maior conforto no desenvolvimento de atividades no trabalho, por exemplo. A pessoa pode enviar uma mensagem via correio eletrônico de sua própria casa ou do trabalho sem sequer mover-se de seu lugar. Antes era necessário o envio via correio normal: o sujeito precisaria, além de escrever a carta, pô-la em um envelope, lacrá-lo, comprar selo, colá-lo, e só então poderia enviar sua mensagem, que certamente levaria alguns dias para chegar ao seu destinatário.

As novas tecnologias geram comodidade, não há dúvida. Todavia, as TIC trazem consigo alguns outros inconvenientes bem práticos. Sabemos que a boa saúde das pessoas que trabalham horas com computadores pode ser comprometida: problemas de visão, de pele (devido à radiação que emana da tela do computador) e um outro problema bastante comum nos usuários de computadores – inflamações nas articulações dos dedos e pulsos em função do intenso movimento repetitivo ao teclar – fazem a balança dos contras e prós oscilar. Com efeito, um automóvel representa um momento decisivo da evolução do transporte de tração urbana para as cidades, mas as consequências do uso exagerado ou indevido transforma-o, na melhor das hipóteses, em obstáculo para o fluxo no trânsito; na pior, em arma letal. Pois bem, sobre o uso das novas tecnologias, talvez possamos pensar algo próximo: quando as utilizamos como memória e atalho, ótimo; já como instrumento de manipulação...

AS TIC E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Em países desenvolvidos, grande parte das atividades profissionais está, intimamente, ligada à produção de informação, e mesmo nos países em desenvolvimento esta é a tendência. Assim, as pessoas que têm domínio técnico dos novos instrumentos de comunicação, os cientistas e os especialistas tornam-se elementos-chave da sociedade da informação. O conhecimento e a informação substituem a pura acumulação de capital, ou seja, o detentor da informação e do conhecimento também é o detentor do poder. Portanto, surgem alterações nas relações de poder e no modo de vida, causando uma mudança sem precedentes nas relações de trabalho e no emprego. Uma nova classe emerge desta situação: passam a dominar a sociedade os tecnocratas, pessoas com nível de ensino superior e altamente especializadas, cientistas com importância estratégica nas organizações.

O trabalho relacionado com o fluxo de informações (criação, processamento e manipulação de informações) parece ser o que tem maior potencial na sociedade em que vivemos. Por outro lado, não é possível afirmar, por enquanto, os efeitos que as TIC causarão no volume de empregos. Se for analisado do ponto de vista positivo, pode-se ressaltar a possibilidade de uma generalização do trabalho inteligente realizado em redes de organizações flexíveis, porém, é natural que exista uma preocupação no que diz respeito à redução do papel do ser humano na economia e que isso possa gerar uma crise de desemprego.

Existem sim incertezas em relação ao futuro do trabalho e do emprego, em relação ao perfil do próprio trabalhador. Entretanto, certo é que o desenvolvimento das TIC possibilitam a esse trabalhador um desenvolvimento impressionante na forma como desempenha suas funções, pois o microcomputador, por exemplo, permite-lhe desenvolver um trabalho mais sofisticado, com imediata correção de tarefas, utilizando muito menos tempo se comparado com equipamentos manuais, como a máquina de escrever. Assim, ganha também o empregador, para o qual reduzir os custos de produção e o tempo de conclusão de tarefas é essencial. Nesse contexto, o trabalhador que não estiver atualizado perderá espaço, não há dúvida.

PERDAS E GANHOS

A mundialização das economias é outro fator que, segundo a observação de alguns autores, influenciará na geração de emprego, pois

[...] a concorrência intensa em mercados globais pressiona os empregadores para reduzir os custos de trabalho (salários e encargos sociais). Deste modo, mesmo se houver aumento da procura, não se criarão mais empregos, porque as TICs permitem aumentar a produtividade, isto é, aumentar o volume de produção com o mesmo ou um número mais reduzido de trabalhadores. Por conseguinte, a crescente difusão das TICs leva à redução drástica do emprego e à formação de uma elite profissional, lançando a maioria da população no desemprego e/ou na situação de emprego precário. (KOVÁCS, 2002, p. 27).

Do processo de informatização e robotização decorre um enfraquecimento da classe trabalhadora, principalmente daqueles indivíduos desprovidos de qualificação. Então, apenas aqueles que possuem conhecimento acumulado são realmente valorizados em uma organização. Outro problema é que estes, para que tenham segurança em um cargo, com frequência passam a reter o máximo de informação e conhecimento, evitando repassar essas informações e o conhecimento adquirido para outras pessoas, com o intuito de obterem certa estabilidade no emprego por possuírem conhecimentos que outros indivíduos não possuem, em um movimento individualista que pode comprometer a ordem coletiva, o bem comum nas relações de trabalho.

Outro fator a ressaltar é a questão da perda de direitos trabalhistas, com a alta rotatividade nas empresas que, muitas vezes, propõem contratos temporários de trabalho informais, isentando o empregador de qualquer tipo de encargo trabalhista. O empregado, por sua vez, fica sem qualquer tipo de garantia, impedindo-o que planeje carreira dentro de uma organização, ou, pelo menos, dificultando muito suas chances de construir um futuro mais estável no mundo do trabalho.

Pode-se constatar, diante disso, que apenas uma elite estará bem empregada: pessoas dispostas a aprender constantemente, que tenham

características multifuncionais, com atitudes mais autônomas e reflexivas, aptas a controlar informação, manipular símbolos e criar novas tecnologias.

OS TIPOS DE TRABALHO

Kovács (2002, p. 28) lembra que “Robert Reich distingue três tipos de trabalho de acordo com a capacidade de produzir valor acrescentado: os serviços de rotina, os serviços interpessoais e os serviços simbólico-analíticos”.

Os serviços de rotina são aqueles onde predominam tarefas repetitivas e de supervisão de rotinas. Os serviços interpessoais são aqueles em que há contato direto entre o trabalhador e o cliente, recepcionistas, seguranças, trabalhadores da área de saúde, etc. Já os serviços simbólico-analíticos referem-se às atividades de identificação e resolução de problemas. Vamos nos ater um pouco mais nesse serviço.

Os serviços simbólico-analíticos são os que têm maiores chances de crescimento e de valorização no contexto da sociedade da informação. Os investigadores científicos são os que melhor representam esses trabalhadores. Professores universitários, engenheiros, especialistas em informação, analistas de sistemas, editores, jornalistas, etc., são algumas das categorias com grandes chances de inserção nesses serviços. Para se manter no mercado, o indivíduo terá que se qualificar continuamente, pois os serviços simbólico-analíticos exigem qualidade, originalidade e rapidez na resolução de problemas, exigindo aperfeiçoamento constante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A época em que vivemos é uma época caracterizada por incertezas quanto ao futuro. É importante que as pessoas tenham uma atitude pró-ativa em relação a isso, ou seja, que não apresentem resistência ao processo de informatização e robotização e aos avanços das novas tecnologias de informação e comunicação, pois, quanto a isso, não é possível ser a favor ou contra: está acima das disputas, inclusive políticas. É um

processo inevitável que surge com a modernização, aliás, tem sido assim há muito tempo (revolução agrícola, industrial, etc.). Por outro lado, os trabalhadores devem ter em mente a defesa de seus direitos, a união da classe, as exigências para que na sociedade da informação seja disponibilizada a informação para todos, que ela não seja monopólio das elites, que as tecnologias sejam difundidas, e não usadas para a manipulação do povo.

Estando as TIC disponíveis para todos os cidadãos, possibilitarão o aperfeiçoamento de todos e, dessa forma, haverá contribuição significativa no desenvolvimento uniforme da sociedade da informação, cuja alta tecnologia só se justifica se a serviço do bem-estar social de todos.

REFERÊNCIAS

COSTA, Sely Maria de Souza. Impactos Sociais das Tecnologias de Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 3-22, jan./jun. 1995.

KOVÁCS, Ilona. Sociedade da Informação e a Transformação do Trabalho e do Emprego. In: _____. **As Metamorfoses do Emprego**: ilusões e problemas da sociedade da informação. Oleiras: Celta, 2002.

LIMA, Frederico O. **A Sociedade Digital**: impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

MAIA, Cristiane; PASSOS, Edilenice; COSTA, Sely Maria de Souza. Informação Científica e Tecnológica e Desenvolvimento Econômico e Social: contribuição da biblioteca especializada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais...** Salvador: APBEB, 1991. v. 2, p.683-691.



CAPÍTULO 9

A PESQUISA ESCOLAR NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO AMBIENTE DA BIBLIOTECA: A BUSCA, O ACESSO E O USO DA INFORMAÇÃO

IARA CONCEIÇÃO BITENCOURT NEVES

ELIANE LOURDES DA SILVA MORO

LIZANDRA BRASIL ESTABEL

A busca, o acesso, o uso e o compartilhamento de informações constituem-se em processo que faz parte do ciclo de desenvolvimento humano. Integram o processo de construção do conhecimento, bem como regulam as relações sociais. Em decorrência, fazem parte dos processos de ensino e de aprendizagem em todos os níveis da sociedade.

A questão da informação, no Ensino Fundamental, pode ser abordada, em linhas gerais, sob dois aspectos. O primeiro está relacionado com os usuários, ou seja, quem acessa e usa a informação. Estes se identificam, principalmente, como o professor e o aluno.

O segundo aspecto relaciona-se com a finalidade do uso da informação, isto é, para quê o professor e o aluno usam a informação. Esta pode estar caracterizada, principalmente, como metainformação, isto é, o uso da informação para compreender outras (novas) informações. Ou, para constituir-se em conteúdo programático ou curricular, em recurso e estratégia de ensino. Ou, também como elemento de um determinado discurso que poderá ser transformado em conhecimento, recreação ou lazer.

Em relação ao professor, o uso da informação está associado ao seu

fazer pedagógico, aos recursos de ensino e de aprendizagem que emprega e às atividades deles decorrentes. Quanto aos alunos, poderá estar associado às suas habilidades, aptidões e ações, evidenciadas na realização de tarefas que lhes são propostas, principalmente, aquelas de caráter intelectual.

Por isso, sob o ponto de vista pedagógico, a busca, o acesso, o uso e o compartilhamento de informações se constituem na base dos processos de ensino e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, estes atos podem ser entendidos como habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos, no decorrer deste processo. Isto significa que o aluno não traz desenvolvidas estas habilidades, ao ingressar na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental. E, se tais habilidades são imprescindíveis para o sucesso da aprendizagem, deverão, o professor em particular e a escola em geral incluindo-se nesta, a biblioteca escolar, oferecer ao aluno situações de ensino e condições de desempenho para que ele as desenvolva, a fim de promover a construção do conhecimento.

Dentre os diferentes procedimentos adotados pelo professor, para oferecer ao aluno situações de ensino e condições de desempenho, direcionadas para a construção do conhecimento, o acesso e uso de informações, através da biblioteca escolar, se configuram como a estratégia mais usual. Esta é identificada genericamente pela comunidade escolar como *pesquisa*. Porém, biblioteconomicamente, tal prática pode ser denominada de pesquisa escolar.

O processo acima encontra-se presente, de modo geral, em todos os sistemas de ensino do país. E, desta forma, encontra-se também no sistema de Ensino Fundamental de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Este sistema integra as redes de escolas públicas, municipal e estadual, bem como a rede privada. Neste contexto, inclui-se a biblioteca escolar que, ao lado da sala de aula e dos laboratórios de ensino constituem-se em ambientes onde os processos de ensino e de aprendizagem se realizam efetivamente.

Embora regidas pelo mesmo conjunto de dispositivos legais que regulam a educação escolar brasileira e que buscam estabelecer certa uniformidade de políticas e de procedimentos, cada uma destas redes apre-

senta características diferenciadas. Estas, em geral, estão associadas à estrutura organizacional e ao projeto político-pedagógico que orienta o processo de ensino-aprendizagem por elas implementado.

Em relação à presença da biblioteca escolar nas redes acima, segundo NEVES (2000), pode ser observado que, de modo geral, todas as escolas possuem tal serviço. Enfatiza-se a expressão *de modo geral* porque a simples existência de uma sala onde estejam armazenados os materiais de informação não é condição suficiente para que este conjunto seja considerado uma biblioteca escolar. E tal situação foi detectada em todas as redes em questão.

Em relação ao pessoal não profissional, deve ser considerado como um fator dificultador à sua permanência na biblioteca escolar, o fato de a maioria se constituir de professores. Com isto, de acordo com visão dos dirigentes escolares, a qualquer momento o seu desvio de função é motivo para a rotatividade deste pessoal. Acrescente-se a este, a questão da capacitação para o exercício das funções auxiliares em Biblioteconomia destes professores. Em nenhuma das redes, mesmo as que possuem uma coordenação de bibliotecas escolares, existe um programa regular de capacitação profissional e não profissional para o pessoal que nelas atua. Por extensão, inexistem também qualquer programa voltado à educação de alunos e/ou de professores para o acesso e uso da informação.

Desta forma, o contexto em que é praticada a pesquisa escolar pelos alunos do Ensino Fundamental pode ser caracterizado como um sistema de ensino que tem representatividade numérica, em termos de escolas e bibliotecas escolares; esta representatividade também se expande para a população de professores e alunos; a desproporcionalidade entre o pessoal que atua nas bibliotecas escolares e a população escolar evidencia um descompasso entre o que deveria ser realizado e o que efetivamente está sendo oferecido, em termos de recursos e serviços de informação para o ensino e a aprendizagem.

Esta atividade, que é assim denominada por professores, alunos e o pessoal da biblioteca, vem sendo realizada há muitos anos, sem aparentes alterações conceituais, metodológicas ou operacionais pelos atores envolvidos, mencionados acima. Até então, os alunos dirigem-se à biblio-

teca com incumbência dada pelo professor de *pesquisar* algo ou alguém com finalidades que se enquadram entre o lúdico e o informativo-factual.

É, basicamente, a partir da quarta série, segundo os dirigentes escolares, professores regentes de classe, bibliotecários e pessoal que atua na biblioteca escolar, que se iniciam as solicitações formais do professor para os alunos, no sentido de encaminhá-las à biblioteca (escolar, pública ou outra) em busca de informações, para atender objetivos específicos do seu plano de ensino (NEVES, 2000).

Considerando, por um lado, o desenvolvimento cognitivo e afetivo da maioria das crianças que cursam esta classe, e, por outro, o grau de entendimento e de prática desses alunos em relação à pesquisa escolar, entendeu-se de suma importância identificar e analisar os fatores que estejam influenciando no desempenho de todos os envolvidos neste processo: alunos, professores e bibliotecários.

E, estando a pesquisa escolar, no Ensino Fundamental, associada aos processos de ensino e de aprendizagem, também foram consideradas, para fins desta investigação, suas relações com o projeto político-pedagógico da escola e com os aspectos referentes à metodologia da pesquisa científica.

A BIBLIOTECA DA ESCOLA COMO CENÁRIO PRINCIPAL DA PESQUISA ESCOLAR

Em relação ao conceito de biblioteca escolar, autores que escreveram nas décadas de 1960 e 1970, tais como AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOLS LIBRARIANS (1963), Ferreira (1978), Litton (1974), Cerdeira (1975) ressaltam a ideia de que a biblioteca é um órgão, estrutura de apoio ou ainda uma instituição auxiliar das atividades/ações pedagógicas desenvolvidas por professores e alunos.

No período entre 1980 e 1990, percebe-se que houve mudança no modo de pensar sobre a biblioteca escolar, evidenciada pelas posições de autores como Morales Campos (1996), Herring (1988), Milanesi (1986) e Silva (1993), dentre outros.

Ela passa a ser conceituada como serviço de informação educativa, para uns, como centro de multimeios para outros, ou então como o ór-

gão embaixador de todas as atividades desenvolvidas na escola. Sob esses pontos de vista, crescem e se intensificam as funções da biblioteca escolar junto ao seu público. E, em decorrência, sua atuação passa a ser vista por eles como pró-ativa. Neste sentido, a biblioteca escolar deverá se antecipar às demandas, buscando a interação entre todos e com todos os segmentos da comunidade escolar e, particularmente, com os professores.

A explicitação dos objetivos e funções da biblioteca escolar, na literatura pesquisada, também é extensa e variada, em relação ao significado e abrangência de ambos os termos. Pode ser destacado que a comparação levou, em alguns casos, à verificação de que não há uma delimitação muito clara entre objetivos e funções. Isto pode ser atribuído ao fato de que alguns autores identificaram como objetivos aquilo que outros denominaram funções.

Da mesma forma que o conceito, a explicitação do que sejam objetivos e funções para a biblioteca escolar também sofreu alterações. E, talvez, o que seja mais importante, os estudos histórico-críticos que, segundo Silva (1999) surgem na década de 1980 com Milanesi (1986a, 1986b, 1994) passam a oferecer um quadro realista da situação e da função da biblioteca escolar brasileira no cenário educacional e do verdadeiro papel que a ela cabe desempenhar. Este autor pode ser considerado um dos primeiros que analisa a atividade de pesquisa que é realizada na educação básica brasileira e que denuncia as suas mazelas.

Outros estudos, tais como Silva (1993) e Silva (1999), vêm contribuindo para a tomada de consciência por parte de bibliotecários e professores, acerca da realidade de seus estados e cidades. E a produção intelectual e de pesquisa sobre a biblioteca escolar vem crescendo, embora a questão da pesquisa escolar ainda se constitua num problema sem alternativas apontadas objetivamente.

A síntese do que é esperado da biblioteca escolar, no atual momento e para um futuro próximo, à luz de um consenso dos países desenvolvidos, encontra-se explicitada no Esboço de Manifesto para a Biblioteca Escolar e Centro de Pesquisa, ratificado pela Unesco (1998), no qual são estabelecidos a missão e os objetivos para a biblioteca escolar, tomando como base filosofias da educação de cunho construtivista e humanista.

SUPORTE TEÓRICO DA AÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A atuação da biblioteca escolar carece de uma teoria mais consistente acerca de sua prática ou práxis sob o ponto de vista de Gadotti (1995). Segundo o autor, toda a ação que visa a transformação do indivíduo e da sociedade pode ser considerada práxis, pois contem em seu bojo os elementos que caracterizam o conflito ou a tensão imanente da teoria confrontada com a realidade na qual esta mesma ação vai acontecer para transformá-la. Considerando a função primordial da biblioteca escolar que a de embasar todas ações, realizadas no decorrer dos processos de ensino e de aprendizagem, pode-se compreender que a sua atuação possa ser identificada como práxis.

Segundo Moreira (1999), uma teoria consiste na interpretação pessoal de uma dada realidade ou sobre determinado fenômeno ou área do conhecimento. Busca a sistematização desta realidade, fenômeno ou área do conhecimento, a explicação do quê, do porquê e do como ocorrem os fatos, tendo em vista a previsão de aspectos específicos e a solução de problemas decorrentes.

Desta forma, qualquer tentativa a ser feita para conceituar ou embasar teórica e/ou metodologicamente a ação biblioteconômica em suas múltiplas formas de apresentação ou em seus espaços de execução, deverá, no mínimo, recorrer às áreas afins da Comunicação e da Pedagogia também, nas quais ela se insere e de onde derivam muitas teorias que buscam explicar fenômenos sociais que, de um modo geral, também lhe afetam ou são por ela afetados.

Assim, o exercício de reflexão em torno dos aspectos teórico-metodológicos da atuação da biblioteca escolar, no mundo, no Brasil, no Rio Grande do Sul, também deverá se valer do conjunto de ideias de autores estrangeiros, em sua maioria, que permitam correlacionar a realidade sobre a qual teorizam com o universo da biblioteca escolar.

Desta forma, buscou-se estudar alguns autores cujas ideias pudessem orientar o raciocínio sobre três aspectos importantes para o estabelecimento ou a identificação do perfil da biblioteca escolar que é desejado para o Ensino Fundamental, no caso, brasileira e, por extensão, gaúcha:

- a) a natureza da ação da biblioteca escolar: em que campo se insere: biblioteconômico, pedagógico, comunicacional? Em um, em todos?
- b) as características desta ação em relação ao processo ensino-aprendizagem: em que tipo se enquadra? Embasadora, mediadora, acessória ou auxiliar?
- c) o significado, a representação ou a imagem da biblioteca escolar para os usuários-professores: laboratório de ensino, recurso didático, serviço de informação e documentação, repositório ou depósito de livros ou de outros materiais e equipamentos didáticos?

Algumas respostas foram buscadas junto a Habermas (1987), por meio de sua Teoria da Ação Comunicativa. O que o autor estabelece, em termos de conceitos e processos da ação comunicativa, sob muitos aspectos, pode ser pensado em relação à posição e à atuação da biblioteca escolar. Por exemplo, quando o filósofo explicita o que é ação comunicativa, esclarece que é o ato humano voltado ao entendimento entre as pessoas e destaca a relação interpessoal, a negociação que se estabelece entre os sujeitos e a interpretação de cada um dos dados e/ou informações que permitirão chegar ao consenso e coordenar, assim, as ações subsequentes.

Comparando esta ideia com a ação da biblioteca escolar, no momento em que seu pessoal recebe um ou mais usuários, pode-se entender que a ação comunicativa passa a acontecer. E, também, os processos de relacionamento interpessoal, de negociação e de interpretação passam a ocorrer simultaneamente entre usuário(s) e o pessoal que os atende, entre os próprios usuários e entre os integrantes da equipe da biblioteca escolar.

Esta situação ocorre em todos os momentos e em quaisquer espaços ou serviços da biblioteca escolar, mas se evidencia com maior intensidade, quando são realizadas, por parte do usuário, ações de pesquisa escolar. Neste caso, a interação entre usuário e bibliotecário se faz necessária, a fim de que o processo de tomada de decisão relativo à seleção de fontes de informação possa ser realizado com sucesso.

Em relação à ação estratégica, Habermas (1987) a define como sendo aquela em que os envolvidos agem em busca do sucesso, coordenando-se por meio da linguagem, em direção a seus objetivos pessoais, junto ao mundo natural ou o mundo social, influenciando, desta forma, uns sobre as ações de outros. Assim, segundo o autor, em certa medida, a cooperação é alcançada entre eles, porque o resultado das ações empreendidas depende, não somente do próprio indivíduo, mas, também, da ação de outros envolvidos.

Olhando a biblioteca escolar sob este aspecto, entende-se que esta teoria pode explicar por que o sucesso da sua ação biblioteconômica depende do sucesso da ação de seus usuários e vice-versa, no que respeita ao acesso e uso das informações nela estocadas.

Particularmente, no caso da pesquisa escolar, este conceito de ação estratégica se aplica adequadamente. Pois, se os usuários em busca de informações encontrarem-na junto ao acervo da biblioteca escolar, irão conseguir realizar seus objetivos, alcançando dessa forma o êxito esperado junto ao(s) professor(es) que a solicitou(aram). Neste sentido, a cooperação da biblioteca escolar aos seus propósitos foi positiva. Da mesma forma, para a biblioteca escolar também esta cooperação foi motivo de êxito, pois, ao atender o(s) usuário(s) e oferecer-lhe(s) as fontes de consulta de que necessitava(m), alcançou seus próprios objetivos e os do ensino, propiciando condições para que o processo de aprendizagem ocorresse com sucesso.

Os elementos presentes na ação dramática voltada, segundo o autor acima, para a expressão dos estados subjetivos dos sujeitos, afetam principalmente o aspecto afetivo das relações e da comunicação interpessoais, porque permitem que ocorram os processos de entendimento, de integração e de socialização entre os sujeitos envolvidos os quais "(...) desenvolvem, confirmam e renovam tanto sua identidade como sua pertença a certos grupos sociais (...)" (HABERMAS, 1987, v. 2, p. 198). Isto é possível porque estão presentes, nestes processos, segundo o autor, três tipos de ações que equivalem a três tipos de momentos ou estágios de desenvolvimento:

- a) a interação, regulada por normas que representa o contexto ou o espaço onde a ação comunicativa ocorre;
- b) a conversação, da qual se derivam a conversa, o diálogo ou a comunicação, propriamente dita; e, para que esta possa ocorrer, é necessária a existência de um consenso;
- c) a discussão, por meio da qual as pessoas buscam estabelecer um novo consenso sobre o mundo e/ou seu modo de vida, através do que o autor denominou de práxis argumentativa, ou seja, aquele espaço e aquele momento simbólico em que são apresentadas justificativas entre os interlocutores, as quais lhes permitirão revisar ou manter o consenso já existente.

Sob este aspecto, também podem ser estabelecidas comparações com a biblioteca escolar. Como espaço de interlocução, de comunicação de ideias entre usuários e entre estes e o seu pessoal, a ação dramática também poderá ocorrer em todos os seus desdobramentos. Particularmente, no momento da realização da pesquisa escolar, tais situações apresentam maiores probabilidades de ocorrência, pois, de um modo geral, esta é uma atividade em que, usualmente, os alunos costumam realizá-la em grupos.

Estão presentes, assim, na biblioteca escolar, todos os elementos que, dinamizados, permitem que aconteça a ação dramática: as instalações físicas; os recursos e os serviços, como aquele espaço que é regulado por normas, assim como a escola como um todo; a conversação, que ocorre em todos os momentos entre usuário e a equipe da biblioteca escolar; a discussão, que se instaura entre os grupos que pesquisam, no sentido de favorecer a reflexão, a assimilação e a reelaboração do conjunto das informações que estão sendo trabalhadas e/ou consultadas.

Muitos outros aspectos da Teoria da Ação Comunicativa poderiam ser descritos e comparados com a forma de atuação da biblioteca escolar. Entretanto, buscou-se salientar aqueles que mais ampla e diretamente embasam a ação da biblioteca escolar, no processo de pesquisa escolar. Esta ação também pode ser pensada à luz do que é considerado por Rodrigues (1990) como teoria da ação comunicacional, que guarda relação com a teoria desenvolvida por Habermas (1987).

Em relação à área da Educação, a busca de obras sobre teorias de ensino e de aprendizagem educacionais revelou uma ampla variedade de autores e de teorias, alguns dos quais já citados anteriormente. Entretanto, não foram encontradas manifestações explícitas em que, para os teóricos educacionais, a biblioteca escolar faça parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem.

Esta realidade foi pesquisada por Silva (1999), que buscou em obras de Didática, recomendadas como bibliografia dos cursos de Pedagogia do Estado do Rio de Janeiro, referências sobre a utilização da biblioteca escolar no processo de ensino e de aprendizagem.

As conclusões do autor, em decorrência dos dados obtidos, é que, de forma explícita, as obras pesquisadas não se manifestam acerca da atuação da biblioteca escolar no cenário educacional. Apesar desta omissão, o autor entende que há alguns caminhos que poderão ser viabilizados, no sentido de tornar presente e imprescindível a biblioteca escolar no processo de ensino e de aprendizagem. Estes caminhos podem ser configurados como: laboratório de ideias, serviço de informação, recurso didático, espaço lúdico-recreativo e espaço pedagógico onde são desencadeados processos de ensino e de aprendizagem.

PESQUISA ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

A busca de obras sobre a(s) teoria(s) da pesquisa escolar, aplicada ao Ensino Fundamental, bem como a função didático-pedagógica da biblioteca escolar, no processo inicial do ensino e da aprendizagem desta atividade revelou a inexistência de estudos, nesta área, no Brasil. Assim, tendo em vista ampliar a visão teórica sobre o processo da pesquisa escolar, buscou-se também a literatura sobre metodologia da pesquisa científica.

Autores como Eco (1995), Salvador (1970) e Triviños (1995), dentre outros, consideram a busca da fundamentação em fontes de informação como parte do processo de pesquisa científica. Tal atividade pode ser denominada pesquisa escolar ou revisão de literatura. Objetiva o levantamento, a busca e o tratamento de informações que irão permitir o embasamento teórico, histórico, crítico ou outro do tema em estudo.

Este poderá ser um problema de pesquisa ou um determinado conteúdo programático a ser desenvolvido em sala de aula.

Em relação às etapas que deverão ser cumpridas para a sua efetivação, Salvador (1970) destaca as seguintes: a escolha e delimitação do assunto; a escolha ou seleção das fontes de informação a serem consultadas; a compilação da bibliografia selecionada; a leitura com apontamentos (elaboração da ficha de apontamentos); a elaboração do texto; normalização do documento que contem o texto. Além disso, a pesquisa escolar se caracteriza como uma atividade sistematizada, um processo formal, que visa encontrar respostas para questões propostas pelo professor ou pela própria turma. Algumas condições iniciais que permitam aos alunos conhecer e exercitar os procedimentos da metodologia científica são recomendáveis para a realização da pesquisa escolar. É interessante que o professor, ao solicitar a pesquisa escolar, lembre aos alunos os procedimentos que podem servir de orientação para o início, o desenvolvimento e a conclusão do trabalho, tais como: o que, de que trata o trabalho, para que será realizado, quanto (dimensão), quando (prazo para entrega), onde o assunto pode ser encontrado e como forma da comunicação do trabalho.

FINALIDADES DA PESQUISA ESCOLAR

A pesquisa escolar poderá se constituir em uma das melhores estratégias para favorecer o processo de aprendizagem do aluno pelo próprio aluno. Esta prática envolve, basicamente, atividades de leitura e de escrita, exigindo, porém, de seu agente, processos de pensamento mais elaborados que superem a mera decodificação do sistema verbal ou a transcrição de textos. Pode ser considerada como um ato subjetivo e, por isso, propicia ao seu executor desencadear em si o processo de construção do conhecimento. Cabe a ele ler, selecionar, decidir, organizar as ideias absorvidas por meio da leitura e as suas próprias e condensar o resultado dessas leituras, das reflexões, dos debates e das conclusões em um texto coerente (verbal ou escrito) que sintetize e harmonize, ou não, suas ideias com as dos autores escolhidos para serem estudados.

Entretanto, devido à sua complexidade, esta prática deverá ser adotada pelo professor e acompanhada pelo bibliotecário com o cuidado e a atenção necessários, devendo o aluno ser orientado e acompanhado, para poder realizá-la satisfatoriamente.

As informações obtidas evidenciam situações que, do ponto de vista do processo pedagógico e biblioteconômico, estão em descompasso com o que a teoria de ambas as áreas propõe para que ocorra o sucesso de uma aprendizagem voltada para o aprender a aprender. Moro e Estabel (2004) apud Belluzzo (2005)⁸ afirmam:

Consideremos um aspecto em particular – a pesquisa escolar, uma questão que sempre tem sido uma preocupação de educadores e bibliotecários. A pesquisa constitui uma das principais atividades realizadas no processo de ensino e aprendizagem, desde as séries iniciais. Apresenta alguns princípios fundamentais: auxiliar as pessoas a estudar com independência, planejar, conviver e interagir em grupo, conhecer e aceitar as opiniões dos outros, usar adequadamente os recursos informacionais tais como bibliotecas e outras fontes de consulta, desenvolver o pensamento crítico e o gosto pela leitura, adquirir autonomia no processo do conhecimento, aprender a trabalhar de forma colaborativa e em rede, entre outros. (MORO; ESTABEL, 2004)

Se a prática da pesquisa escolar desde a implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, não vem contribuindo para que o aluno do Ensino Fundamental desenvolva competências para a busca independente de informações, como estratégia para a aprendizagem formal e informal, então esta prática necessita ser repensada.

Esse repensar deverá, por sua vez, envolver todos os atores do processo: professores, bibliotecários, alunos e pais. Nesse sentido, são as-

8 Documento eletrônico. MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. A pesquisa escolar propiciando a integração dos atores-alunos, educadores e bibliotecários – irradiando o benefício coletivo e a cidadania em um ambiente de aprendizagem mediado por computador. In: **Novas Tecnologias na Educação**, v.2, n.1, p.1-10, mar. 2004. Citado em BELLUZZO, Regina C. **Competências na Era Digital: Desafios Tangíveis para Bibliotecários e Educadores**.

pectos que poderiam se constituir em pontos para a reflexão conjunta da comunidade escolar:

- a) o desenvolvimento do gosto pela investigação parece estar diretamente relacionado com o desenvolvimento do gosto pela descoberta, pela busca de informações, por meio da pesquisa direta (dos fatos e/ou da natureza) e indireta (através das fontes de informação). Tais atos deverão ser resultantes da ação pedagógica na condução de uma dinâmica de sala de aula que privilegie a criatividade e não a rotina;
- b) a prática da pesquisa escolar se constitui num dos principais procedimentos pedagógicos para desenvolver no aluno o gosto e as competências para ler e extrair informações com a finalidade de resolução de problemas;
- c) a pesquisa escolar se caracteriza como uma atividade que pode cumprir funções:
 - o *motivadoras*, porque, se bem conduzida, respeitados os níveis de desenvolvimento psíquico e cognitivo do aluno, poderá estimulá-lo a ver, no processo de busca de informações, uma atraente maneira de resolver problemas e da qual poderá se utilizar em qualquer momento de sua existência;
 - o *socializadoras*, porque favorece a interação pessoal do aluno com seus colegas e, também, com outros segmentos da comunidade escolar e/ou fora dela, bem com outros espaços de saber, além da sala de aula, tais como: a biblioteca escolar, a biblioteca pública, os museus e outros;
 - o *integradoras*, porque oferece condições para que o aluno, no decorrer da atividade de leitura, de reflexão e de redação, integre diferentes noções, habilidades e/ou conhecimentos oriundos dos diferentes campos do conhecimento, previstos no currículo que lhe é oferecido. Pelo menos Língua Portuguesa (através da leitura, da redação e da gramática), Artes Aplicadas e o assunto específico da questão de pesquisa (História, Geografia, Botânica ou outros) se integram, no momento em

que são cumpridas as etapas da pesquisa escolar, na biblioteca;

- d) a qualidade dos recursos e dos serviços oferecidos pela BE, particularmente aqueles voltados ao ensino do uso da biblioteca e do uso das fontes de informação à comunidade escolar, repercute no sucesso do desenvolvimento pelo aluno das habilidades necessárias à pesquisa escolar;
- e) os aspectos afetivos do processo de interação entre professores, alunos e pessoal da biblioteca, quando se iniciam as ações do processo de pesquisa escolar, nas classes de quarta série, deverão ser levados em consideração, quando do planejamento conjunto desta atividade pelo professor e pelo bibliotecário;
- f) a atividade de pesquisa escolar que é realizada, atualmente, nas escolas de Educação Básica de Porto Alegre, RS, pelas características do desempenho de professores, pessoal da biblioteca escolar e alunos e pelos objetivos pretendidos, pode ser denominada de pesquisa, embora não seja cumprida em todas as suas etapas. Porém, embasada nos pressupostos do método científico, ao ser desenvolvida em sua totalidade, poderá assumir as características de método e de procedimento pedagógico, de estratégia de ensino e de aprendizagem. E, assim, ao término dos estudos formais, o indivíduo poderá utilizar as habilidades adquiridas como ferramenta ou recurso pessoal para o exercício desta prática, no processo pessoal de educação continuada.

Em decorrência, pergunta-se:

- É possível mudar o quadro atual da prática da pesquisa?
- Em que sentido?
- Como?

Embora a literatura consultada até o momento não seja farta em teoria ou experiências sobre o assunto, acredita-se que seja possível mudar esta prática, começando com a melhoria da interação sala de aula e biblioteca.

Ao professor, deverão ser disponibilizadas pela biblioteca escolar todas as informações e recursos pedagógicos para a facilitação do ensino e da aprendizagem, no sentido do desenvolvimento, nos alunos, das competências cognitivas, afetivas e motoras para a organização do pensamento, da linguagem, da leitura e da escrita. O professor, por sua vez, informará e planejará com a biblioteca escolar as atividades que envolverão toda e qualquer busca, acesso e uso da informação.

Desta forma, os benefícios da pesquisa escolar serão bem mais amplos e duradouros, se o aluno, desde a sala de aula, receber uma atenção mais específica para o exercício desta atividade, atenção esta que terá seu complemento, através do atendimento também específico que lhe será oferecido, no ato da pesquisa pela biblioteca escolar.

A viabilização destas mudanças poderá ser alcançada a partir de um programa de estudos que reúna professores, alunos, pessoal da biblioteca e pais. O conjunto de conhecimentos e práticas que poderá ser desenvolvido, por meio desse programa de estudos, terá como finalidade mudar atitudes e comportamentos, atualizar e introduzir novos conhecimentos em relação à prática da pesquisa escolar.

A PESQUISA ESCOLAR E AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

Na sala de aula, a relação professor e aluno se estrutura nos papéis de “quem ensina” e de “quem aprende” nos processos de ensino e de aprendizagem. A pesquisa escolar, na visão do professor, geralmente é utilizada mais como uma atividade escolar para ser avaliada no decorrer da unidade de estudo programada do que uma atividade onde o aluno vai utilizar e complementar os conhecimentos adquiridos. A pesquisa escolar deve ser uma atividade em que os alunos tenham oportunidade de estudo independente, de planejamento de trabalho, de uso de fontes de informação, de desenvolver o pensamento crítico, de adquirir autonomia no processo de conhecimento, de aprender a trabalhar com seus colegas colaborando e contribuindo com o grupo, de sugerir, construir, elaborar, concluir, sentindo-se satisfeito com os resultados atingidos. No entanto,

na maioria das vezes, a pesquisa escolar é vista como uma “tarefa a ser cumprida em tempo hábil” para avaliação do professor, onde os alunos desconhecem os procedimentos metodológicos e não recebem maiores orientações nem na sala de aula, através do professor e nem na biblioteca através do bibliotecário.

Atualmente, percebe-se uma preocupação dos professores na realização da pesquisa escolar, para que a mesma oportunize a aprendizagem para os alunos, novos conhecimentos, a interação com o grupo, a realização pessoal através de um trabalho bem elaborado. Outra preocupação do professor é a orientação quanto ao uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) para que os objetivos sejam alcançados. Até a década passada, para a realização da pesquisa escolar, os alunos buscavam as informações diretamente no material impresso, através das fontes bibliográficas disponíveis na biblioteca ou nas fontes pessoais, através da oralidade utilizando instrumentos como entrevistas, relatos, entre outros. Hoje, as fontes se diversificaram e se multiplicaram, através da internet, considerada um facilitador incontestado do acesso à informação.

No entanto, as dificuldades aumentaram, pois exigem dos alunos uma reorganização e o uso de estratégias de busca para que os mesmos tenham condições de elaborar um trabalho escolar de qualidade e que oportunize uma situação de construção de conhecimentos. É necessário também qualificar o professor para orientar, acompanhar pesquisas do início ao fim, avaliando todo o processo. Não apenas “solicitar o tema” e “receber a tarefa”.

No processo da pesquisa escolar destacam-se dois atores principais: o professor e o aluno. Para completar o cenário, surge um novo personagem: o bibliotecário, com a função de orientar os dois primeiros na utilização adequada dos recursos das TIC no processo da busca da informação e da aquisição do conhecimento através da pesquisa escolar.

A sociedade da informação preconiza a informação como um recurso prioritário e, o seu acesso, como um marco o qual insere os cidadãos na sociedade, auxiliando o exercício responsável e consciente na tomada de decisões em qualquer âmbito de ação e no exercício de seus direitos de cidadania. As TIC facilitam a aquisição de conhecimento, permitindo o

acesso às fontes de informação, o cruzamento de informação de diferentes fontes e áreas, a comunicação em tempo real ou virtual com outras pessoas e a disponibilização de meios rápidos e eficientes de processamento da informação. Um dos fatores que os atores deste cenário devem levar em consideração é o papel que as TIC exercem como mediadoras do processo de ensino e de aprendizagem, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na estratégia educativa em que dois ou mais sujeitos constroem seu conhecimento através da discussão, da reflexão e da tomada de decisões. Os efeitos do uso da informação compartilhada entre os professores, os bibliotecários, os técnicos em Biblioteconomia, os alunos, pode encaminhar para uma rede integrada de comunicação, permitindo o estabelecimento de novas relações entre os mesmos (inter-relação de pessoas) e destes com a comunidade.

No cenário das escolas, embora um significativo número disponha das ferramentas tecnológicas para o ensino e a aprendizagem, preocupa, ainda, a falta de uma “ação pedagógica digital” que propicie a articulação dos atores (alunos, professores, técnicos em Biblioteconomia e bibliotecários) na comunidade escolar, por meio do acesso e do uso de informações que visam à construção de sua cidadania e integração social. A experimentação do AVA no processo da pesquisa escolar, os novos papéis que os alunos, professores, técnicos em Biblioteconomia e bibliotecários assumem no processo de ensino e de aprendizagem, a busca correta das fontes, entre outros, contribuirão para a aplicação de metodologias do desenvolvimento da pesquisa escolar no Ensino Fundamental e Médio, na busca de informação e de conhecimento, otimizando o uso das TIC existentes na escola, contribuindo para o benefício coletivo da comunidade escolar.

A pesquisa escolar, vivenciada em cada sala de aula como procedimento racional e sistemático, proporcionando o envolvimento dos atores deste cenário, terá repercussões na formação superior e de pós-graduação e na qualidade da atuação profissional. Por isso a importância de compreender os novos papéis dos atores presentes no cenário da pesquisa escolar, suas atribuições e competências, buscando novo enfoque para a proposição de um paradigma nas escolas, que envolva a Aprendi-

zagem Colaborativa Mediada por Computador – CSCL (Computer Supported Collaborative Learning) como estratégia educativa, onde as TIC estão presentes como mediadoras dos processos de ensino e de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o advento da sociedade da informação e com ela a sociedade em rede, as TIC tornaram-se importante instrumento para a construção do conhecimento. A internet foi um elemento facilitador nos processos de ensino e de aprendizagem, auxiliando as estratégias de busca de fontes para a pesquisa escolar, atividade cotidiana nas salas de aula do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O ensino informativo e enciclopédico está sendo substituído por um ensino mais formativo, com maior participação e interação dos alunos, professores, técnicos em Biblioteconomia e bibliotecários, que compartilham responsabilidade colaborativas e solidárias de investigação de temas que tenham como eixos norteadores a (re) construção dos seus conhecimentos.

O conceito de cidadania parte do pressuposto inicial de que o sujeito exerce efetivamente sua cidadania plena se tiver a capacidade de fazer as suas próprias escolhas. Isto significa afirmar que o cidadão pleno, na sociedade moderna, é aquele consciente e ativo dos seus direitos individuais e coletivos. Nesse processo, a informação é um elemento fundamental. Porém, para que o cidadão consiga gozar plenamente de sua cidadania, passa pela mediação do espaço público, isto é, pela mediação das instituições, dentre elas a escola. É um processo de aprendizagem e de vivências que as crianças iniciam na escola, por meio de diversas atividades, dentre elas a pesquisa escolar e exercem a cidadania, quando adultos.

No cenário da educação, os alunos, professores, técnicos em Biblioteconomia e bibliotecários devem exercer um papel ativo de atores principais e não de coadjuvantes, em um palco onde a colaboração, o compartilhamento e a cooperação estejam presentes em todos os atos da realização da pesquisa escolar, propiciando uma inter-relação de pessoas na busca de um novo paradigma na sociedade da informação, irradiando o benefício coletivo e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Normas para Las Bibliotecas Escolares**. Washington: Unión Panamericana, 1963.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 1997. v. 1: Introdução.

Belluzzo, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.6, n.2, p.27-42, jun. 2005.

CERDEIRA, Theodolindo. A Biblioteca Escolar no Planejamento Educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8., 1975, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: [s.n.], 1975.

FERREIRA, Carminda de Castro Nogueira. Biblioteca Pública é Biblioteca Escolar?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 9-15, abr./jun. 1978.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.

HERRING, James E. **School Librarianship**. 2nd.ed. London: C. Bingley, 1988.

LITTON, Gaston. **Bibliotecas Escolares**. Buenos Aires: Bowker, 1974.

MILANESI, Luís. **A Casa da Invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3.ed. ver. ampl. São Paulo: Ateliê, 1997.

_____. **O que é Biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Ordenar para Desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORALES CAMPOS, Estela. La biblioteca del futuro. In: **LA BIBLIOTECA del futuro**.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: E.P.U., 1999.

NEVES, Iara C. B. **Pesquisa Escolar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental em Porto Alegre/RS: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar.** São Paulo: ECA/USP, 2000. (Tese)

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias de Comunicação: a questão comunicacional e formas de sociabilidade.** Lisboa: Presença, 1990.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica.** Porto Alegre: Sulina, c1970.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na Escola e na Biblioteca.** 4.ed. Campinas: Papyrus, 1993.

SILVA, Waldeck Carneiro. **Miséria da Biblioteca Escolar.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. Biblioteca Escolar e Centro de Pesquisa: esboço do Manifesto da Unesco. **APB Circular**, São Paulo, n. 2, p. 2-3, set. 1998.



CAPÍTULO 10

METODOLOGIA DA PESQUISA

ARIEL BEHR

O conhecimento, da forma como o conhecemos hoje, é algo construído ao longo do tempo, e aquilo que temos como “verdades”, hoje, nem sempre foi assim. Podemos perceber isso recordando que há cerca de 20 anos nossa forma de acessar o conhecimento era diferente de hoje, quando estamos conectados com a internet, e com tecnologias de informação móveis e sem fio que nos aproximam da informação (SACCOL; REINHARD, 2007). Questionar o conhecimento vigente é então algo natural, mas que deve ser feito com o devido cuidado e seriedade. Desta forma, estudar metodologia da pesquisa visa deixar o profissional mais competente para fazer pesquisa científica, ou seja, para realizar pesquisas e trazer resultados confiáveis.

Nosso objetivo para este texto está em apresentar termos importantes para o início do estudo de metodologia da pesquisa, bem como instrumentalizar o aluno para diferenciar a natureza de uma pesquisa. Alguns termos são importantes de serem definidos, para que o aluno possa lidar com essas palavras no seu cotidiano de forma segura, e conhecendo de forma geral como se organiza o trabalho científico. Assim, termos como método, ciência, pesquisa, entre outros, serão apresentados e explorados.

Mesmo sem colocar uma figura no texto, é possível que você possa vislumbrar um “laboratório científico”. Muitos filmes e animações utilizam esse local para representar onde se fazem experiências, ou testes científicos; e, de fato, isso acontece. Então, imagine um laboratório repleto de instrumentos, como microscópios, balanças, tubos de ensaio, etc. Agora, imagine que você recebeu a encomenda de criar um componente

químico nesse laboratório. Por onde começar? Há uma receita? Um passo a passo? Justamente, é no estudo de métodos que iremos saber qual a forma mais adequada de criar o componente solicitado, sabendo quais produtos devem ser utilizados, em que ordem, com quais precauções, quais os resultados esperados, entre outras informações. Além disso, deve-se saber qual a finalidade e como utilizar cada equipamento desse laboratório.

Alguns tipos de áreas de estudo se prestam mais ao trabalho de laboratório e outras áreas se prestam mais ao trabalho de campo, ou trabalho exclusivamente teórico. Todavia, é importante que se perceba nesse momento que, seja qual for o tipo de pesquisa, existem finalidades, técnicas e ferramentas adequadas para cada objetivo de uma pesquisa.

O QUE É MÉTODO?

Começamos buscando entender o que é um **método**. Pensemos que metodologia é uma palavra derivada de “método”, do latim *methodus*, cujo significado é “caminho ou a via para a realização de algo”. Método, então, é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. E metodologia é o campo em que se estudam os métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. Reparem, método e metodologia são palavras que derivam de um mesmo radical, porém são palavras que possuem significados diferentes.

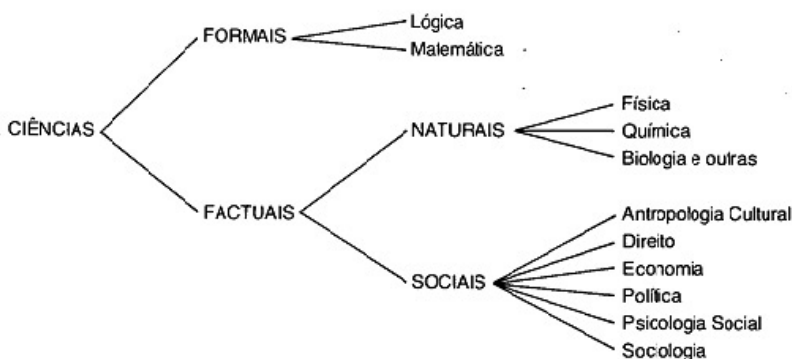
Podem-se ter muitas ideias do que seria um método, como, por exemplo, a forma de amarrar os cadarços de um tênis, ou de tirar manchas de uma peça de roupa; mas é claro que esses métodos não necessariamente estão comprometidos com princípios científicos. Quando se estudam métodos científicos, estudam-se formas de fazer alguma coisa com cuidado e rigor, para que outras pessoas possam repetir os procedimentos realizados, e possam verificar se o que foi feito em um local também é verdade em outro local. E, assim, a preocupação da ciência está em permitir que descubramos verdades.

O QUE É CIÊNCIA?

Dessa forma, precisamos aprofundar um pouco o significado da palavra “ciência”, de onde derivará o termo “científico”, que logo utilizaremos. A ciência é o conhecimento, ou um sistema de conhecimento, que traz verdades gerais, ou a operação de leis gerais especialmente obtidas e testadas por meio do método científico (TOGNETTI, 2006). Pense, por exemplo, na lei da gravidade, que é um conhecimento gerado e registrado pela ciência. Todavia, a forma de reconhecer, obter e testar essas verdades ou leis depende do pensamento e da lógica humana. Assim, a ciência também pode ser percebida enquanto “sistematização de conhecimentos, ou seja, um conjunto de proposições lógicas correlacionadas sobre um comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 80). Essa sistematização dos conhecimentos denota que a ciência encadeia e organiza conhecimentos de forma disciplinada e padronizada, empregando métodos testados e controlados, em benefício da humanidade.

A ciência normalmente é estratificada de acordo com sua área de emprego. E muitos autores já se propuseram a dizer quais são essas áreas da ciência. Um exemplo dessa classificação da ciência é trazido por Lakatos e Marconi (2010), e apresentado na Figura 1.

Figura 1: Classificação e divisão da Ciência



Fonte: LAKATOS; MARCONI, 2010, p.81

Porém, o que se pode “generalizar”, ou dizer que deve ser buscado por todos os tipos de ciência, é o uso do **método científico**, ou seja, uma regra geral. E, dessa forma, o método científico deve ser visto como um conjunto de regras necessárias para a realização de uma experiência controlada que visa gerar conhecimento científico.

O QUE É METODOLOGIA CIENTÍFICA?

De forma bastante resumida, pode-se afirmar que metodologia científica é o estudo dos métodos utilizados para a realização de pesquisas científicas ou acadêmicas. Já a pesquisa científica é o conjunto de investigações, operações e trabalhos intelectuais ou práticos que tem como objetivo a descoberta de novos conhecimentos, a invenção de novas técnicas e a exploração ou a criação de novas realidades (KOURGANOFF,1990). A pesquisa científica gera conhecimento científico, aquele que surge não apenas da necessidade de encontrar soluções para problemas de origem prática da vida diária, mas que nasce do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas por meio de provas (KOCHE, 1984).

Também se denomina metodologia científica a disciplina que estuda os diversos métodos científicos. Nesse sentido, entende-se que é nessa disciplina de metodologia científica que os pesquisadores buscarão subsídios para escolher o método mais adequado para suas pesquisas científicas e consequente geração de conhecimento científico. Conhecimento este que, pela utilização de métodos científicos, apresenta as seguintes características, como afirma Tognetti (2006):

- ✓ É racional e objetivo.
- ✓ É analítico.
- ✓ Requer exatidão e clareza.
- ✓ É comunicável.
- ✓ É verificável.
- ✓ Depende de investigação metódica.
- ✓ É explicativo.
- ✓ Pode fazer previsões.

Porém, não podemos dizer que todas as áreas da ciência utilizarão dos mesmos métodos e que gerarão o mesmo tipo de conhecimento científico. Existem diferenças significativas entre as diversas áreas, ou diversos tipos de ciências, que irão fazer com que se adote com maior frequência, ou com mais legitimidade, um ou outro método.

A NATUREZA DA PESQUISA CIENTÍFICA: QUANTITATIVA E QUALITATIVA

A natureza da pesquisa informa qual a abordagem que o pesquisador dará às questões que pretende responder com sua pesquisa. Existem dois tipos de abordagem: a quantitativa e a qualitativa. Pode-se dizer que a **pesquisa quantitativa** tem como propósito identificar quantos indivíduos de uma determinada população compartilham de uma característica. Segundo Moresi (2003), ela é especialmente projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística. De acordo com o mesmo autor, a pesquisa quantitativa pode ser aplicada para medir opiniões, atitudes, preferências ou comportamentos; e assim, por exemplo, estimar o potencial de um produto, ou medir a satisfação de clientes sobre determinado serviço. Esta tipologia de pesquisa utiliza técnicas estatísticas, podendo criar modelos capazes de prever comportamentos de indivíduos ou grupos, com base em características observáveis. Assim, a pesquisa quantitativa não é apropriada para compreender o “como” ou os “porquês” de determinado fenômeno, devendo utilizar questões diretas e facilmente quantificáveis, com a maior quantidade de pessoas possível, para possibilitar uma análise estatística confiável. Um exemplo de pesquisa quantitativa é o censo demográfico, realizado periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a **pesquisa qualitativa** traz um propósito distinto. Esta sim pretende entender o “como” ou os “porquês”, muitas vezes investigando o comportamento de pequenos grupos de indivíduos, utilizando dados mais subjetivos. De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17),

a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; ex-

periência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais; históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. Portanto, os pesquisadores dessa área, utilizam de uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo, geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo.

Independentemente da natureza da pesquisa, um pesquisador deve sempre realizar os esforços necessários para conceder rigor e confiabilidade ao seu trabalho, para que o mesmo possa ser acreditado e replicado. Ao aprofundar o estudo sobre as pesquisas quantitativas ou qualitativas será possível perceber que existem técnicas mais adequadas para um tipo ou outro de abordagem. A escolha dessas técnicas é sempre realizada no início do trabalho de pesquisa, pois guiará todos os procedimentos realizados. E, invariavelmente, a escolha das técnicas é algo que cabe ao pesquisador, que precisa compreender e provar que o que está fazendo é adequado, correndo o risco de não ser acreditado caso não comprove que os procedimentos que adotou foram legítimos e rigorosos.

Assim, incentiva-se o aluno a aprofundar seus estudos nessa temática, buscando as referências trazidas nesse texto e em outros encontrados em outras fontes confiáveis de informação.

REFERÊNCIAS

- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Porto Alegre: Vozes, 1984.
- KOURGANOFF, W. **A Face Oculta da Universidade**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SACCOL, A. Z.; REINHARD, N. Tecnologias de informação móveis, sem fio e ubíquas: definições, mapeamento do estado da arte e oportunidades de pesquisa. **RAC**, v. 11, n. 4, p.175–198, 2007.

TOGNETTI, M. A. R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Disponível em: <http://www.biblioteca.ifsc.usp.br/pdfFiles/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.





CAPÍTULO 11

A TRAJETÓRIA DE REALIZAÇÃO DOS FÓRUNS GAÚCHOS PELA MELHORIA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL⁹

ELIANE LOURDES DA SILVA MORO
LIZANDRA BRASIL ESTABEL

Ao longo de sua trajetória, as bibliotecas de escolas públicas ficaram sempre à mercê das trocas e alternâncias de governantes e dependentes de existirem ou não projetos que contemplassem a sua função na comunidade onde estão inseridas. Com exceção do Rio Grande do Sul (RS), a grande maioria dos estados brasileiros não possui uma legislação vigente que norteie as bibliotecas escolares quanto a orçamentos para recursos financeiros, política de recursos humanos e um sistema de estrutura e organização das mesmas. Nosso Estado possui uma legislação específica para a organização e funcionamento de bibliotecas escolares, com a implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SEBE), previsto na Constituição do Rio Grande do Sul, de 3 de outubro de 1989 (Art. 218), além da Lei nº 8.744, de 9 de novembro de 1988, que cria o Plano de Expansão da Rede de Bibliotecas de Escolas Públicas, estabelece o horário semanal de leitura nas escolas do sistema estadual de ensino e dá outras providências. O Conselho Estadual de Educação (CEEEd) emitiu a Indicação nº 33/80, que indica medidas para a organização e o funcionamento de bibliotecas nas escolas do sistema estadual de ensino regulando a estru-

9 Texto apresentado no CIBES 2015: Congresso Ibero-Americano de Bibliotecas Escolares, Marília, SP, Brasil, 21 a 23 de outubro de 2015.

tura, a organização e o funcionamento das bibliotecas de escolas públicas e particulares, e a Indicação nº 35/98, que estabelece parâmetros quanto ao acervo bibliográfico em suas diferentes áreas e no quantitativo numérico mínimo em escolas do sistema estadual de ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No âmbito federal e, especificamente sobre o profissional bibliotecário, vigoram a Lei nº 4.084/1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, mas não especifica a atuação na biblioteca escolar, complementada pela Lei nº 9.674/1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências.

Diante da situação em que se encontram as bibliotecas escolares no Brasil, com ausência de recursos, descaso de governos, inexistência de políticas públicas e privadas, desconhecimento e descumprimento de legislação (quando existe), falta de profissionais habilitados, entre outros, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), órgão que tem competência para fiscalizar e normatizar a prestação de serviços bibliotecários em todo o país, para reverter esta realidade, criou, em 2008, o **Projeto Mobilizador** em favor das bibliotecas escolares. Este Projeto visa a um conjunto de ações em todos os Estados, e tem como foco a melhoria das bibliotecas escolares, contemplando a criação de bibliotecas nas escolas que ainda não contam com este espaço, a melhoria dos espaços, serviços, acervos nas bibliotecas existentes e a construção de uma rede de informações e de profissionais que atuam em bibliotecas escolares. A mobilização do Sistema CFB/CRB e da sociedade resultou na aprovação da Lei Federal nº 12.244/2010, que torna obrigatória a existência de biblioteca em todas as escolas com a presença e/ou supervisão de bibliotecário fixando o prazo de dez anos para sua execução. Assim, desde a aprovação da Lei, deveriam ser criadas mais de 100.000 bibliotecas escolares, significando uma média de 10.000 bibliotecas por ano, com acervos, serviços e profissionais especializados.

No Rio Grande do Sul, a partir do Projeto Mobilizador criou-se um grupo de trabalho de profissionais interessados em colaborar com a melhoria das bibliotecas escolares, coordenados pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) da 10ª Região, realizando reuniões do Fórum Gaúcho pela

Melhoria das Bibliotecas Escolares e Públicas (FGMBEP) e contando com instituições apoiadoras, como a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS), grupo de pesquisa “LEIA: Leitura, Informação e Acessibilidade”, da FABICO/UFRGS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *campus* Porto Alegre, Instituto Goethe, entre outras.

Os principais objetivos do FGMBEP são: promover as bibliotecas e a leitura por meio da reunião de seus atuadores; apresentar projetos locais e programas estaduais, nacionais e internacionais de incentivo e promoção a bibliotecas e leitura; estimular a formação de pessoal para trabalhar em bibliotecas do Estado; contribuir no fortalecimento da imagem das bibliotecas como espaços de integração entre leitores, educação e cultura; criar grupos de trabalho local para dinamização das bibliotecas.

Desde sua criação, o Fórum realizou 49 reuniões de âmbito regional, duas nacionais e um encontro binacional, reunindo em média 150 pessoas com uma programação que vai desde palestras, relatos de experiência, painéis, *workshop*, atividades culturais, entre outros. Os temas abordados têm como foco principal a mediação da leitura, acessibilidade, Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura (PMLL), competência informacional, atuação profissional, organização de bibliotecas, gestão de bibliotecas, entre outros.

Os Fóruns são realizados em municípios do Estado, contemplando desde a capital, região metropolitana e alguns do interior, com a participação do público local, de bibliotecários, professores, técnicos em Biblioteconomia e a comunidade em geral (Figura 1). Destaca-se a efetiva participação dos alunos da graduação de Biblioteconomia (FABICO/UFRGS) e do curso Técnico em Biblioteconomia (IFRS *campus* Porto Alegre), que se deslocam do município de Porto Alegre para os diversos locais de realização das reuniões. Os palestrantes são docentes, pesquisadores, especialistas que contribuem, por meio do compartilhamento de informações e referencial teórico, à reflexão e debate sobre os assuntos de grande relevância relacionados às bibliotecas escolares e públicas. Também são apresentados relatos de experiências por bibliotecários, técnicos em Biblioteconomia, docentes, promovendo interação entre teoria e prática nas ações de leitura, de aprendizagem e de promoção cultural.



Figura 1: 46ª reunião do FGMBEP

Fonte: NEVADO, Alessandra (2015)

A participação dos alunos da graduação e do curso técnico tem sido importante para sua formação profissional, possível de verificação pelos resultados da pesquisa realizada em 2015, além da referência em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Biblioteconomia, por meio de estudo de caso, que apresenta o contexto dos FGMBE abrangendo o período de 2009 a 2011, bem como os resultados do estudo atual.

A CONTRIBUIÇÃO DOS FGMBEP (2009-2011): CONSTRUÇÃO DE NOVAS APRENDIZAGENS DOS ACADÊMICOS DE BIBLIOTECONOMIA

A pesquisa realizada por TEIXEIRA (2012) apresenta a contribuição do FGMBEP no período de 2009-2011, tendo como metodologia um estudo de caso e nove acadêmicos do curso de Biblioteconomia da UFRGS, sujeitos da pesquisa, participantes de, no mínimo, três dos eventos selecionados no período determinado. A autora apresenta como resultado, a partir da aplicação de entrevistas e análise de documentação dos Fóruns (atas, *folders*, relatórios, *blog* e vídeos), que

o Evento contribuiu para a construção de novas aprendizagens através do encontro com as comunidades escolares, onde foi possível construir através dos relatos de experiências, uma nova visão sobre o fazer e a atuação do bibliotecário, além de possibilitar o conhecimento de novos campos de trabalho. (TEIXEIRA, 2012, p. 6)

Pode-se destacar a luta e a perseverança na busca de melhores condições para as bibliotecas escolares e que o Estado pode ser considerado referência no cenário nacional no âmbito da aplicação do Projeto Mobilizador do CFB, bem como a participação dos acadêmicos de Biblioteconomia nas reuniões dos Fóruns que possibilitaram encontros memoráveis onde a biblioteca escolar e o incentivo à leitura tiveram destaque. Os municípios que sediaram os eventos realizados, envolvidos nesta causa, proporcionaram um espaço de diálogo e de valorização desta temática, agregando profissionais engajados e promovendo a integração e a interação entre todos os participantes. Os acadêmicos também demonstraram o envolvimento com a comunidade escolar de diversos municípios, através da troca de experiências, que motivou e estimulou o debate sobre a temática da biblioteca escolar, encontros com profissionais, constatação das realidades dos municípios, as políticas públicas sobre bibliotecas escolares, dentre outros. Os Fóruns contribuíram para possibilitar uma nova visão sobre a profissão de bibliotecário, não somente arraigada às atividades técnicas, mas também participativa no tocante às questões sociais que envolvem a biblioteca escolar. Constatou-se que o movimento realizado no âmbito do Rio Grande do Sul possibilitou a abertura de novos campos de trabalho, como a realização de concursos públicos, pois divulgaram a profissão do bibliotecário nos municípios que sediaram o Evento, e conclui que os FGM-BEP são de extrema importância para a aprendizagem dos acadêmicos em Biblioteconomia, pois reúnem a prática e a teoria. Conforme exposto por unanimidade entre os sujeitos, a continuidade das reuniões é fundamental para oportunizar a participação nos eventos e a construção de novos conhecimentos.

A partir deste estudo, as autoras sentiram-se incentivadas a atualizar os resultados, para verificar sobre a importância da realização e da con-

tinuidade dos eventos no âmbito dos acadêmicos de Biblioteconomia e incluindo os alunos do curso Técnico de Biblioteconomia.

ENTREVISTAS COM ACADÊMICOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA FABICO/UFRGS

Os sujeitos deste estudo são acadêmicos de Biblioteconomia da FABICO/UFRGS cursando desde a primeira até a quinta etapa do curso, selecionados aleatoriamente. Participaram vinte sujeitos, que responderam às questões propostas, apresentando respostas significativas:

VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A SUA PARTICIPAÇÃO NO FGM-BEP? POR QUÊ?

Todos os sujeitos responderam afirmativamente.

“...uma ótima oportunidade para, além de nos demonstrar a real situação de nossas Bibliotecas, ter consciência de como a profissão age na prática, ‘fugindo’ um pouco das nossas aulas apenas teóricas.” (RB)

“...principalmente porque estou iniciando no curso, e é bom ter essa interação com profissionais que já atuam na área, para assim saber de projetos e campanhas em que futuramente eu possa ter interesse em participar ou contribuir.” (ECPS)

“... para adquirir mais conhecimento da área, saber como está a situação atual das bibliotecas, ver ideias e práticas que deram certo e tentar implementá-las ou acabar criando novas ideias, e também para contribuir para a constante melhorias das bibliotecas escolares e públicas.” (DGV)

“Somente com a participação ativa de todos os envolvidos podemos construir novos conhecimentos e modificar nossa percepção sobre aspectos da Biblioteca Escolar. O fórum permite debater e avaliar o que está sendo feito e o que pode ser melhorado. É uma mostra de ideias e experi-

ências de profissionais que fazem a diferença na comunidade onde atuam e que inspiram os alunos a fazer o mesmo quando estiverem atuando como bibliotecários.” (JBE)

“...é um momento de reflexão e troca de experiências para bibliotecários, técnicos, governantes e público em geral.” (LCB)

“...é a oportunidade de saber o que está acontecendo nas esferas federal, estadual e municipal, os projetos, as atuações dos bibliotecários e de sentir que há um número expressivo de pessoas que sabem a importância da existência de bibliotecas.” (LM)

“...ambiente de diálogo, de troca de experiências e ideias e, também, de fortalecimento das demandas referentes a melhorias necessárias para o profissional bibliotecário. Para os alunos da graduação é especialmente importante, pois nos prepara para os desafios que iremos enfrentar no mercado de trabalho e já nos prova que mais do que uma só uma profissão, ser bibliotecário significa ser um agente de mudança social e, também, um militante.” (ASC)

“...ajudou a compreender melhor a importância que um bibliotecário tem como mediador da leitura, e o quanto este profissional luta para alcançar seus objetivos diariamente.” (LACR)

“... é um dos tipos de bibliotecas mais importantes já que são as responsáveis pelo primeiro acesso dos alunos e da comunidade no ambiente de pesquisa.” (MR)

OS PAINÉIS APRESENTADOS NO FÓRUM CONTRIBUEM PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM QUAIS ASPECTOS? POR QUÊ?

Todos os sujeitos responderam afirmativamente. Complementaram:

“... foi nos painéis que os Bibliotecários, nossos futuros colegas de

profissão, mostraram a Biblioteconomia na prática. Foi uma maravilhosa experiência...”. (RB)

“Contribuem no aspecto de nos mostrar diversos pontos de vista, que ainda não imaginamos, nem presenciamos, por não fazermos parte do ramo de forma completa. Isso nos ajuda a refletir para que sejamos bons profissionais.” (PS)

“...pude constatar que existem pessoas empenhadas em melhorar o ensino em nosso país, a luta me pareceu bastante árdua mas não faltou entusiasmo por parte dos profissionais que participaram e dividiram com os participantes suas experiências.” (SMB)

“...ajuda a desmitificar o profissional bibliotecário, que costuma ser conhecido como o que apenas organiza os livros na estante, quando na verdade essa profissão envolve muito mais do que isso e o fórum demonstrou algumas das funções que o bibliotecário pode exercer tanto dentro quanto fora da biblioteca”. (ECPS)

“Por enquanto eu não sei muito bem em quais aspectos os painéis irão influenciar, mas “... creio que no futuro usarei algumas ideias apresentadas.” (GMBB)

“Contribuem para ver como são é a situação na realidade através das práticas que são apresentadas nos painéis e enriquece a formação profissional por não somente ficar em sala de aula e acaba abrindo a mente para novas soluções e ideias que ajudaram na profissão.” (DGV)

“Retratam a situação atual do mercado, possibilidades de atuação, ideias concretas que deram certo e possibilidades de atuação e onde minhas ideias podem ser postas em prática.”(OW)

“... extremamente importantes nos aspectos de incentivo à leitura (projeto baú de histórias, adote um escritor), bem como explicando o funcionamento das políticas de leitura...” (JBE)

“Creio que muitas pessoas irão usar aqueles relatos para criar seus próprios projetos e ajudarão outros profissionais.” (NOAS)

“...mostra a realidade na área de Biblioteconomia, os incentivos dados pelo poder público, o engajamento dos profissionais que muitas vezes com pouco recurso conseguem fazer muito pelos usuários da biblioteca.” (LCB)

“...criam inúmeras ideias do que se pode fazer para externalizar a biblioteca e cativar seu usuário.” (PRMS)

“... é possível perceber que com conhecimento das leis e orçamentos mais a criatividade podemos oferecer diversos programas que incentivem a leitura e tornem a biblioteca uma referência para a vida.” (LM)

“... além de serem apresentadas experiências de profissionais que trabalham perto de nós, foram mostrados cenários do exterior, como o trabalho que é feito em Frankfurt.” (ASC)

“...para melhorar a visão de mediadores de leitura através dos projetos apresentados, aumentando nossa visão e capacidade de agir e fazer as coisas acontecerem, dando ideias que possamos fazer para melhorar as bibliotecas e sermos bons mediadores de leitura no país”. (APC)

“... mostram o quanto somos capazes de fazer para ajudar a difusão da informação, nos dando ideias e incentivando a ir mais longe.” (LACR)

“...contribuem para a minha formação profissional, pois proporcionam o aprendizado de novos conhecimentos e práticas na área de Biblioteconomia, que eu poderei aplicar e utilizar no meu futuro como bibliotecária.” (AHA)

“Ouvir sobre as políticas de leitura, seu funcionamento e aspectos, e apreciar as experiências em bibliotecas públicas, por meio de diferen-

tes enfoques, é importante e relevante para o entendimento do que está acontecendo hoje nas unidades.” (LPV)

“...quanto mais conhecimento sobre as bibliotecas atuantes e seus projetos mais noção de como as coisas se desenvolvem na prática em relação ao conteúdo de sala de aula.” (MR)

“...são exemplos claros do trabalho posto em prática e representações bastante reais daquilo que o mercado de trabalho e principalmente nossos usuários exigem de nós.” (CDST)

QUAIS RELATOS APRESENTADOS VOCÊ CONSIDERA SIGNIFICATIVOS PARA NOVOS CONHECIMENTOS NA BIBLIOTECONOMIA?

“Acredito que a diferença cultural que a bibliotecária Hanke mostrou, uma verdadeira utopia e sonho para todos os bibliotecários no Brasil e mesmo assim, eles não se dão por satisfeitos e continuam colocando novas ideias em prática. As apresentações das leis e planos diretores da Biblioteconomia, onde abrem novos caminhos e legitimam a profissão, além de ideias simples que foram propostas pelos bibliotecários, como o incentivo da leitura em bairros mais pobres de POA e Ilha dos Marinheiros.” (OW)

“...é muito interessante observar esses projetos na prática e ver como eles influenciam as crianças a aprender a cuidar dos livros, gostar da leitura, além de proporcionar um encontro com os escritores.” (JBE)

“Particularmente, foram os que mais me animaram ouvir e também deram ótimas ideias práticas que eu poderei aplicar facilmente, caso eu trabalhe em uma biblioteca escolar.” (AHA)

“Gostei muito da prática de incentivo trazidas pela Hanken na parte da manhã”. (MRS)

“Os relatos das experiências individuais de cada profissional bibliotecário foram muito esclarecedores, pois mostram o que é feito na prática, utilizando e complementando os conhecimentos que construímos em sala de aula.” (ASC)

“Todos os relatos são significativos para novos conhecimentos, mas em especial o relato da Hanke por ser de outro país e apresentar uma realidade bem diferente.” (DGV)

“Aprecio a apresentação de programas/projetos implantados nas bibliotecas e, também, os relatos dos profissionais que atuam nesses espaços.” (LM)

“Trabalhar não apenas com a idade de cada usuário, mas também com sua idade literária é algo que, sinceramente, nunca me preocupei em fazer. Ser apenas uma leitora ávida não é o suficiente para ser um bom Bibliotecário, e se importar com a história e imposições de cada um é muito significativo para a profissão.” (RB)

“A experiência trazida pela bibliotecária que veio da Alemanha, trouxe ideias interessantes e exemplos que futuramente podem ser aplicadas em bibliotecas brasileiras visando a melhora do ambiente e o melhor conforto do leitor, por exemplo.” (ECPS)

“Adoro assistir as apresentações de bibliotecários que colocam a mão na massa, fazem a prática, e o serviço de referência de maneira diferenciada e lúdica. Acredito que isso pode contribuir para a minha formação.” (CDST)

“...é a questão monetária, entusiasmo, boas ideias e criatividade nós temos, nos falta dinheiro e apoio do poder público para implementá-las.” (SMB)

“A inclusão social para todas as pessoas tanto para deficientes, como para idosos, também estimulando crianças pequenas a gostar da leitura e também auxiliar os adolescentes a entrar no mundo dos livros.” (APC)

A SUA PARTICIPAÇÃO PODE MODIFICAR A SUA PERCEPÇÃO SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR? JUSTIFIQUE.

Todas as respostas foram afirmativas.

“...é ótimo conseguir visualizar como é o trabalho na prática e como ele pode influenciar positivamente a vida das pessoas. O fórum me mostrou que o bibliotecário precisa atrair os pequenos leitores com atividades (teatro, fantoches, contação de histórias) e principalmente ouvir quais livros eles gostariam que estivessem disponíveis para leitura. O ambiente da biblioteca precisa ser voltado para esse público (lúdico, colorido). Também é importante interligar o que é aprendido em sala de aula e as atividades da escola com a biblioteca.” (JBE)

“...quando eu era estudante em escolas públicas tinha outros olhos para a biblioteca porque somente “visitava” a biblioteca para uso de aulas, pegar livros, materiais. Depois da palestra, pude perceber o quanto os bibliotecários tem um papel importante dentro da biblioteca escolar. O bibliotecário pode mudar a vida de várias crianças...” (NOAS)

“A minha participação nos Fóruns sempre muda a minha percepção não só de bibliotecas escolares, mas de bibliotecas num quadro geral; assim como das competências do profissional bibliotecário. Toda a vez que aprendo dados sobre bibliotecas ou tomo conhecimento de diferentes experiências de ações de leitura, a minha percepção sobre a Biblioteconomia, as bibliotecas e os bibliotecários cresce e, portanto, se altera.” (AHA)

“...biblioteca escolar é o mundo mágico da leitura e das obras literárias, e devemos fazer a diferença, despertar na tenra infância o prazer da leitura.” (MRS)

“...percebi que é um trabalho exigente e complexo, que necessita de diferentes abordagens dependendo do contexto em que a escola se encontra, Mesmo constatando que não é um trabalho fácil e que, muitas ve-

zes, os bibliotecários encontram obstáculos impostos pela própria escola ou pelos pais dos alunos, ainda acredito que esta é uma área apaixonante e realmente gratificante.” (ASC)

“...reforça a importância que a biblioteca escolar tem na vida das pessoas por ser geralmente o primeiro contato que se tem uma biblioteca e a importância que esta tem na educação.” (DGV)

“... ouvimos relatos de experiências vividas por outras pessoas e isso nos orienta para o nosso futuro.” (PS)

“...pude ver o quão importante para a Escola uma Biblioteca é. Entristece-me que muitas estão sendo fechadas, e espero que nós consigamos reverter a situação.” (RB)

“...eu como estudante de graduação logo que entrei no curso pensava seriamente em trabalhar em bibliotecas escolares e com a participação nos fóruns isso pode me auxiliar no quanto as bibliotecas escolares são importantes e os modelos que no meu tempo de escola eram de uma maneira e hoje são de outro, ou o que persistiu do modelo anterior para o atual.” (MR)

“...mostrou como é importante mostrar as crianças desde pequenas o quanto a leitura pode ser prazerosa, ajudando-as a se cativarem pela leitura por meio de diversos projetos.” (LACR)

“...sempre vi as bibliotecas escolares como um ambiente meio abandonado, por assim dizer, já que a maioria permanece fechada e sem a supervisão de um bibliotecário, porém por estar presente no fórum, vi que existem sim pessoas que se empenham pela melhoria destas bibliotecas.” (ECPS)

“...ela deve acolher e cativar o seu usuário, deve ser externalizada e não só como biblioteca mas como um ambiente de várias ideias e fantasias.” (PRMS)

“...foi através dos fóruns que decidi que gostaria de atuar na área de biblioteca escolar.” (CDST)

“...ao iniciar o curso me deparei com pessoas entusiasmadas e com ricas experiências, dispostas a serem protagonistas da mudança, pessoas que sonham com bibliotecas escolares como organismos vivos de uma escola, onde cidadãos são formados.” (SMB)

“Há muito o que ser feito nas bibliotecas. E o bibliotecário é uma parte importante na formação do leitor e na busca e consolidação do conhecimento. O profissional deve estar consciente da sua contribuição para a formação do cidadão.” (LPV)

“Mostrou-me que posso fazer diferente e estimular as pessoas a lerem e também fazer parte da inclusão social de todas as pessoas na bibliotecas.” (APC)

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A CONTINUIDADE DAS REUNIÕES E A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE BIBLIOTECONOMIA?

Foi unânime a resposta de que “é muito importante a continuidade das reuniões e a participação dos acadêmicos”, e muitos deles acrescentaram:

“...deve haver mais eventos, sair do ambiente fechado das paredes da sala de aula e ver cases reais. Procurar defender sua futura profissão e participar ativamente desde já, antes que compromissos e as dificuldades da profissão nos impedem de ter esse conhecimento tão precioso.” (OW)

“Só assim podemos compartilhar experiências e aprender com os relatos dos colegas e bibliotecários que enfrentam os desafios da rotina profissional e conseguiram colocar em prática projetos de sucesso.” (JBE)

“...os profissionais tem de manter essa troca de ideias.” (GMBB)

“...‘uma aula fora da sala de aula é muito importante’, nós aprendemos às vezes até mais numa palestra do que em sala de aula. Além de poder conhecer novas pessoas e aprender com os seus relatos.” (NOAS)

“...pois as informações recebidas farão muita diferença na vida profissional.” (LM)

“Lutamos muito para regulamentar a profissão e precisamos nos fazer ouvir. Muitos relataram que, infelizmente, acreditam que nossa profissão é cara e sem necessidade, e é através desses Fóruns que faremos ouvir nossa voz.” (RB)

“...pessoas que vivem o ambiente e podem nos dar exemplos de atitudes que deram certo e o que pode ser melhorado pra agregar no conteúdo ministrado nas aulas no ambiente da faculdade.” (MR)

“O fórum foi um divisor de águas para mim, conhecer profissionais que trabalham na área dispostos a dividir seu conhecimento me fez conhecer, respeitar e amar a profissão.” (LCB)

“...é por meio delas que conseguimos partilhar informações e ver o quanto os profissionais estão avançando cada vez mais, desse modo podemos adquirir novos conhecimentos e ideias que nos permitam ampliar as nossas próprias metas e levar para dentro da nossa área de atuação novas ideias.” (LACR)

“...para que ocorra uma troca de experiências entre os participantes, quanto para um incentivo na continuidade dos projetos e até mesmo para chamar a atenção de mais pessoas interessadas em participar de tais projetos.” (ECPS)

“Penso que nestas reuniões conseguimos perceber a luta pela educação, pela leitura e pelo amor ao que se faz!” (PRMS)

“É uma atividade além de muito informativa, prazerosa e divertida.”
(CDST)

“Considero de vital importância a participação dos acadêmicos de Biblioteconomia nas reuniões para que busquem atualizações, fortaleçam a classe e sejam protagonistas das mudanças que com certeza virão.” (SMB)

“...um momento de congregação e de reflexão sobre a profissão.”
(LPV)

“...temos que continuar na luta para fazer a coisa acontecer, nunca desistir. Fazer com que a lei se revigore na prática” (APC).

SUGIRA TEMÁTICAS QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTES PARA A REALIZAÇÃO DOS PRÓXIMOS FÓRUNS.

Nas respostas, alguns alunos sugeriram mais de um tema:

Tema	Nº de indicação
Acessibilidade e inclusão	11
Bibliotecário e atuação em associações ou conselhos profissionais	
Bibliotecas com espaços e atividades atrativas	
Bibliotecas especiais e midiatecas	
Bibliotecas universitárias	
Computação em nuvem e a Biblioteconomia	
Comunidade escolar	
Consultorias	
Contação de histórias	2
Diversidade	3
Elaboração de projetos	
Ética profissional	
Incentivo à leitura e formação de leitores	9
Interação entre professores e bibliotecários	
Mercado para os recém-formados em bibliotecas escolares	

Oficinas	
Painéis com governantes	
Piso salarial dos bibliotecários	
Que leitores queremos formar?	
Que livros devemos indicar/usar para cada faixa etária?	
Restauro e preservação de livros	
Seleção de acervo	

ENTREVISTAS COM ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

O curso Técnico em Biblioteconomia, de nível pós-médio, tem como objetivo atender a necessidade de formação profissional, capacitado e habilitando os futuros técnicos para atuarem sob a supervisão de bibliotecários. A participação dos alunos nos Fóruns acontece desde o primeiro encontro em 2009 e se caracteriza pelo envolvimento, articulação e comprometimento com a profissão.

A entrevista foi aplicada a doze alunos do curso Técnico, escolhidos aleatoriamente, que participaram dos Fóruns nos últimos dois anos. Os sujeitos deste estudo são alunos do 1º ao 3º semestre, estes últimos também envolvidos na organização de alguns Encontros. Os sujeitos responderam as seguintes perguntas:

VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A SUA PARTICIPAÇÃO NO FGM-BEP? POR QUÊ?

Todos responderam afirmativamente: sim e acrescentaram:

“...além de saber como está o mercado onde irei atuar, teve importantes aspectos pela luta da profissão e mostrar que juntos podemos fazer a diferença.” (OW)

“...qualificação profissional e novos conhecimentos sobre a área.” (SF)

“...as palestras e explanações são de suma importância para nosso crescimento como futuros técnicos na área.” (ACO)

“...fazia parte de uma equipe onde um dependia do outro para que tudo desse certo.” (SRB)

“...para ficar ciente dos acontecimentos da área e adquirir conhecimentos sobre assuntos pertinentes, a fim de colocá-los em prática futuramente.” (SF)

“...foi uma oportunidade de conhecer projetos de bibliotecas públicas e particulares. E as experiências de todos os profissionais bibliotecários que participaram do evento.” (HS)

“...o fórum trata a de assuntos referentes ao cotidiano do trabalho em bibliotecas.” (CB)

“...fortalece nossa atuação como técnicos, sempre nos proporcionando novos aprendizados.” (DM)

“...temos uma visão diferente dos problemas que acontecem em outras bibliotecas. E com isso, conseguimos com outros técnicos e bibliotecários, possíveis soluções.” (JG)

“...percebemos se estão havendo melhorias.” (JR)

“...para se atualizar sobre o que está sendo feito dentro da área de Biblioteconomia”. (IB)

OS PAINÉIS APRESENTADOS NO FÓRUM CONTRIBUEM PARA A SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM QUAIS ASPECTOS? POR QUÊ?

As respostas foram afirmativas:

“Para uma visualização e esclarecimento dos diversos assuntos.”
(ACO)

“...enriquecem e agregam conhecimento. Através do relato da experiência de outros profissionais podemos aprender e tirar muitas lições de vida.” (SRB)

“...conhecimento da prática em seus diversos campos de atuação.”
(SF)

“...pela experiência narrada pelos painelistas.” (HS)

“...conhecer vários pontos de vista a respeito de um assunto.” (MC)

“...novas experiências na minha área de trabalho.” (CB)

“...foi possível construir a conexão entre a teoria e a prática.” (DM)

“...conseguimos trocar informações com outros bibliotecários e profissionais da área, assim proporcionando um momento de reflexão referentes à cada assunto abordado.” (JG)

“Aprendizado de outros serve como exemplo.” (JR)

“...considero importante não só por ser estudante na área, mas também como informação, que é sempre importante.” (IB)

QUAIS RELATOS APRESENTADOS VOCÊ CONSIDERA SIGNIFICATIVOS PARA NOVOS CONHECIMENTOS NA BIBLIOTECONOMIA?

“Acredito que a diferença cultural que a bibliotecária Hanke mostrou, uma verdadeira utopia e sonho para todos os bibliotecários no Brasil e mesmo assim, eles não se dão por satisfeitos e continuam colocando novas ideias em prática.” (OW)

“Diferentes tipos de bibliotecas.” (SF)

“As diversas formas de agir conforme a natureza de cada situação apresentada.” (ACO)

“Penso que o relato da bibliotecária alemã, Hanke, nos trouxe a visão do profissional de um outro país...”. (SRB)

“Os relatos de experiência dos bibliotecários em suas bibliotecas escolares, e os programas e projetos de leitura da rede municipal de ensino de Porto Alegre.” (SF)

“...foram os trazidos pelas duas profissionais das escolas municipais pelo fato delas terem conseguido mostrar aos alunos das escolas a importância da leitura.” (HS)

“...a palestra da bibliotecária alemã, pois conhecemos a realidade das bibliotecas de um outro país.” (MC)

“Todos são de extrema importância.” (DM)

“...cada um contribui de certa forma em modo geral. Gosto de assistir a bibliotecária Eliane Moro, pois com sua atitude, ela transmite segurança nas possíveis soluções em que as bibliotecas enfrentam atualmente.” (JG)

“...a apresentação sobre as bibliotecas da Alemanha, e também achei interessante os depoimentos dos bibliotecários.” (IB)

A SUA PARTICIPAÇÃO PODE MODIFICAR A SUA PERCEPÇÃO SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR? JUSTIFIQUE.

Todas as respostas foram afirmativas.

“Claro, a biblioteca não é um depósito de livros, deve ser atrativa e conquistar essa enorme fenda que é a juventude, um grande espaço onde

os jovens se sentem desmotivados em estudar e principalmente “matam” seu amor pela leitura. Cabe ao bibliotecário conquistar esse jovem rebelde e ajudar a desenvolver um leitor adulto, literato e auxiliá-lo a não se desmotivar pelos estudos e leitura.” (OW)

“...o contato com profissionais que estão atuando nesse campo.” (SF)

“...o modo de observação e avaliação tem um novo alcance.” (ACO)

“...percebemos que a biblioteca escolar é um ambiente cheio de possibilidades, onde podemos conquistar o leitor da maneira tradicional às mais criativas.” (SRB)

“A minha participação serviu para confirmar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da nossa área.” (HS)

“...sempre a cada fórum são apresentadas novas experiências.” (CB)

“...estar envolvida nos permite outras visões que vão além do espaço da sala de aula.” (DM)

“[...] Geralmente não temos informações sobre as mesmas, e com informação correta podemos ajudar a modificar.” (JG)

“...os relatos dos bibliotecários hoje, já considero muito diferente das experiências q tive na minha infância.” (IB)

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A CONTINUIDADE DAS REUNIÕES E A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DE BIBLIOTECONOMIA?

Todos consideraram a continuidade muito importante.

“...devem haver mais eventos, sair do ambiente fechado das paredes da sala de aula e ver *cases* reais. Procurar defender sua futura profissão e participar ativamente desde já, antes que compromissos e as dificuldades

da profissão nos impossibilitem de ter esse conhecimento tão precioso.” (OW)

“...novos conhecimentos específicos e novas ferramentas para o profissional de Biblioteconomia.” (SF)

“...une uma categoria que é nova para conhecimento das oportunidades de melhoria para toda a sociedade.” (ACO)

“...É ali que podemos conhecer, um pouco, sobre o trabalho real que é realizado.” (SRB)

“...poder ouvir os relatos do que já foi feito para melhorar as bibliotecas, e os incentivos à leitura para todos.” (HS)

“...é uma forma de ficar a par do que está na prática, saber das dificuldades e conquistas da profissão.” (CB)

“...os estudantes saem destes fóruns com outra visão e muito mais informação.” (JG)

“...muito válida a troca de experiências e opiniões para a formação de novos profissionais, e até para preparar os bibliotecários para situações que possam se deparar no início de sua carreira.” (IB)

SUGIRA TEMÁTICAS QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTES PARA A REALIZAÇÃO DOS PRÓXIMOS FÓRUNS.

Tema	Nº de indicação
Acessibilidade e inclusão	3
Arquivos e bibliotecas	
Atuação em associações ou conselhos profissionais	
Atuação profissional do Técnico em Biblioteconomia	4
Biblioteca-arte	

Bibliotecas especiais e midatecas	
Biblioteca como espaço além da leitura, criatividade e inovação	
Biblioteca móvel	
Computação em nuvem e a Biblioteconomia	
Conservação e preservação de acervos	
Consultorias	
Contação de histórias	2
Incentivo à leitura e formação de leitores	3
Mediação cultural	
Serviços e programas de extensão da biblioteca	

Esta contribuição de sugestão de temas é muito significativa para o planejamento dos próximos encontros. Abordar a temática das bibliotecas escolares e públicas é fundamental e estabelecer uma relação com outros temas permite que sejam realizados encontros de qualidade e que ampliam os olhares para além do espaço da sala de aula e da biblioteca.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS COLETADOS

É possível verificar a importância da participação dos alunos nos FGM-BEP, contribuindo para a construção de novos conhecimentos sobre a profissão, a atuação no mundo do trabalho e a importância de políticas públicas para as bibliotecas escolares.

Com referência à segunda pergunta, verifica-se o quanto são efetivas as participações dos alunos, cujas respostas foram unânimes em considerar a importância dos Fóruns, com destaque para a qualidade das experiências compartilhadas, o aprendizado, a interação com os profissionais (bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia) e a reflexão sobre as diversas temáticas.

Na terceira questão, percebe-se a relevância dos relatos de experiência de âmbito regional, com destaque para as experiências da rede de bibliotecas da prefeitura de Porto Alegre, como os de âmbito internacional, com o relato da bibliotecária alemã, palestra viabilizada pela parceria com o Instituto Goethe de Porto Alegre. É importante destacar que para a for-

mação dos alunos é necessário estabelecer uma relação muito próxima entre teoria, prática e atuação profissional. A forma como os Fóruns são estruturados, contemplando um momento de palestras e um segundo de relatos de experiências, tem demonstrado uma grande eficiência e satisfação por parte dos participantes. Para os alunos continuarem motivados a participarem das reuniões do FGMBEP, faz-se necessário manter esta estrutura organizacional e continuar promovendo oportunidades como as já destacadas.

Os registros dos sujeitos nas respostas da quarta questão justificam a importância do Projeto Mobilizador e o quanto as ações dos FGMBEP tem impacto na formação dos profissionais da Biblioteconomia que efetivamente participam das reuniões. A partir do momento em que percebem a modificação sobre o que entendem por biblioteca escolar e as representações de hoje, verifica-se que os objetivos das reuniões são atingidos e precisam ter continuidade, incluindo os profissionais atuantes como oportunidade de atualização.

Na questão cinco foram destacadas a importância das reuniões e a participação dos alunos, além de “sair do ambiente fechado das paredes da sala de aula e ver cases reais”. O compartilhamento de experiências com colegas e bibliotecários “que vivem o ambiente e podem nos dar exemplos de atitudes que deram certo e o que pode ser melhorado pra agregar no conteúdo ministrado nas aulas”, além de aprender a respeitar e amar a profissão, percebendo a luta pela educação, pela leitura e pelo amor ao que se faz, tornando-se protagonistas das mudanças que virão. Ressalta-se também a importância da continuidade da luta para fazer acontecer, nunca desistir e defender a Lei nº 12.240 para revigorar na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa ampliada, a partir de um TCC que abordou a “Contribuição dos FGMBEP no Triênio 2009-2011: construção de Novas Aprendizagens dos Acadêmicos de Biblioteconomia”, pode-se depreender que os objetivos de realização das reuniões do FGMBEP, como promover as bibliotecas e a leitura através da reunião de seus atuadores, apresentar projetos locais e programas estaduais, nacionais e internacionais de

incentivo e promoção a bibliotecas e leitura, estimular a formação de pessoal para trabalhar em bibliotecas do Estado, contribuir no fortalecimento da imagem das bibliotecas como espaços de integração entre leitores, educação e cultura e criar grupos de trabalho local para dinamização das bibliotecas, estão sendo atingidos e percebidos pelos acadêmicos e demais participantes das reuniões.

A continuidade destes Fóruns se configura em uma necessidade para a sociedade gaúcha, que clama por bibliotecas de qualidade, que sejam efetivos ambientes de aprendizagem e de construção da cidadania e que possuam profissionais qualificados atuando: bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia.

Acredita-se que a realização destes eventos, ao longo de suas 49 edições, apresentam uma trajetória de luta pela melhoria das bibliotecas escolares e públicas no Rio Grande do Sul e que congrega instituições, entidades de classe, profissionais bibliotecários e técnicos em Biblioteconomia, docentes, acadêmicos de graduação em Biblioteconomia, alunos do curso Técnico em Biblioteconomia e a comunidade em geral em uma rede de construções e de fortalecimento, envolvendo profissionais e bibliotecas. Que esta trajetória continue por muitos anos. Este é o desejo de todos os partícipes e parceiros do FGM-BEP.

REFERÊNCIAS

- MORO, E. L. S. *et al.* **Biblioteca Escolar: presente!**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- NEVADO, Alessandra. **Campus sedia 46ª Reunião do Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Públicas e Escolares**. Disponível em: <<http://www.poa.ifrs.edu.br/?p=45168>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- SERAFINI, L. T. Fórum Gaúcho pela Melhoria das Bibliotecas Escolares em Ação. In: MORO, E. L. S. *et al.* **Biblioteca Escolar: presente!**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.
- TEIXEIRA, Carina Pahim. **A contribuição dos Fóruns Gaúchos pela Melhoria das Bibliotecas Escolares realizados no triênio 2009-2011: construção de novas aprendizagens dos acadêmicos de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/54318>>. Acesso em: 20 set. 2015.





CAPÍTULO 12

IMBRICAÇÕES POSSÍVEIS (E NECESSÁRIAS) ENTRE A BIBLIOTECONOMIA, A LÍNGUA PORTUGUESA, A LITERATURA E A MEDIÇÃO DE LEITURA: CONHECIMENTOS INERENTES À PRÁTICA PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA

GABRIELA FERNANDA CÉ LUFT

O curso Técnico em Biblioteconomia na modalidade EAD ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, prevendo a formação global do aluno, não contemplou apenas eixos relacionados mais diretamente à Biblioteconomia: aspectos multidisciplinares e relativos à língua portuguesa, literatura e leitura também foram abarcados. Neste texto, analisamos a inserção e a contribuição das disciplinas que ficaram a encargo da chamada “equipe das Letras” para a formação do técnico em Biblioteconomia.

No primeiro semestre do curso, das cinco disciplinas ofertadas, duas foram destinadas à equipe: Língua Portuguesa, com 30h, e Literatura Aplicada à Biblioteconomia, também com 30h. No segundo semestre, outras duas: Redação Técnica e Comunicação Intra e Interpessoal, ambas com 30h; e, por fim, ficou a encargo do grupo, no terceiro semestre, a disciplina Mediadores de Leitura em Bibliotecas, com 120h. Vejamos detalhadamente os conteúdos trabalhados em cada uma delas, e de que maneira eles contribuem para a formação do técnico em Biblioteconomia.

LÍNGUA PORTUGUESA: LER PARA COMPREENDER, LER PARA ESCREVER

O que justifica a inserção de estudos linguísticos – e aqui falamos da quase totalidade de cursos técnicos e superiores ofertados por instituições de todo o Brasil – talvez seja o parco domínio linguístico de grande parcela da população. Muito disso está atrelado ao deficiente hábito de leitura: quanto menor a bagagem de leitura, maior a dificuldade de escrita e interpretação textual. Nesse sentido, a disciplina de Língua Portuguesa abarcou, em suas quatro semanas de duração, os seguintes tópicos:

- coesão, coerência e clareza textuais;
- ambiguidade linguística;
- intencionalidade e princípios do paralelismo;
- princípios de concordância.

O intuito foi, portanto, capacitar os alunos não apenas para aspectos de cunho gramatical, mas, especialmente, aprimorar suas habilidades de leitura e escrita. Daí os fóruns e atividades propostas terem se destinado, em sua maioria, à produção textual.

LITERATURA APLICADA À BIBLIOTECONOMIA: PORQUE, COMO JÁ DIZIA LOBATO, UMA NAÇÃO SE FAZ DE HOMENS E LIVROS

Assim como não se pode conceber um técnico em Biblioteconomia que não domine tópicos básicos de sua língua, da mesma maneira mostra-se inconcebível um profissional da informação que não vislumbre, ao menos de forma panorâmica, aspectos diacrônicos e sincrônicos da literatura – e aqui nos ativemos, especialmente, à literatura brasileira. Para tanto, a disciplina de Literatura Aplicada à Biblioteconomia foi pensada a partir de quatro eixos, trabalhados semanalmente:

- O que é um texto literário e o que o diferencia de um texto utilitário.

- Os gêneros literários: lírico, épico (ou narrativo) e dramático (ou teatral).
- A literatura brasileira e a literatura gaúcha: breves panoramas.
- Tendências da literatura brasileira contemporânea.

Tivemos, aqui, um mês bastante intenso. Optamos por perpassar, inicialmente, a natureza dos textos que nos cercam. Ora, estamos rodeados por livros os mais diversos, e nem todos têm o mesmo fim. Alguns destinam-se, por exemplo, a fins bastante específicos: leio porque quero me informar acerca do surgimento das diferentes religiões ou leio com o simples intuito de fruição. Leio matérias jornalísticas com a intenção de me informar sobre fatos de minha cidade, estado e/ou país, ou leio poemas de Drummond para aguçar a minha imaginação. Partimos, portanto, de uma distinção bastante importante: temos, de um lado, uma leitura cultural; de outro, uma leitura funcional. Enquanto o texto literário não possui uma função pré-estabelecida, ou seja, é avesso ao pragmatismo, o texto funcional é essencialmente utilitário. A diferenciação entre ambas as modalidades textuais é fundamental para fins de atribuição de valores, não só às obras, mas também à leitura, e reflete-se na sociedade: atualmente, no Brasil, enquanto a leitura funcional é valorizada, a leitura cultural pode ser considerada um hábito decadente (ASSUMÇÃO, 2013).

Posteriormente, partimos para tópicos de teoria literária. Os textos que nos cercam, como sabemos, podem ser enquadrados em diferentes gêneros. Mas o que diferencia um romance de uma crônica? O que diferencia um poema de um conto? A fim de responder questionamentos como esse, destinamos a segunda semana a esmiuçar textos que fazem parte desde cedo de nosso cotidiano: os líricos (poemas), os épicos – ou narrativos – e seus elementos (narrador, enredo, personagens, tempo e espaço), bem como sua tipologia, e aqui entram o romance, o conto, a novela e a crônica. Por fim, deparamo-nos com a apreciação de um texto não raro escanteado: qual o consumo de textos dramáticos no Brasil? Quantos são os que frequentam teatros?

Finalizadas a conceituação e a tipologia, iniciamos a semana mais densa da disciplina, isso pela quantidade de informações sistematizadas

e apresentadas aos alunos. Partimos, pois, de uma abordagem diacrônica da literatura brasileira: apresentamos, de 1500 às primeiras décadas do século XX, a periodização clássica de nossas produções literárias. Começamos, então, por Caminha, expoente do chamado Quinhentismo; avançamos um pouco e vislumbramos o irreverente “Boca do Inferno” e seus poemas maledicentes sobre a Bahia, em um longínquo Barroco; damos mais alguns passos e nos deparamos com a pureza e o bucolismo de pastores ingênuos corporificados por meio das vozes de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga; tempos depois, passamos pelo ora açucarado, ora renovador Romantismo, com suas vozes díspares, que passam pelo nacionalismo de Gonçalves Dias, por um multifacetado Alencar, por macabros e deprimidos ultrarromânticos, e ainda por libertários como Castro Alves; atingimos, pouco tempo depois, nossa maturidade literária com o “bruxo do Cosme Velho” – Machado continua inabalável em nossa historiografia; chegamos à crueza descritiva de um cortiço em polvorosa esmiuçado em todas as suas peculiaridades por Aluísio Azevedo; contemplamos ora com estranhamento, ora com admiração os versos perfeitamente metrificadas de parnasianos e os versos sugestivos e musicais de simbolistas; chegamos à miscelânea das primeiras décadas do século XX, com seus transgressores da Semana de Arte Moderna e com seus grandes poetas e ficcionistas a partir de 1930 – que o digam Guimarães Rosa, Erico Verissimo e Drummond.

Tal viagem no tempo, vale dizer, alude à historiografia e periodização literárias comumente estudadas em aulas do ensino médio. Contudo, achamos por bem (re)lembrar o futuro técnico em Biblioteconomia, por meio desse passeio de cinco séculos por nossa literatura, aquilo que de melhor cá já foi produzido.

Chegamos, por fim, à última semana do curso. Não raro, somos surpreendidos, por alunos dos mais diversos níveis, com perguntas do tipo: “Me indicas um livro recente para eu ler?”. Como forma de subsidiar as respostas do futuro técnico em Biblioteconomia para perguntas desse tipo é que nos dedicamos ao estudo da literatura brasileira contemporânea e toda a sua diversidade. Elencamos, nesse sentido, nomes proeminentes de nosso atual mercado editorial, como Milton Hatoum, Moacyr Scliar, Cristóvão Tezza e Chico Buarque.

REDAÇÃO TÉCNICA: PARA DIFERENTES OBJETIVOS, DIFERENTES PADRÕES DE ESCRITA

Finalizados os estudos de língua e literatura, destinamos a terceira disciplina, Redação Técnica, para a escrita. Não se tratou, contudo, da escrita de textos literários, mas sim de textos técnicos, comumente solicitados em contextos e situações específicas de atuação profissional. Para tanto, elencamos e exercitamos a escrita das seguintes tipologias textuais:

- A linguagem na redação técnica.
- Ata, ofício e memorando.
- Impessoalidade, requerimento e carta.
- Relatório.

Tendo como objeto conteúdos visivelmente mais “duros”, produzimos vídeo-aulas a fim de facilitar a apreensão de determinados conceitos e regras. Acreditamos que tais modalidades textuais – algumas com mais frequência, outras com menos – farão parte da atividade profissional do técnico em Biblioteconomia.

COMUNICAÇÃO INTRA E INTERPESSOAL: CONHECE-TE A TI MESMO

À equipe das Letras destinou-se uma disciplina menos afeita às linguagens propriamente ditas, mas não menos importante: Comunicação Intra e Interpessoal. Na primeira semana, abordaram-se aspectos referentes à comunicação intrapessoal, os quais dizem respeito, mais especificamente, a duas habilidades bastante requeridas nos dias de hoje: o “saber olhar” e o exercer a tolerância.

Na segunda semana, deu-se prosseguimento ao estudo de aspectos relativos à comunicação intrapessoal, com ênfase para a habilidade do “saber ouvir”.

Na terceira semana de atividades, foram apresentadas habilidades relacionadas à comunicação interpessoal. Para tanto, foram analisados

comportamentos adequados frente ao mercado de trabalho. Saber fazer críticas e também aceitá-las é fundamental para o crescimento de uma equipe, pois isso gera, além de crescimento pessoal, a obtenção resultados significativos nas atividades realizadas.

Por fim, a última semana de atividades da disciplina adentrou em outro quesito de suma importância quando se tem como pauta a comunicação interpessoal: o saber trabalhar em equipe.

MEDIADORES DE LEITURA EM BIBLIOTECAS, OU O GRAN FINALE

Como trabalho final do curso, foi proposta uma diversidade de ações, a fim de que cada aluno(a), ao escolher determinada atividade, pudesse se organizar de acordo com o seu próprio interesse, individualmente ou em grupo. Caso optasse por realizar o trabalho em grupo, cada aluno deveria se responsabilizar por uma determinada ação, a qual denominamos “atividade-destaque”. Por exemplo: seria possível a organização de uma “roda de leitura”. Determinado(a) autor(a) poderia ser convidado para uma conversa informal com seus leitores; enquanto um aluno poderia se responsabilizar pela divulgação da atividade, outro poderia organizar um mural com dados sobre o autor, enquanto um terceiro poderia realizar a mediação da conversa.

Diversos foram os conteúdos estudados durante o curso, e a ação de um técnico em Biblioteconomia também deve ser marcada pela diversidade. A seguir, elencamos outras possibilidades de atividades finais que foram desenvolvidas pelos alunos e apresentadas no encontro final do curso:

- Recuperação de livros;
- Sinalização de estantes;
- Organização/realização de sarau;
- Contação de histórias;
- Organização de *blog*.

Salientamos que as atividades foram desenvolvidas e/ou envolveram a biblioteca pública do município ou, na sua ausência, a ação foi planejada em parceria com a biblioteca de uma unidade escolar.

Além de ser destinada à organização do trabalho final, a disciplina também se propôs a diferentes leituras. Foram trabalhados artigos acerca da mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais; itinerário e experimentação de práticas de leitura; propostas de intervenção pedagógica e espaços de leitura; práticas leitoras multimídiais e formação de leitores; a leitura como ato criativo, participativo e dialógico; contação de histórias; ensino e leitura do texto não verbal; diversidade linguística; a fotografia como enquadramento do mundo; hipermídia na educação: um novo paradigma na construção do conhecimento; o fenômeno da intertextualidade em uma perspectiva cognitiva; a intertextualidade e suas origens; intertextualidade explícita e implícita; a intertextualidade na literatura, no teatro, na música, no cinema, na publicidade, nas artes plásticas e nas histórias em quadrinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disciplinas sistematizadas pela equipe das Letras agregaram ao técnico em Biblioteconomia em formação conhecimentos que, certamente, serão de grande valia em sua atividade profissional. Afinal, não é possível concebermos um mediador de leitura que não demonstre familiaridade com aspectos linguísticos de seu idioma ou que desconheça a trajetória de nossa literatura. A formação do técnico, contudo, não se encerra com a finalização das disciplinas formais do curso: nosso objetivo foi despertar o interesse do aluno para que continue sua caminhada por meio da leitura e da pesquisa constantes. A trajetória, como bem sabemos, é infinda e se renova dia após dia.

REFERÊNCIAS

ASSUMÇÃO, Jéferson. **A Ilustração Vital**: Ortega y Gasset e o desenvolvimento de uma sociedade leitora. Porto Alegre: Bestiário, 2013.





CAPÍTULO 13

DAS BIBLIOTECAS, DOS LIVROS, DA LEITURA, DOS LEITORES E DA LITERATURA COMO DIREITOS HUMANOS

GABRIELA FERNANDA CÉ LUFT

Este texto é uma pequena adaptação de minha fala proferida na formatura do curso Técnico em Biblioteconomia, na modalidade de educação a distância, ofertado no polo de São Lourenço do Sul pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Na ocasião, estava imbuída de duas funções: atuar como professora homenageada e representar a direção-geral do *campus*. Peço licença, pois, para o tom pessoal que adoto, fazendo uso da primeira pessoa, voz necessária quando emoção e razão se encontram.

Como representante da direção-geral do *campus* Porto Alegre do IFRS, trago inicialmente alguns números para análise. A primeira universidade no Brasil data de 1912. Neste ano, a América de colonização espanhola já contava com 22 instituições do tipo. Em dez anos (2003-2013), contudo, o número de municípios brasileiros com instituições federais passou de 114 para 237. Em 2002, havia 3,5 milhões de matrículas no ensino superior; em 2012, já eram 7 milhões.

Falemos agora de ensino técnico e tecnológico. Vivenciamos, desde 2003, a maior expansão da história da rede federal de educação profissional e tecnológica. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação entregou à população 214 escolas técnicas. Entre os anos de 2011 e 2014, o MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões na expansão da educação profissional. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcio-

namento, totalizando 562 escolas em atividade. Em 2007, eram 780.000 matrículas em cursos técnicos. Em 2012, eram 1.362.000 matrículas.

No Brasil, então, temos 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequentes, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. E por que trago esses números a vocês?

Pois vocês, caros formandos, integram e são exemplo de tal crescimento. Vocês representam a interiorização do ensino público, gratuito e de qualidade. E o desafio por vocês assumido foi dobrado: um curso na modalidade de educação a distância exige, além de esforço, bastante disciplina. Recorramos a nossa memória e lembremos: quantos foram os dias e noites destinados à leitura de textos, à visualização de vídeo-aulas, ao desenvolvimento de reflexões em fóruns de discussão, à realização e postagem de atividades as mais diversas, à participação nos calorosos *chats*? E, tudo isso, nos horários os mais impensados e improváveis... Sempre, vale dizer, com a necessária e valorosa compreensão de familiares e amigos. A sementeira foi exitosa. Cá estamos, pois, a celebrar a colheita. E a conquista é coletiva.

E, acima de tudo, eu louvo a escolha de vocês: orgulhem-se do diploma que hoje estão a receber. Em um país em que a leitura está longe de ser um hábito, em que as bibliotecas estão sucateadas, em que convivemos diariamente com o analfabetismo funcional, ser e atuar como um técnico em Biblioteconomia é um admirável desafio. A vocês, entre tantas outras funções, cabe a importante função de mediar o livro e o leitor, e aqui somos remetidos ao famoso triângulo proposto por Antonio Candido, que há tempos nos fala em quê consiste um sistema literário de fato: precisamos de livros e de autores, sim, mas, especialmente, de leitores. Que vocês possam, então, estabelecer esta ponte, de modo a formar os leitores críticos e emancipados de que nosso país tanto carece.

E falo, agora, como professora de literatura. Dentre as inúmeras leituras existentes ao nosso redor, deposito na arte literária, na leitura da literatura, o importante papel de formação. Atuando como uma força indiscriminada e poderosa da própria realidade, não podemos vê-la, a literatura, como uma experiência inofensiva.

E aqui parafraseio novamente Antonio Candido: a literatura não corrompe e nem edifica, mas humaniza ao trazer livremente em si o que denominamos de bem e de mal. E humaniza porque nos faz vivenciar diferentes realidades e situações. Em “O direito à literatura”, conferência proferida por Candido em 1988, a arte literária é situada no rol de “bens incompressíveis” (CANDIDO, 2004, p. 173), ou seja, aqueles que não podem ser negados a ninguém, ou por assegurarem a sobrevivência física em níveis decentes (alimentação, moradia, vestuário, saúde, entre outros), ou por garantirem a integridade espiritual (o direito à opinião, ao lazer e à arte, por exemplo). A humanização, de acordo com Candido, é

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a cota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante. (CANDIDO, 2004, p. 180)

Além disso, “[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob a pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (CANDIDO, 2004, p. 186). E, além disso, pode ser um instrumento consciente de “[...] desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (CANDIDO, 2004, p. 186). Por estas razões, a literatura está relacionada com a luta pelos direitos humanos, que, em meio a ondas fascistas que perigosamente voltam a se manifestar, tanto precisamos resgatar em nosso Brasil de hoje.

A luta por direitos humanos abrange um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. É por isso, portanto, que uma sociedade que seja de fato justa pressupõe o respeito pelos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas modalidades e em todos os níveis constitui-se em um direito inalienável. Trago, então, dois breves poemas, para que nos proporcionem inspiração e,

sobretudo, humanização. O primeiro foi escrito pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht, e intitula-se “Elogio do Aprendizado”:

ELOGIO DO APRENDIZADO

Aprenda o mais simples!
Para aqueles
Cuja hora chegou
Nunca é tarde demais!
Aprenda o ABC; não basta, mas
Aprenda! Não desanime!
Comece! É preciso saber tudo!
Você tem que assumir o comando!

Aprenda, homem no asilo!
Aprenda, homem na prisão!
Aprenda, mulher na cozinha!
Aprenda, ancião!
Você tem que assumir o comando!
Frequente a escola, você que não tem casa!
Adquira conhecimento, você que sente frio!
Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma.
Você tem que assumir o comando.

Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer
Veja com seus olhos!
O que não sabe por conta própria
Não sabe.
Verifique a conta
É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: O que é isso?
Você tem que assumir o comando.

(BRECHT, 1986, p. 121)

E se temos de assumir o comando, por que não irmos de mãos dadas, como já sugeria Drummond?

MÃOS DADAS

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes, a vida presente.

(DRUMMOND, 2012, p. 34)

Guimarães Rosa, nos versos finais de seu poema “Bibliocausto”, vai um pouco além. Diz o autor de *Grande Sertão: Veredas*: “Porque eu só preciso de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos” (ROSA, 1997, p. 138-139). Portanto, não parem de ler, nunca. Mas, principalmente, não presumam que já viram ou leram tudo, por mais que já tenham lido na vida. Nunca vimos tudo. Voltem ao Machado, voltem ao Guimarães Rosa, voltem ao Simões Lopes Neto, voltem ao Shakespeare, voltem ao Drummond, voltem ao Kafka, frequentem o Ítalo Calvino. Nem vocês nem qualquer leitor merecem o horror de ser privados do acesso a este alto patrimônio da inteligência humana. Ele nos pertence de direito (direito humano, conforme disse Candido). Isso significa dizer também o seguinte: não percam o encantamento, não fechem o canal de comunicação

com a transcendência que a literatura é. Creio que esse exercício é condição para a instrumentalizarmos nossos profetas – leitores, no caso – no específico da nossa área de atuação, porque a literatura é o lugar em que a linguagem humana pretende alcançar o melhor, o mais, o excelente – e às vezes consegue esse milagre.

Lembremos, ainda, que nações com maior desenvolvimento econômico e social costumam apresentar índices elevados de leitura. E, historicamente, o hábito de leitura precede o desenvolvimento em outros campos. A quantidade e a qualidade do investimento público no estímulo e apreço pelo livro e pela literatura é, pois, um tema político, em favor do qual a sociedade deve ser sensibilizada e mobilizada. Afinal, conforme Giardinelli, “[...] não existe pior violência cultural que o processo de embrutecimento que se gera quando não se lê. Uma sociedade que não cuida de seus leitores, que não cuida de seus livros e de seus meios, que não guarda sua memória impressa [...] é uma sociedade culturalmente suicida” (GIARDINELLI, 2010, p. 69).

E, para finalizar, tempos atrás eu assistia uma entrevista do historiador Leandro Karnal, de quem sou fã confessa, e ele dissertava acerca do que realmente traz a tão almejada felicidade ao ser humano. É muito mais simples do que pensamos: boas companhias, um bom vinho, uma boa música... E um bom livro. Que os livros, que a leitura e que a literatura se façam, a partir de hoje, ainda mais presentes em suas trajetórias. Parabéns pela conclusão desta etapa. E lembrem-se: o IFRS continua de portas abertas para recebê-los. Contem sempre conosco. Nosso compromisso não é apenas com uma educação pública, gratuita e de qualidade, mas, especialmente, com a formação de leitores.

REFERÊNCIAS

BRECHT, Bertolt. Elogio do Aprendizado. In: _____. **Poemas (1913 – 1956)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 121.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

DRUMMOND, Carlos Drummond de. Mãos dadas. In: _____. **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 34.

GIARDINELLI, Mempo. **Voltar a ler**: propostas para construir uma nação de leitores. São Paulo: Nacional, 2010.

ROSA, João Guimarães. Bibliocausto. In: _____. **Magma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 138-139.





AUTORES

Lizandra Brasil Estabel (Org.) – Doutora e Especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bibliotecária. Coordenadora e Professora do Curso Técnico em Biblioteconomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre. Coordenadora de Educação Aberta e a Distância (EAD) do IFRS - *campus* Porto Alegre. Professora no Mestrado Profissional em Informática na Educação do IFRS e do Programa de Pós-Graduação de Educação em Ciências e Química da Vida da UFRGS. Presidente da Comissão Brasileira de Acessibilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Cientistas da Informação (FEBAB). Membro da Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares da FEBAB. Membro do grupo de pesquisa Leitura, Informação e Acessibilidade (LEIA), da UFRGS e do IFRS. Recebeu o Prêmio de Pesquisa Emerald/CAPES - Edição 2015 – Categoria Ciência da Informação.

Eliane Lourdes da Silva Moro (Org.) – Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Informática na Educação pela UFRGS. Bibliotecária. Licenciada em Letras. Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS. Coordenadora do Grupo de Pesquisa LEIA: Leitura, Informação e Acessibilidade da FABICO/UFRGS (registrado no CNPq). Coordenadora do projeto de pesquisa “Cor@gem: a interação entre adolescentes com fibrose cística, acessibilidade e a inclusão social no uso das tecnologias de informação e de comunicação”. Recebeu o Prêmio de Pesquisa Emerald/CAPES - Edição 2015 – Categoria Ciência da Informação. Membro do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante – (NDE) da FABICO/UFRGS.

Ângela Flach - Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Historiadora. Professora do Ins-

tituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre. Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Ariel Behr – Doutor e Mestre em Administração pelo Programa de Pós Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/EA/UFRGS). Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Assistente no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro dos grupos de pesquisa LEIA/UFRGS-IFRS e GIANTI/UFRGS. Professor do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Filipe Xerxeneski da Silveira – Mestrando em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Novas Tecnologias na Educação pela Universidade Aberta do Brasil. Bibliotecário. Chefe da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre. Professor do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Gabriela da Silva Giacomuzzi - Mestranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Biblioteconomia pela UFRGS. Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Gabriela Fernanda Cé Luft – Doutora e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciada em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – *campus* Porto Alegre. Integrante dos grupos

de pesquisa “LEIA: Leitura, Informação e Acessibilidade” (UFRGS/IFRS) e “Cultura, Identidade e Trabalho” (IFRS). Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Iara Conceição Bitencourt Neves- Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecária. Professora do Curso de Biblioteconomia do DCI/FABICO/UFRGS (aposentada).

Karen Gregory Mascarello - Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pós-graduada em Planejamento e Gestão de Recursos Humanos pela UNISINOS. Psicóloga. Professora e tutora da UNISINOS e da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo (IENH). Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Kátia Soares Coutinho – Mestre em Educação e Especialista em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bibliotecária da Escola Estadual Técnica em Saúde do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Katiane Crescente Lourenço - Mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bibliotecária. Professora responsável pelo Projeto de Contação de Histórias na Biblioteca Pública Municipal Vianna Moog, de São Leopoldo (RS). Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Magali Lippert da Silva - Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS. Bibliotecária. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre. Professora do Curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Fed-

ral de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Marlon de Almeida - Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Escritor. Professor do Colégio de Aplicação e colaborador da Escola de Desenvolvimento da UFRGS (EDUFRGS). Professor do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.

Tamini Farias Nicoletti - Mestranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Bibliotecária e Coordenadora do Núcleo de Documentação (NDOC) da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul. Professora do curso Técnico em Biblioteconomia (EAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *campus* Porto Alegre.



Impressão:

Evangraf

Rua Waldomiro Schapke, 77 - POA/RS

Fone: (51) 3336.2466 - (51) 3336.0422

E-mail: evangraf.adm@terra.com.br